UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ALASSANA DEM

INSTABILIDADE POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU: O engajamento da sociedade civil em casos de golpes de Estado

RECIFE
2023

ALASSANA DEM

INSTABILIDADE POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU: O engajamento da sociedade civil em casos de golpes de Estado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de mestre em Ciência Política. **Área de concentração:** Democracia e Instituições

Orientador: Prof. Dr. Adriano Oliveira dos Santos

RECIFE

2023

Catalogação na Fonte
Bibliotecário: Rodriggo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

D369i Dem, Alassana.
Instabilidade política na Guiné-Bissau : o engajamento da sociedade civil em casos de golpes de estado / Alassana Dem. – 2023.
97 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Adriano Oliveira dos Santos.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Recife, 2023.

Inclui referências.

1. Ciência política. 2. Guiné-Bissau. 3. Sociedade civil. 4. Participação política. 5. Instabilidade política. I. Santos, Adriano Oliveira dos (Orientador). II. Título.

320 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2023-226)

ALASSANA DEM

INSTABILIDADE POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU: O engajamento da sociedade civil em casos de golpes de Estado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de mestre em Ciência Política. **Área de concentração:** Democracia Instituições

Aprovado em: 20/10/2023

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Adriano Oliveira dos Santos (Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

_____

Prof. Dr. Diogo Arruda Carneiro da Cunha (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

_____

Profª. Drª. Layla Daniele Pedreira de Carvalho (Examinadora Externa)

À duas mulheres mais importantes da minha vida, Fatumata Dem (mãe) e Fatumata Sall (avó) que a paz de Allah esteja com ela!!!

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Allah (Deus) o todo-poderoso pela dádiva da vida, proteção, coragem e força durante toda a minha existência, especialmente, ao longo do curso de mestrado em Ciência Política. Foi um momento tenso de desafios, aprendizado, acolhimento e superação.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq, se não fosse o apoio financeiro desse órgão de fomento, seria dificílima a materialização desta dissertação, especialmente, na dedicação integral das disciplinas no formato remoto durante a Pandemia de Covid-19 e pós-pandemia.

Ao Prof. Dr. Adriano Oliveira, a minha gratidão por ter aceitado um dos papéis mais importantes nesse processo que é a orientação, num dos momentos mais difíceis para mim nessa empreitada.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, pela oportunidade de realização do curso de mestrado. De igual modo, a todos/as excelentes professores do departamento, sobretudo, aos que consegui fazer as suas disciplinas, guardo comigo os aprendizados e sou grato pela paciência, ensinamentos e experiências partilhadas ao longo do processo. No mesmo sentido, reitero aqui os meus agradecimentos aos colegas pelos momentos partilhados, bate-papos, Bar-virtual, onde pude conhecer vagamente, mas de maneira produtiva as/os companheiras/os da entrada 2021.1.

Aos meus pais, minha querida mãe Fatumata Dem, meu pai Amadu Dem, pela educação, paciência, carinho e admiração que tiveram sempre conosco, eu e o meu irmão gêmeo Alficene Dem. Aos meus irmãos, minhas irmãs, parentes e amigos que estiveram sempre do meu lado nos momentos mais delicados da minha vida, minhas palavras de gratidão pelo apoio imensurável e que Allah vos retribua em dobro.

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), pelo seu corpo de excelentes docentes e profissionais, me faltam palavras para descrever a tamanha grandeza dessa instituição universitária, onde pude fazer amizades que carregarei para toda a minha vida, aprendi a falar de mim e sobre mim, UBUNTU!

RESUMO

Durante os períodos de conflitos político-militar de 1998-1999 e o golpe de Estado de 2012, como se deu o engajamento da sociedade civil na gestão e resolução das crises políticas ao longo desses processos? Diante de um contexto de cíclicas crises políticas, econômicas e sociais, como é o caso da Guiné-Bissau, a sociedade civil assume muitas das vezes funções importantes que correspondem às atribuições do Estado, ou seja, a tarefa da sociedade civil bissau-guineense tem sido a de promover espaços de comunicação e de negociação de consensos, tendo como preocupação colocar os interesses gerais da sociedade. Nesse sentido, a presente dissertação objetiva analisar as dinâmicas e atuações da sociedade civil bissau-guineense durantes os períodos de golpes de Estado acima destacados. No entanto, argumenta-se que na Guiné-Bissau a sociedade civil teve papel decisivo na luta pela promoção de igualdades, liberdades civis e direitos políticos, criação e manutenção de espaços públicos e privados, por vezes atos de prevenção e gestão de conflitos. Em termos metodológicos, usamos abordagem qualitativa, como uso de revisão de literatura.

Palavras-chave: sociedade civil; participação política; instabilidade política; guiné-bissau.

ABSTRACT

During the periods of political-military conflict in 1998-1999 and the coup d'état in 2012, how was civil society involved in managing and resolving political crises during these processes? Faced with a context of cyclical political, economic and social crises, as is the case in Guinea-Bissau, civil society often takes on important functions that correspond to the duties of the state, in other words, the task of Guinean civil society has been to promote spaces for communication and negotiation of consensus, with concern for the general interests of society. In this sense, this dissertation aims to analyze the dynamics and actions of Guinean civil society during the periods of coups d'état highlighted above. However, it is argued that in Guinea-Bissau civil society played an incisive role in the struggle to promote equality, civil liberties and political rights, in the creation and maintenance of public and private spaces, sometimes in acts of conflict prevention and management. In methodological terms, we used a qualitative approach, such as a literature review.

Keywords: civil society; political participation; political instability; guinea-bissau.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Produções dos autores da INEP
Quadro 2	Resultados das eleições legislativas de 1994
Quadro 3	Resultados das eleições presidenciais primeira volta
Quadro 4	Resultados das eleições presidenciais segunda volta
Quadro 5	Síntese dos membros de aparelho de Estado durante a década de 1990
Quadro 6	Acordo de paz de Abuja – 01 de novembro de 1998
Quadro 7	Eleições Presidenciais na Guiné-Bissau de 2012

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALTERNAG	Associação Guineense de Estudos Alternativos
AMAE	Associação Guineense das Mulheres em Atividades Econômicas
ANP	Assembleia Nacional Popular
BM	Banco Mundial
CEDEAO	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
CEHC	Centro de Estudo de História Contemporânea
CEMGFA	Comandante do Estado-Maior General das Forças Armadas
CESE	Centro de Estudo Socio-Econômicos
CETA	Centro de Estudos Tecnologia Apropriada
CFA	Comunidade Financeira Africana
CGC	Comitê de Gestão de Crises
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
ECOMIB	Ecowas Mission in Guiné-Bissau
ECOMOG	Grupo de Monitoramento da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
FLING	Frente de Libertação Nacional da Guiné
FMI	Fundo Monetária Internacional
FRENAGOLPE	Frente Nacional Anti-Golpe
GIE	Grupos de Interesses Econômicos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
JAAC	Juventude Africana Amílcar Cabral
LGDH	Liga Guineense dos Direitos Humanos
MAC	Movimento Ação Cidadã

MDG	Movimento Democrático Guineense
MFDC	Movimento das Forças Democráticas de Casamance
MISSANG	Missão da Segurança das Forças Angolanas na Guiné-Bissau
MLG	Movimento de Libertação da Guiné
MNSCPDD	Movimento Nacional da Sociedade Civil para a Paz Democracia e Desenvolvimento
MPD	Movimento Para Democracia
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização da Unidade Africana
PAICV	Partido Africano da Independência de Cabo-Verde
PAIGC	Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo-Verde
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCD	Partido da Convergência Democrática
PLACON	Plataforma de Concertação das ONGs nacionais estrangeiras
PRS	Partido da Renovação Social
PUSD	Partido Unido Social Democrata
RENAJ	Rede Nacional das Associações Juvenis
RENLUV	Rede de Combate à Violência Baseada no Gênero e Criança
RFI	Rádio França Internacional
RGB-MB	Resistência da Guiné-Bissau – Movimento Bafatá
RTPI	Rádio e Televisão de Portugal Internacional
SNECIA Agricultura	Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio, Indústria e
SNTGB	Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Guiné-Bissau

STJ	Supremo Tribunal de Justiça
TGB	Televisão da Guiné-Bissau
UDEMO	União Democratas de Mulheres
UE	União Europeia
UEMOA	União econômica Monetária da África Ocidental
UM	União Para Mudança
UNTG	União Nacional dos Trabalhadores da Guiné
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13

2 UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEORIA DA NOVA SOCIEDADECIVIL 17

2.1 Sociedade Civil no debate contemporâneo: algumas acepções 17

2.2 Sociedade Civil no contexto africano: bissau-guineense 22

2.3 Guiné-Bissau, pós-indenpendências: partido único e a sociedade civil 29

2.4 Sociedade Civil e a transição democrática na Guiné-Bissau 38

2.5 Direitos políticos e liberdades civis 46

3 INSTABILIDADE POLÍTICA E GOLPES DE ESTADO NA GUINÉ-BISSAU: ALGUNS APONTAMENTOS 51

3.1 Golpe de Estado e guerra civil: o caso de 7 de junho de 1998 53

3.2 Desenrolar do golpe no âmbito internacional 57

3.3 Golpe de Estado e interrupção das eleições na Guiné-Bissau: o caso de 12 de abril de 2012 62

3.4 Efeitos do no âmbito nacional 64

3.5 Contornos Internacionais do golpe 70

4 SOCIEDADE CIVIL E GESTÃO DE CONFLITOS: MAPEANDO DIFERENTES FORMAS DE ATUAÇÃO (1998/1999 e 2012) 74

4.1 Dinâmicas participativas da Sociedade Civil perante o golpe de Estado de 7 de junho de 1998 77

4.2 Atuação da Sociedade Civil no golpe de Estado de 2012 84

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 89

REFERÊNCIAS 93

1 INTRODUÇÃO

Durante os períodos de conflitos político-militar de 1998-1999 e o golpe de Estado de 2012, como se deu o engajamento da sociedade civil na gestão e resolução das crises políticas ao longo desses processos? Depois de 11 anos de luta armada contra a dominação colonial portuguesa, proclamou-se em 1973 a independência unilateral da Guiné-Bissau. No entanto, o período a seguir à independência foi marcado por cíclicas instabilidades sociais, econômicas e político institucionais, envolvendo às vezes a classe castrense, resultantes de sucessivos golpes de Estado.

Em decorrência disso, assistiu-se ao descumprimento dos projetos do desenvolvimento e a consolidação de um Estado de direito e democrático. Esses imbróglios acabaram por impulsionar a presença dos movimentos sociais, organismos internacionais e, inclusive, autores transnacionais na elaboração e implementação das agendas de desenvolvimento voltadas para as áreas temáticas como: saúde, educação, economia, política, ambiente, cultura etc.

Exposto isto, inicialmente, vale salientar que a situação enfrentada na Guiné-Bissau desde a sua independência até nos momentos recentes às instabilidades políticas e econômicas, sucessivos golpes de Estados não são um caso isolado. Considerando que é um fenômeno generalizado na região ocidental do continente africano, com históricos de golpes de Estado, guerras civis e inter-étnicas, grupos separatistas reivindicando autonomia de alguns territórios e a intensificação do terrorismo islâmico nas últimas décadas na região, nomeadamente no norte do Mali e na Nigéria.

Ora, a presente dissertação visa analisar as dinâmicas e atuações das organizações da sociedade civil bissau-guineense durante o conflito político-militar de 1998/99 e o golpe de Estado de 2012. Volvidos aproximadamente 30 anos após a instauração do multipartidarismo, o país vem sendo afetado por crises sistêmicas em quase todos os seus setores administrativos, sobretudo, as sucessivas interferências dos militares na política nacional através dos golpes de Estados. Nesse ínterim, nenhum governo eleito democraticamente conseguiu terminar o seu mandato como prevê a lei eleitoral. De igual modo, pretende-se debater o entendimento da sociedade civil no contexto bissau-guineense, a partir da sua relação com o Estado, principalmente do seu papel na gestão e resolução de conflitos.

Assim sendo, apoiam-nos sobre o conceito da *nova sociedade civil* para refletir o caso da Guiné-Bissau, enquanto uma proposta conceitual que visa superar a noção de uma sociedade civil refletida através do mercado e do Estado, como forma de ampliar o seu campo de análise,

incorporando outros atores relevantes. Nesse sentido, a principal novidade dessa corrente teórica é o fenômeno cultural, de fato, olhando para a sociedade bissau-guineense, o elemento cultural reflete fundamentalmente na construção do Estado.

A escolha por essa situação específica repousa por dois momentos importantes: em primeiro lugar, se deu em razão da relevância política da questão que, nos finais da década de 1980 e início de 1990, o debate da democracia e transição democrática dominava o contexto político dos países africanos e constituiu um passo importante para esses países em termos de direitos civis e políticos, bem como no âmbito da liberdade de expressão. Muitos autores africanos acreditavam que com essa reformulação alteraria a imagem negativa do continente em relação à corrupção, guerras civis, golpes de Estado etc. De certa medida, muitos países conseguiram aproveitar essas vantagens. Mas a Guiné-Bissau, apesar da transição política, a Constituição continuou sendo violada sistematicamente, o número de golpes efetivos e tentativas de golpes aumentaram significativamente.

Em segundo, pela percepção de que, com a proliferação dos novos movimentos sociais nos inícios dos anos 1990 até nos momentos da guerra de 7 de junho, a sociedade bissau-guineense alterou as suas formas de atuação e das suas próprias demandas. Ao invés de sucumbirem ao aparato do Estado como aconteceu nos anos anteriores, firmaram-se como instituições autônomas, participaram na negociação de paz do primeiro conflito político-militar após a transição democrática em 1998, os atores da sociedade civil engajados na gestão e resolução de conflitos, buscando, a partir de então, participar ativamente da vida política, econômica e social do país.

Em termos geográficos, a Guiné-Bissau está localizada na costa ocidental da África, com uma superfície territorial de 36.125 km². Possui uma densidade populacional de quase dois milhões de habitantes. Faz fronteira com Senegal ao Norte e ao Sul e leste com a República da Guiné-Conakry, ambas antigas colônias de França. É banhado pelo Oceano Atlântico, sendo também conhecido pela sua grande diversidade étnica, religiosa e sociocultural.

Em termos administrativos, o país está dividido em nove regiões, nomeadamente: Oio, Bafatá, Cacheu, Gabú, Biombo, Quínara, Tombali, Bolama e o Setor Autônomo de Bissau (SAB), capital do país e que concentra mais de um quarto da população total. O guineense, localmente denominado “kriol”, é considerado a língua nacional e o principal meio de comunicação entre os diferentes grupos étnicos. O português é a língua oficial, mas é pouco

falado; seu uso é limitado aos círculos oficiais e a um pequeno número de cidadãos guineenses com alto nível de escolaridade.

A dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo realiza uma análise acerca do conceito fundamental e teóricos utilizados para compreender qual configuração conceitual permite uma análise da situação bissau-guineense sob a ótica *da teoria da nova sociedade civil*. Nesse sentido, abordamos a trajetória política da sociedade civil na Guiné-Bissau, a partir de precedentes históricos e da configuração política do país pós independência, buscando explicar como a situação da sociedade civil se encontrava nessa época com o governo do partido único, liderado pelo PAIGC, e da importante atuação dos movimentos tradicionais como ambiente de refúgio dos movimentos sociais no enfrentamento ao autoritarismo do partido único, destacam-se as *mandjuandades*. Analisou-se também a transição democrática no país, como um elemento fundamental para a emancipação da sociedade civil, usufruindo dos direitos civis e políticos, acima de tudo liberdade de reunião e expressão.

No segundo capítulo, discutiu-se sobre os dois golpes acima citados. Primeiro, o conflito de 7 de junho de 1998, buscou-se realizar uma análise descritiva em relação ao golpe, sobretudo, destacando a origem do problema e os seus efeitos devastadores na sociedade. De igual modo, a participação internacional como atores importantes na mediação do conflito, notadamente Portugal e a França, que ao mesmo tempo parecem disputar a legitimidade na resolução do problema. Segundo, o golpe de Estado de 12 de abril de 2012, numa altura em que o país estava em clima de estabilidade que não havia há muito tempo, deparou-se mais uma vez com a interrupção das eleições presidenciais e a efetivação do golpe de Estado, os modus operandi não foram tão diferentes com as atuações anteriores dos atores nacionais e internacionais.

Por fim, o último capítulo se baseia na participação da sociedade civil na resolução de conflitos, conforme a literatura obtida, a atuação das organizações nesses dois momentos aparentemente apresentam similaridades. No entanto, no primeiro golpe, a sociedade civil estava numa fase de afirmação e a sua maturidade política era fraca, apesar disso, desempenhou papel importante e no momento eram mais conhecidos como “prestadores de serviços”. O último golpe contou com a participação de uma sociedade civil mais experiente em relação aos golpes de Estado, por muitos autores, ao contrário da participação da sociedade civil no primeiro golpe de Estado, nesse último teve um papel político maior do que uma intervenção humanitária.

Em termos metodológicos, a nossa pesquisa possui abordagem qualitativa. Utilizando estudo de caso, visto que, o nosso interesse é entender o comportamento da sociedade civil nos momentos de crises políticas, efetivamente focar-se em golpes de Estado de 1998-1999 e de 2012 na Guiné-Bissau. Nesse sentido, acredita-se que o uso dessa ferramenta metodológica é mais adequado para explicar a atuação da sociedade civil em tempos de instabilidades institucional e da transição democrática no contexto bissau-guineense.

A operacionalização dos dados coletados dá-se através de uma revisão minuciosa de literaturas voltadas ao estudo da democratização, participação política na Guiné-Bissau. A título de exemplo, trabalhamos com autores como: Carlos Cardoso (1996, 2001, 2008, 2012), Fafali Koudawo (1996, 2000, 2002), Alvaro da Nóbrega (2010, 2018), Ricardino D. Teixeira (2008, 2012, 2015), John Makumne (1998), Lars Rudebeck (2001) etc. além dos teóricos internacionais que as suas obras são voltadas para o campo da teoria política.

2 UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEORIA DA NOVA SOCIEDADE CIVIL

2.1 Sociedade Civil no debate contemporâneo: algumas acepções

De modo consensual, o debate em volta do conceito da sociedade civil e o Estado, por si, apresenta uma natureza polissêmica, ambivalente e complexa, decorrendo das disputas de significados e, no mesmo sentido, decorrem de um certo protagonismo do conceito no âmbito da teoria política contemporânea (COHEN & ARATO, 2000). Por isso que são utilizados com diferentes sentidos e acepções em diversos espaços sociais, econômicos, culturais e políticos, tornando-se, assim, necessário saber o que se quer afirmar precisamente com esses conceitos (TEIXEIRA, 2015). Nesse caso, o nosso debate teórico-conceitual procura sintetizar a noção da sociedade civil a partir do debate contemporâneo, sobretudo, focar-se-á nos teóricos que se alinham com o conceito da nova sociedade civil. Sendo assim, nos interessa aqui promover uma discussão à luz da teoria da democracia, cidadania e da participação política no contexto africano e ater-se-á na sociedade bissau-guineense.

Dito isto, partindo da literatura convencional sobre a sociedade civil, tanto no campo da Ciência Política como nas Ciências Sociais em geral, afirma-se a existência de uma longa tradição de conceituações e interpretações no que tange a sociedade civil, tendo ganhado maior expressão com os chamados clássicos do pensamento social, como: Hobbes, Locke, Rousseau, Hegel, Marx, Tocqueville, Ferguson e os mais atuais Arato & Cohen entre os outros (LAVALLE, 1999, PINHEIRO, 1998; ALVES, 2004; TEIXEIRA, 2015). De fato, as formulações e reformulações conceituais começadas por esses pensadores foram ponto de partida das teorias orientadas a elaborar a relação entre o Estado e a sociedade, dos pensadores e pesquisadores contemporâneos.

Como surge no texto de Lavalle (1999), que a leitura da nova vitalidade da sociedade civil na contemporaneidade, todavia, não se insere propriamente como continuação da perspectiva analítica de qualquer um desses grandes pensadores, muito embora seu pertencimento de origem remete ao marxismo, trata-se de uma nova reformulação francamente distanciada dos seus predecessores. Nesse sentido, os argumentos de Cohen (2003) aprovam a tese de que o discurso da sociedade civil se globalizou. Não obstante, o termo globalização é um conceito muito frequente atualmente por diferentes camadas da franja social: por políticos, acadêmicos e ativistas em todo parte do mundo, por outro lado, o termo da sociedade civil é

invocado para tudo, designados desde empreendimento cívico, associações voluntárias e organizações sem fins lucrativos até redes mundiais, organizações não-governamentais, grupos de defesa dos direitos humanos e movimentos sociais transnacionais (COHEN, 2003). Nesse sentido, o autor acredita que a ideia de uma sociedade civil mundial ou transnacional está se tornando a principal contribuição ao debate sobre o conceito da sociedade civil do século XXI.

Para Leminski (2015) o debate atual e o reavivamento da sociedade civil se insere no bojo de uma série de transformações, verificadas sobretudo nas últimas duas décadas, que trouxeram implicações para os grandes conceitos da modernidade. Contudo, a busca da redefinição do conceito de Estado, da função e legitimidade do Estado nacional em um mundo que se transnacionaliza cada vez mais, dos novos caminhos da economia, sobretudo, em realizar a manutenção e legitimidade da democracia, sejam elas recém-formados ou já há muito tempo consolidadas, trazem uma nova forma de pensar e redefinir o conceito da sociedade civil e as suas reconstruções em novas bases.

Por exemplo, nas sociedades globalizadas, multiculturais e complexas, as identidades tendem a ser cada vez mais plurais e as lutas pela cidadania incluem, frequentemente, múltiplas dimensões do *self*: de gênero, étnica, de classe, regional, mas também dimensões de afinidades ou de opções políticas e de valores: pela igualdade, pela liberdade, pela paz, pelo ecologicamente correto, pela sustentabilidade social e ambiental, pelo respeito à diversidade e às diferenças culturais, etc. (SCHERER-WARREN, 2006 apud ALONSO, 2009). A partir dessa perspectiva, podemos verificar que, na década de 1980, a ideia sobre a existência de uma pluralidade de identidades, na luta das suas inclusões como elementos fortemente construtivos no pensamento social contemporâneo e na luta contra a descriminação de acesso aos bens da modernidade, levou os pesquisadores a buscar referenciais alternativos ao paradigma marxista e funcionalista, a partir de conceitos como sociedade civil, democracia, *esfera pública* (TOURAINE, 1989; HABERMAS, 1997; COHEN e ARATO, 2000). Com efeito, os entusiastas dessa base analítica incidiram na dimensão política e cultural, feita por meio do controle da informação por uma tecnocracia (ALONSO, 2009; TEIXEIRA, 2015).

A técnica e a cultura passariam a interpretar-se, as distinções entre o mundo público e privado, assim, teriam-se nublado, fazendo com que os conflitos, antes restritos ao plano econômico, avançassem para a vida privada (família, educação, sexo) e ganhassem dimensões simbólicas. Nessa acepção, Alonso (2009) assevera que, as novas mobilizações não teriam uma base social demarcada. Seus atores não se definiriam mais por uma atividade, o trabalho, mas por formas de vida. Os novos "sujeitos" não seriam mais grupos marginais em relação ao padrão

de normalidade sociocultural. Como justifica Alain Touraine (1989), isto é, poderiam vir de todas as minorias excluídas, nesse bojo entram negros, hispânicos, mulheres, homossexuais, jovens, velhos e intelectuais. Todas elas teriam em comum uma atitude de oposição; a exemplo disso, são os movimentos negros, feministas e ambientalistas.

Nessa acepção, os novos movimentos sociais não se organizariam em oposição ao Estado, nem com finalidade de conquistá-lo, mas, sim, de criarem ações diretas de mobilizações, essencialmente, no que diz respeito ao nível dos seus próprios problemas sociais, seriam agentes de pressão social, voltadas para persuadir a sociedade civil. De acordo com Alonso (2009), os movimentos sociais nasceriam na sociedade civil e, portadores de uma nova *"imagem da sociedade",* tentariam mudar suas orientações valorativas, uma imagem que opõe a visão clássica do conceito e inclui os projetos culturais como uma das principais dimensões analíticas.

> Os movimentos sociais aparecem, então, como o novo ator coletivo, portador de um projeto cultural. Em vez de demandar democratização política ao Estado, demandariam uma democratização social, a ser construída não no plano das leis, mas dos costumes; uma mudança cultural de longa duração gerida e sediada no âmbito da sociedade civil (ALONSO, 2009, p. 61).

Jürgen Habermas também apresenta argumentos similares sobre a *esfera pública*, em que a sociedade civil está empenhada mais numa luta simbólica em torno de definições da boa vida. Com efeito, os novos movimentos sociais seriam, então, formas de resistência da colonização do mundo da vida. Considerando, "reações à padronização e à racionalização das interações sociais e em favor da manutenção ou expansão de estruturas comunicativas, demandando qualidade de vida, equidade, realização pessoal, participação, direitos humanos" (ALONSO, 2009, p. 62, apud HABERMAS, 1981, p. 33). Neste caso, estamos perante uma nova perspectiva de movimentos da sociedade civil, que se pautava numa dinâmica fora dos parâmetros do Estado e mercado, sendo autogestora dos seus interesses enquanto organização autônoma, incentivando novos modelos participatórios e a criação de "contra instituições", protegidas dos partidos da massa, da indústria cultural e da mídia, nas quais a comunicação livre fosse possível.

Destarte, a teoria Habermasiana da *esfera pública*, constitui-se em uma arena institucionalizada autônoma de interação discursiva, onde não ocorrem trocas econômicas nem tampouco reside o poder de decisão governamental, é uma proposta que se afasta tanto no aparato estatal como dos mercados (SILVA, 2020). Seguindo o mesmo raciocínio, a *esfera pública na Teoria da Ação Comunicativa* de Habermas, emergiu como uma rede de transmissão

de conteúdos comunicativos, tomadas de decisões e opiniões de pessoas privadas cujos fluxos comunicacionais são filtrados e sistematizados sob a forma de *opinião pública*.

Para Lavalle (1999), nesses termos, o modelo da nova sociedade civil caracteriza-se pelo abandono da premissa fundamental sobre o caráter internamente construtivo do vínculo entre a sociedade e o Estado, restabelecendo apenas uma relação de oposição externa entre eles. Desta feita, a novidade da nova sociedade civil reside na sua definição como um momento oposto do Estado (diferente da tradução moderna de sociedade civil, que se tornou usual desde Hegel e Marx, não mais inclui a esfera de uma economia controlada por intermédio dos mercados de trabalho, capitais e bens). É consenso que na teoria da nova sociedade civil estabeleceu-se uma ponte com a obra de Habermas a partir da qual modelou seu conceito (LAVALLE, 1999, COHEN & ARATO, 2000, COHEN, 2003). A sociedade civil corresponde, assim, ao marco institucional do mundo da vida habermasiano, ou seja, aquela parte mobilizada e ubíqua da sociedade que, atrelada nas suas raízes à esfera privada, interage na esfera pública defensiva e ofensivamente na incerta salvaguarda do interesse geral[1]. Contudo, vale informar que a categoria esfera pública já estava presente em definições anteriores da sociedade civil, mas seu papel de mediação entre o particular e o geral só se tornou claro recentemente (COHEN, 2003).

Certamente, nos públicos civis, as pessoas discutem assuntos de interesse comum como seres iguais e informam-se sobre fatos, acontecimentos e sobre as opiniões, interesses e perspectivas dos outros. Com efeito, o debate em torno de valores, normas, leis e políticas gera uma opinião pública politicamente relevante. Além das interações interpessoais, podemos também destacar outro intermediário que caracteriza a sociedade civil, como se segue:

> (...) por intermédio dos meios de comunicação de massa – na primeira metade do século XX, tratava-se da imprensa, rádio e televisão –, a esfera pública estabelece uma mediação entre inúmeras miniaudiências que se desenvolvem entre e dentro de associações, movimentos, organizações religiosas, clubes, centros de encontro de cidadãos conscientes e de simples convívio social (COHEN, 2003, p. 426).

Por exemplo, para Habermas, a Revolução Francesa foi a propulsora do movimento de politização de uma esfera pública inicialmente de cunho literário e voltada para a crítica de arte. De certa maneira, isso vale não só para a França, mas também para a Alemanha. Como foi observado a "politização da vida social", a ascensão de uma imprensa opinativa e a luta contra

[1] A conjuntura do conceito da sociedade civil surge em função da crítica, feita sobretudo pelos dissidentes das sociedades do socialismo do Estado, ao aniquilamento totalitário da esfera pública política. Aqui o conceito do totalitarismo, desenvolvido por Hannah Arendt na perspectiva de uma teoria da comunicação, desempenha um papel central. Com ele torna-se compreensível porque as associações formadas de opiniões, em torno das quais se podem cristalizar esferas públicas autônomas, assumem um papel proeminente na sociedade civil (HABERMAS, 1990, p. 83).

a censura e pela liberdade de opinião caracterizam a mudança de função de rede expandida da comunicação pública até a metade do século XIX (HABERMAS, 1990). No entanto, a *esfera pública* habermasiana, politicamente precisa de mais do que garantias das instituições do Estado de direito. Do mesmo modo, precisam também da estabilidade de tradições culturais e padrões de socialização voltada para a cultura política de uma população acostumada com a liberdade. Nesse propósito, a sociedade civil seria uma arena importante na construção da esfera pública democrática, na medida em que está ancorada no mundo da vida, apresenta maior proximidade com os problemas e demandas do cidadão comum, ao mesmo tempo que um menor grau de contaminação pela lógica instrumental (LUCHMANN, 2002). A principal característica da esfera pública está voltada à participação igualitária e pública de um sujeito plural que discute os problemas a partir de um processo comunicativo ou dialógico onde prevalece a autoridade do melhor argumento.

A partir de Cohen e Arato (2000), nos princípios dos anos 1990, o conceito da sociedade civil ganhou novos contornos. As suas contribuições na reformulação do conceito em questão foram importantes para os debates contemporâneos, construindo a sua base teórica a partir dos avanços e da reapropriação de categorias centrais ao programa de pesquisa de Habermas (particularmente no âmago da teoria de ação comunicativa). De acordo com Lavalle, conseguiram redefinir a sociedade civil de forma a "sistematizar o crescente uso do termo nas últimas décadas, a repensar problemas históricos particulares a possibilitar a pesquisa empírica" (LAVALLE, 1999, p. 128). As suas propostas conseguiram ampliar a discussão, na medida em que conseguiram entender por sociedade civil um conjunto de atores sociais com projetos políticos diferentes, que não se restringem apenas às instâncias formais de representação política (TEIXEIRA, 2015).

Na concepção da Luchmann (2002), a redefinição do conceito da sociedade civil por Arato e Cohen deve-se sob o debate da emergência de uma multiplicidade das manifestações coletivas, que se proliferaram em diferentes contextos sociais, em que vão ser sujeitos centrais nas transformações dos regimes totalitários para o processo de redemocratização das sociedades. Nessa passagem, a autora faz menção às transformações sociais que vinham verificando nos países do leste europeu e da América Latina nos anos de 1980. Derivado dos questionamentos de regimes autoritários nesses países, foi acompanhado de novos repertórios de ação da sociedade na participação das agendas políticas, e que permitiram um novo olhar para os atores da sociedade civil, entendida a partir da discussão de associações igualitárias e democráticas, que atuam no espaço público (SILVA, 2020).

A título de exemplo, movimentos ecológicos, movimentos não-Governamentais, levantes populares contra Estados autoritários, organizações pacifistas, feministas, raciais, no caso dos países africanos, culminaram com movimentos independentistas, enfim, a emergência de uma multiplicidade de movimentos sociais, vão se afirmar em base empírica suficiente para se repensar as relações entre Estado, mercado e sociedade (COHEN & ARATO, 2000; AVRITZER, 2004; LUCHMANN, 2002). Nesta perspectiva, o resgate contemporâneo do conceito de sociedade civil apresenta-se intimamente relacionado aos movimentos sociais ou nova sociedade civil. Na acepção de Cohen e Arato (2000), trata-se, acima de tudo, sociedade civil como um projeto político, que, de certa mineira, necessita de refletir na essência das novas identidades coletivas e articular os termos dentro dos projetos baseados nas identidades culturais que podem contribuir para a emergência de sociedades mais livres e democráticas.

É justamente por se constituir como uma corrente de opiniões heterogêneas (política e cultural), com estruturas sociais distintas, que chamam por justiça social nas suas organizações, representam os interesses dos que são excluídos, a partir de disputas políticas de natureza diferente, construindo e ampliando a esfera pública, que a sociedade civil passa a se articular ou se construir como núcleo central do conceito de democracia deliberativa (LUCHMANN, 2002).

Tomando essas perspectivas como foco, sobretudo, pela necessidade de estudar a sociedade civil na Guiné-Bissau, elas nos oferecem subsídios teóricos e empíricos para dialogarmos com a sociedade guineense. Principalmente no que tange os aspectos culturais e políticos, na inclusão dos grupos étnicos como concepções heterogêneas da sociedade civil, que são centrais na formação bissau-guineense do Estado-nação. Muito embora, os teóricos em nenhum momento fizeram menção aos países do continente africano, cingiram apenas nos contextos dos países da Europa do Leste e na América Latina.

2.2 Sociedade Civil no contexto africano: bissau-guineense

A literatura sobre sociedade civil, movimentos sociais, cidadania, participação política e democracia no contexto africano ainda é incipiente. Inicialmente, as análises voltadas para essas áreas temáticas começaram a ser introduzidas, fundamentalmente, a partir dos finais de anos 1980 e o início de 1990 (CARDOSO, 2008; OBADARE, 2011; MUTZENBERG, 2015).

No contexto africano, várias razões explicam a emergência das organizações da sociedade civil. Na maior parte dos países da África subsaariana (inclusive, Guiné-Bissau) às organizações da sociedade civil surgiram para dar respostas às inoperâncias e incoerências dos aparelhos estatais no plano nacional e para remediar as políticas econômicas internacionais que têm impactos negativos nas camadas minoritárias. Esses impactos estão de certa forma relacionados a uma má governança e uma elite política em defasagem com as aspirações sociais (NDIAYE, 2018).

Esse argumento corrobora com as inquietações de muitos pensadores africanos, de que a emergência e o desafio da sociedade civil, no contexto africano, na maioria das vezes não é um Estado invasivo da esfera privada, mas a ausência do Estado da maior parte do território e incumpridor das suas funções. Em razão disso, a tarefa da sociedade civil africana tem sido a de criar e recriar permanentemente espaços de intervenção a partir de comunicações e de negociações de consensos e, sobretudo, em proporcionar ambiente favorável à convivência social.

> (...) em África onde os Estados não são suficientemente fortes para invadir e controlar a esfera pública e a privada. A ineficácia da sua administração deixa um vazio que obriga os cidadãos a organizarem-se para suprir a sua ausência, permitindo às OSC nacionais e internacionais desenvolverem projetos vitais na saúde, na educação, na proteção ambiental e no combate à pobreza (NOBREGA, 2015, p. 159).

De igual modo, Cardoso (2008) sustenta que, através do esforço desenvolvido no sentido da concertação das suas ações, estas associações e movimentos contribuíram significativamente para a constituição de um espaço de reflexão e de debate sobre aspectos relevantes da vida dos cidadãos, uma esfera que se situa entre eles e o Estado e na qual discussões públicas sobre matérias de interesse geral são realizadas, criando um elo de ligação cada vez mais estreito não só entre si, mas também entre eles e a sociedade em geral.

Por outro lado, acredita-se que, com o advento da descolonização dos países africanos na década de 1960, vários países do continente acederam à soberania internacional, também se destaca a inexistência de uma sociedade civil organizada. Essa situação, em parte, deve-se ao resultado de uma política destruidora que o colonialismo encontrou para aniquilar, em toda a África, a maioria dos grupos e organizações existentes antes do domínio colonial.

Na perspectiva de Ndiaye (2018), as estruturas de autonomia que se verificam hoje no seio da sociedade civil são marcadas fortemente por tensões sociopolíticas notadamente com o advento do modelo estatal na gestão das sociedades africanas. Ou seja, estamos perante um

modelo de gestão importada das sociedades industriais, que estão longe de atender as concepções africanas de poder, o autor vê essa importação como uma fonte que originou as violências pelo poder na África.

Essa preocupação também é manifestada por outros autores africanos, como Cardoso (1995), Daniel T. Osabukle (2005), Nobrega (2015). Sobretudo em observar as fortes tendências da modernidade política na África como transposição do modelo Ocidental de governo e gestão do Estado. Assim sendo, por outro lado, a ideia da sociedade civil africana que apareceu no advento da democratização também não escapa das inspirações da sociedade civil do modelo ocidental.

Na África, a concepção da sociedade suscita ainda vivas controvérsias quanto à sua posição imediatamente política. É marcada por um problema de concepções e percepções entre os diferentes autores do jogo político. Para Ndiaye (2018) a dificuldade para apreender o conceito da sociedade civil na África trata de três questões que interpelam o pesquisador sobre a definição desta noção que está em voga nas democracias avançadas, mas que conhece um real problema da implantação nos Estados Africanos com as experiências democráticas ainda fracas, esses obstáculos referem, a sua definição, realidade e transposição aos países do hemisfério Sul.

A partir das literaturas encontradas sobre o assunto no contexto africano, a nossa tese aproxima-se aos argumentos de Josua Forrest (2003) afirma que a noção da sociedade civil em África, Guiné-Bissau, em particular, não está diretamente conectada com as estruturas modernas do Estado colonial nem o próprio colonialismo. Não obstante, ainda segundo o autor, pode-se evidenciar a partir das suas configurações sociopolíticas, tanto nas zonas rurais quanto nas zonas urbanas, os elementos pré-coloniais que atestam vestígios de ações coletivas, movimentos e associações de cidadãos cujas mobilizações se encontram fora dos trâmites de Estado e do mercado. Para tal, podemos elucidar os movimentos culturais, as associações de bairros, organizações das mulheres, juventude, clube desportivo etc. Essas organizações mormente se constituem como redes de solidariedade e promovem entreajuda dos seus membros como as mandjuandades na Guiné-Bissau.

As análises de Forrest chamam atenção para refletirmos sobre uma concepção endógena da sociedade civil, que reflita nas realidades das sociedades africanas. Segundo Cardoso (2008), a tese do autor confirma as análises de alguns africanistas como Joel Migdal (1988) e Naomi (1988), acreditam que os fracassos das políticas a nível nacional em África refletem, em parte, a capacidade das esferas sociais não estatais em resistir às tentativas hegemônicas por parte do

Estado. Percebe-se que esses pensadores não estão preocupados com a conceituação da modernidade europeia sobre o tema, no entanto, estão empenhados em ampliar o debate para incorporar outros contextos.

Nesse aspecto, Elke Zuern (2000) sugere que o conceito da sociedade civil como é concebido deve ser expandida para incorporar "um vasto espectro das associações humanas" localizadas na esfera pública, entre a família e o Estado, que inclua "formas de cooperação para o benefício mútuo", tais como associações étnicas e grupos da aldeia. Na mesma lógica do pensamento, encontra-se seguinte:

> (...) Num mundo caracterizado pelo empobrecimento do ambiente, estas associações oferecem uma posição de retaguarda. No caso de clubes de poupança e das componentes poupança de associações, elas oferecem (proporcionam) uma cultura de poupança, de investimento e de capital que faz falta à nova cultura de consumismo patente nas sociedades africanas, sobretudo em certas franjas da população. A proliferação destas organizações é prova da vitalidade de uma certa sociedade civil que parece passar largamente despercebida (CARDOSO, 2008, p. 6).

No que tange a ideia da transposição da sociedade civil enunciada por Ndiaye anteriormente, ela encontra dificuldade para adaptar-se às realidades africanas, porque está atrelada ao seu estatuto de noção conceitual importada, mas também símbolo de uma democracia acentuada, o que nem sempre é verificado nos contextos africanos e a Guiné-Bissau é a prova viva. Portanto, o conceito da sociedade demarcada do ponto de vista do Estado e da economia de mercado, encontraremos que em Guiné-Bissau "o Estado configurou-se de forma diferente pelas ações das etnias, condicionando, aparentemente, o processo da democratização na sua relação com o Estado" (TEIXEIRA, 2015, p. 103).

Outro fator importante que vale ser mencionado para a compreensão da sociedade civil africana é a sua natureza econômica, que aparece bem preocupante do ponto de vista da sua manutenção. Partindo do pressuposto normativo da concepção de uma sociedade civil ideal ou forte para fazer contrapeso ao Estado, não se traduz sempre nos países em vias de desenvolvimento, onde essas organizações quase o tempo todo são confrontadas com problemas de financiamentos internacionais. Com efeito, não dispondo sempre dos meios necessários para pautarem as suas políticas, a sociedade civil da África Ocidental permanece tributária da cooperação internacional e as condições postas pelas organizações parceiras e o Estado.

> E os doadores ocidentais, quer pelas suas cooperações quer pelas organizações internacionais, empenharam-se bastante na criação de uma sociedade civil

> autónoma do Estado nos países em vias de desenvolvimento, afetando fundos substanciais à sua consolidação. O financiamento fez "florescer" a sociedade civil dando origem a um número muito expressivo de Organizações Não-Governamentais (ONG), pragmaticamente orientadas para usufruir dessa nova e bem-vinda fonte de fundos (NOBREGA, 2015, p. 158).

Destarte, no caso bissau-guineense, os doadores internacionais, a partir das suas filosofias de financiamento econômico, adotam o trabalho direto com os grupos sociais, isso fez disparar o número das organizações dos jovens e das mulheres tanto nas cidades como nas zonas rurais. De acordo com Cardoso, muitas raparigas encontram na vida associativa não só oportunidades para a sua ascensão social, como também uma maior liberdade face ao controle social e familiar impostos pelas normas tradicionais da sociedade.

Miguel de Barros (2015) chama atenção a essa política que os doadores aplicam nessas organizações, muitas das vezes são projetos que vão contra as dinâmicas e anseios desses grupos. O autor ainda afirma que "este fenómeno contribuiu para esvaziar as associações da sua agenda prioritária, condicionando o que realmente querem, podem e são mandatadas para fazer." (BARROS, 2015, p. 40). É importante destacar que, na Guiné-Bissau, a União Europeia atualmente é a maior financiadora de fundos para a sociedade civil através da cooperação multilateral. No entanto, tem também as associações que têm demonstrado grande produtividade e utilidade, quer no espaço urbano como no rural, sendo menos dependentes das lógicas de atuação do setor da cooperação ou do sector privado.

Ndiaye (2018) apresenta uma tese similar através do contexto senegalês caracterizado pela massificação da pobreza, do analfabetismo, divisões étnicas, das discriminações ligadas ao sexo etc. A sociedade civil fez um combate global na reativação da economia. Os grupos de interesse econômico (GIE) são compostos geralmente por associações de mulheres que ocuparam um lugar importante na consideração da dimensão desse tipo. Estas organizações agem numa perspectiva de defesa dos interesses da mulher frequentemente relegada ao segundo plano na luta contra a pobreza.

Evidencia-se, aqui, uma similaridade com o contexto bissau-guineense, mulheres bideras[2], são mulheres que atuam no mercado informal, as suas atividades comerciais geram impacto significativo no crescimento econômico do país, contudo não constam no PIB, e não só, muitas delas são provedoras de família e mães solo. A economia informal não é somente uma reação às insuficiências da economia oficial no interior de um país qualquer. Ela tem se

[2] Mindjeris Bideras- são mulheres que trabalham no mercado informal.

tornado um processo numa reação do que se chama hoje globalização, que é um processo de unificação dos mercados (NDIAYE, 2008).

A questão da economia informal e a da sociedade civil são comparáveis porque as duas expressões retornam às práticas de substituição. Com efeito, o fracasso da economia oficial traduz-se no desemprego maciço e um número crescente de excluídos cujos inventivos procuram uma solução de substituição que é também uma solução de sobrevivência na economia informal.

Não é surpresa que na Guiné-Bissau nos anos de 1990, com o advento da democratização, assistiu-se a uma gigantesca proliferação de várias entidades da sociedade civil, como: associações de jovens, mulheres, sindicatos, redes comunitárias, redes de concentrações, partidos políticos que hoje podemos denominar de sociedade civil. O propósito dessas organizações era o de impulsionar a participação dos cidadãos nas tomadas de decisão. Na medida em que o fortalecimento das entidades comunitárias, associações, organizações não governamentais e organizações sociais de várias naturezas são principais incursões do cidadão no processo político.

Portanto, reforçando a *teoria da nova sociedade civil*, atrás citada, fornece uma definição mais conceitual ou mais aproximada ao contexto africano, visto que ela reconhece a legitimidade das organizações da sociedade civil modernas que atendem os pré-requisitos burocráticos e não exclui no seu meio as organizações das ações coletivas fora das estruturas modernas de sociabilidade, ditas informais. Essa última, nela inclui a esfera tradicional (organizações étnicas, redes clientelistas e autoridades tradicionais).

Em relação à estruturação da sociedade civil bissau-guineense, alguns estudiosos como CARDOSO, 2008; TEIXEIRA, 2009, afirmam que a sociedade civil guineense compreende três momentos importantes: o primeiro período vai de 1911 a 1915, com surgimento da Liga Guineense; o segundo período vai de 1950 a 1956, com o nascimento dos movimentos independentistas e nacionalistas; e o último demarca o período de 1980 a 1990 com o processo da democratização da sociedade. Contudo, são momentos de grandes relevos na vida social dos cidadãos, mas neste trabalho ilustramos quatro momentos, começando por período da democratização, visto que esse período nos oferece mais subsídios empíricos para compreender a evolução da sociedade civil guineense, sem desmerecer os esforços históricos empreendidos pelos autores.

Segundo Constantini et. al (2018), o primeiro momento que marca a sociedade civil bissau-guineense remeteria aos finais dos anos 1980 e até metade dos anos 1990, com as primeiras eleições multipartidárias no país[3]. É o momento da proliferação de várias organizações sociais nacionais e internacionais. Nesse intervalo do tempo, a sociedade civil afirma os seus primeiros passos como autônomos, capazes de enfrentar a máquina estatal e lutando para a construção de novas relações sociais, políticas e econômicas na sociedade.

Outros aspectos importantes que fazem jus a esse momento é o surgimento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) nos anos 1980; a abertura econômica em 1986 com a adopção das rápidas medidas generalizadas de ajustes estruturais identificada pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional; na sequência, a liberalização política em 1991 criando um ambiente favorável de disputas e conflitos políticos de natureza diversa; e em 1994 a realização das primeiras eleições legislativas e presidenciais no país.

O segundo momento é marcado pelo conflito político-militar[4] de 1998-1999, resultante no primeiro golpe de Estado após a abertura democrática no país, as organizações da sociedade civil viram as suas conquistas desmoronarem. Em decorrência, mais uma vez, foram perspicazes em criar redes de concertações, movimentos de apoio às populações desamparadas, surgimento de novos grupos sociais, desta vez com maior canal de diálogo com os doadores internacionais. Com efeito, viu-se a atuação mais incisiva da Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH), em preservar a promoção dos direitos das populações, sem deixar de mencionar a participação da Cruz Vermelha e Amnesty International. Em meio ao conflito, criou-se o Movimento Nacional de Sociedade Civil para a Paz, Democracia e Desenvolvimento (MNSCPDD) com propósito de criar mecanismos viáveis para resolução de conflito na altura existente (CONSTANTINI, et al., 2018).

O terceiro momento também emergiu em decorrência de outro golpe de Estado, em 12 de abril de 2012. Nesse contexto de tensões e pressões, as organizações da sociedade civil encaram esse momento de maneira diferente dos golpes passados, um novo formato de atuação das suas entidades tanto no plano nacional quanto internacional, um processo não mais relacionado com gestão de recursos e de ajuda internacional, mas sim com a ciência de que era necessário que a sociedade civil assumisse um papel político.

---

[3] Nas próximas seções trataremos sobre transição política do partido único para multipartidarismo na Guiné-Bissau.

[4] Esse termo parece um pouco confuso, porém explica a realidade bissau-guineense, em que os golpes são dados por parte das forças militares e quem dirige o país nesses momentos são os políticos.

Quarto e último momento dizem respeito à situação de normalidade constitucional em 2014, como a formulação do plano *terra ranka*[5], e as eleições legislativas e presidenciais, vendas pelo PAIGC nas legislativas e o seu candidato por ele suportado, José Mário Vaz. Para Barros (2015), nesse quadro as organizações de sociedade civil desempenharam um papel extremamente importante durante as eleições de 2014, na qual conseguiram de maneira satisfatória contribuir para a manutenção de um clima de tranquilidade e respeitabilidade durante todo o processo.

Para tanto, essas e outras características têm sido constantemente nas ações da sociedade civil, atuando ativamente nos espaços de negociações que por vezes está ligada à prevenção e gestão de conflitos. E as formas de que se reveste o seu envolvimento em conflitos têm sido muito variadas, determinadas a maior parte das vezes pela própria natureza dos mesmos, e pelos tipos de atores neles envolvidos. Portanto, desenvolveremos mais adiante sobre esse assunto que é o objeto do nosso estudo.

2.3 Guiné-Bissau, pós-indenpendências: partido único e a Sociedade Civil

A Guiné-Bissau nos primeiros momentos da sua independência, em 1973, assumiu o desenho político e institucional no formato do Partido-Único ou Partido-Estado, como sistema de governação, liderado pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC). Este é o modelo que se seguiu na maior parte dos países africanos que ascenderam às independências desde os anos cinquenta do século passado. A priori, a ideia do Partido-Único foi, então, vista como mecanismo que os países recém-independentes encontraram para lutar contra o tribalismo, o etnicismo e o regionalismo, em prol da construção do Estado-nação e da segurança nacional.

PAIGC, em particular, desde os seus primórdios, tinha projetado a ideia unipartidária cuja ambição partidária é de consolidação da sua base estrutural de poder no âmbito interno e, de igual maneira, procurava-se afirmar a sua legitimidade no plano internacional como o único partido representante que deveria negociar a independência nacional do país (SEMEDO, 2009).

[5] *Terra Ranka* é um plano estratégico e operacional do Partido Africano da Independência para Guiné e Cabo-Verde 2015-2020, cuja meta é concretizar todos os ensejos e aspirações do povo guineense e construir um progresso social. Mais informações verificar em: http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/gbs176530.pdf. Acesso: 10/03/2021.

Deste modo, vetaram qualquer possibilidade de outros movimentos existentes participarem no processo de negociação da independência ou terem acesso à tomada de decisão[6].

No entanto, alguns dos estudiosos bissau-guineenses julgam que a independência é resultado de transição fiel da administração colonial portuguesa pelos guerrilheiros ou elites do PAIGC que passou a controlar toda a vida política nacional (SEMEDO, 2009; NOBREGA, 2010)[7]. No entanto, "o partido experimentou dificuldades durante a sua gestão, que de alguma estão conectados com as situações vigentes de conflito interno decorrente do modelo político instaurado, que era estritamente fechado e que procurava na perseguição e repressão aparatos para manter o controle" (SEMEDO, 2010, p. 25).

Para o autor, esses fatos em certa medida corroboram com as dificuldades que o partido encontrou posteriormente para implementar seu programa de governo. E esses mecanismos também explicam os fracassos tidos pelos movimentos de libertação em África, a escolha do modelo político que se aproximava do regime comunista da ex-URSS, Alemanha oriental e outros países da Europa de leste e Cuba (*Idem*). Um dos principais ou principal problema que o PAIGC encontrou durante os seus primeiros momentos de mandato foi o desafio de lidar com a complexidade da máquina burocrática. O partido apresentava escassez de militantes com a formação técnico-administrativa necessária para fazer a máquina pública funcionar, sobretudo, no que diz respeito à distribuição dos cargos públicos e à garantia do bem-estar dos cidadãos (KOUDAWO, 1996).

Na mesma perspectiva, Macuane (2000) sustenta que os processos das independências africanas não produziram os efeitos esperados, tanto do ponto de vista político como econômico, o que se verificou foi a gestão desastrosa dos partidos únicos em todo o continente. Em vias de regra, são partidos com tendências autoritárias, as suas principais características são forjadas no controle total da sua população (repressão da liberdade de expressão, reunião,

[6] Existiam forças como Frente de Libertação Nacional da Guiné (FLING) e o Movimento de Libertação da Guiné (MLG) que também tentaram encontrar mecanismos de lutas pela independência, mas cujas ações foram inibidas pela forte atuação político-militar do PAIGC, sob o comando do seu grande estrategista, Amílcar Cabral. Com a conquista das independências, os militantes dessas forças, além de serem perseguidos, foram vistos como traidores da nação e nunca foram convidados a participar na formação governo e ainda foram forçados a se exilar no exterior (SEMEDO, 2009, p. 38).

[7] É importante lembrar que o país passou-se de um regime colonial asfixiante, extremamente centralizador e repressivo, para o regime de Partido-Estado ultra-centralizador, que aspirava controlar todos os aspetos da vida nacional, em nome da unidade nacional e segurança nacional (MENDY, 1996). Como sublinha Macuane (2000), são inspirados nas políticas de base Soviético, usam instrumentos de afastamento de qualquer contestação do regime instalado por meio da repressão e silenciamento dos seus oponentes, nesse caso, organizações insurgentes.

direitos civis e políticos, cultura e economia), ou seja, significa o banimento e a repressão de qualquer forma de contestação ao regime instalado ou manifestação do pluralismo político; como exemplo temos os casos dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP).

Na Guiné-Bissau, o artigo 4° da primeira Constituição da República assegurava ao partido único o poder absoluto sobre todo o território nacional "o PAIGC como único e legítimo dirigente e representante político da sociedade guineense" (KOUDAWO, 1996; MENDY, 1996). Lembrando que esse artigo também valia para os cabo-verdianos, o partido emergiu num contexto binacionalismo e, talvez o único na África com essa característica (SEMEDO, 2009).

Na visão do Huntington (1994), os sistemas de partido único geralmente emergem por revolução ou imposição soviética e incluem os países comunistas, o México e Taiwan (com a Turquia também se encaixando nesse modelo antes de sua democratização). Em síntese, nesses sistemas, o partido efetivamente monopoliza o poder, o acesso a este se faz através da organização partidária e o partido legitima seu domínio ideologicamente. Pode-se afirmar que a África, desde o primeiro momento das independências do seus países na década de 1960 até finais de 1980, vivia, em grande parte, sob regime do partido único com tendências socialistas, considerando que foram períodos da Guerra Fria, onde a ex-União soviética foi a principal patrocinadora do fim do imperialismo europeu no continente. A Guiné-Bissau não fugia da regra de jogo, o partido tinha fortes tendências socialistas, os apoios externos ao país vinham mais do bloco soviético e de Cuba, os patrocínios não convertiam apenas nos valores monetários, ajudavam na assistência médica e forneciam também bolsas de estudo.

Huntington (1994) reforça ainda que "sistemas de partido único, regimes militares e ditaduras personalistas suprimiram a competição e a participação dos grupos sociais" (p. 115). O PAIGC, além de combinar todas essas características durante o período que vai de 1974 a 1994, também afastava qualquer tipo de competição e participação. Os representantes do partido têm assento em toda parte, desde os conselhos ministeriais até as pastas menores: "sindicatos, cooperativas, movimentos sociais e grupos culturais". Segundo Semedo (2009), a maior e a primeira central sindical do país, a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG), foi fundada pelo PAIGC, sob a coordenação de Luís Cabral, em 08 de maio de 1961, em Guinea-Conakry, pouco antes do início da luta de libertação nacional, e é um dos poderosos instrumentos do partido de controle da massa.

A partir do primeiro golpe de Estado, em 14 de novembro de 1980, o país converteu-se numa ditadura personalista, que durou por 14 anos, sob domínio de João Bernardo Vieira

(NINO), como Presidente da República, Secretário-Geral do Partido e Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas da Guiné-Bissau. Na altura, o presidente Nino, com esse acúmulo de poderes, tinha possibilidades não só de controlar toda uma estrutura partidária como também as forças militares, o Estado e uma parte da estrutura social. Duverger (1980) citado por Semedo (2009) afirma que o chefe no modelo do partido único é tido como onisciente, onipotente, infalível, infinitamente bom e sábio, ou seja, toda palavra que sai da sua boca constitui a verdade, toda a vontade que ele emana é a lei do partido.

Contudo, percebe-se que o partido único também enveredou pelo caminho de persuasão sobre a massa, ao mesmo tempo, vê essa técnica só como algo insuficiente e isolada, através desta percepção partem por meio de vigilância restrita e repressão. O PAIGC criou diversas formas de manipulação da sociedade civil, contudo, deparou-se com resistência e perseverança das organizações sociais, em especial das organizações culturais contra o seu regime, acabou resultando na perseguição e desestabilização dessas organizações.

A obra clássica "transições dos regimes autoritários: primeiras conclusões", O´Donnell e Schmitter (1936) (traduzido em 1988) apontam que, a trivialização da cidadania e repressão das identidades políticas, a partir das entranhas do regime autoritário, destrói os espaços políticos auto-organizados e autonomamente definidos e os substitui por uma arena pública controlada pelo Estado, na qual todas as discussões devem ser encetadas segundo códigos e termos estabelecidos pelo governantes.

A partir desta perspectiva, podemos encontrar nos argumentos de Álvaro de Nobrega, de que na época do partido único, o PAIGC foi mais longe do que o Estado colonial português na supressão de movimentos concorrentes, legitimando apenas as suas organizações de massas, como: Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC), União Democratas de Mulheres (UDEMO) e dos Pioneiros Abel Djassi. Estas organizações foram estruturas criadas para, numa primeira fase, apoiar as estratégias de mobilização do partido (na disseminação da ideologia do partido), mas serviram igualmente de relais das relações com instituições congêneres ou simpatizantes da luta de libertação conduzida pelo partido (NOBREGA, 2010).

É bom deixar claro que, consciente do processo histórico do imperialismo português no continente africano, as afirmações de Nóbrega soam exagero demasiado em comparar o regime de partido único com o colonialismo português, levando em conta que são contextos totalmente diferentes e o colonialismo europeu sem dúvidas configura com um dos atos mais cruel e desumano da história de humanidade. Porém, nos ajuda imaginar, refletir e processar o que foi

a brutalidade perpetrada durante o regime monolítico e o seu impacto no ambiente político, social e econômico do país.

Huntington (1994) se convencerá que a ideologia conta como uma das principais características do regime de partido único, ao mesmo tempo que a própria ideologia entra nos conjuntos de problemas que o regime carrega (por falta de abertura). Visto que, categoricamente, a ideologia do partido definia a identidade do Estado, caso contrário, a oposição ao partido implicaria na traição ao Estado. Não obstante, o PAIGC, nos seus primeiros momentos no poder, olhavam as forças partidárias opositoras à sua ideologia como traidores da independência nacional, como no caso dos líderes da Frente da Liberdade Nacional da Guiné (FLING) e MLB, perseguindo e forçando-os a se exilar no exterior, muitos líderes desses partidos foram para o Senegal.

Como já enfatizamos, as organizações criadas pelo PAIGC foram base da instrumentalização política que o partido encontrou para engendrar e legitimar a sua política ideológica. No entanto, elas teriam marcado todo o espaço social e consequentemente a sua evolução, além desse caminho de criar organizações sociais de satélite, o partido desenvolveu-se blindagem contra qualquer tipo de iniciativa dos movimentos sociais insurgentes, por exemplo, através da máquina estatal, determinou a proibição dos escuteiros, limitando a presença das Igrejas Católicas no campo social.

> (...) A firme vontade do PAIGC em proceder à transformação radical da sociedade guineense, entre outras através de uma nova política de criação do homem novo, promoveu a presença de organizações de a todos os níveis do espaço social e em direção a grupos específicos como o dos trabalhadores, das mulheres, dos jovens e das crianças. Concomitantemente, foi desenvolvida uma estratégia de desencorajamento, silenciamento e até aniquilação de organizações concorrentes, algumas delas oriundas da época colonial, como foi o caso do Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio, Indústria e Agricultura (SNECIA) (CARDOSO, 2008, p. 11).

Nesse ínterim, de fato, o partido de maneira efetiva conseguiu integrar um número significativo das populações urbanas nas suas organizações sociais, porém, durante o regime que durou o partido-único no poder, as populações não cessaram de se organizar em associações informais, sejam elas de caráter cultural, desportiva ou político (KOUDOWO, 1996). Isso mostra que o domínio do partido único na sociedade bissau-guineense se dava por meio do medo e da repressão. No entanto, podemos afirmar que o seu controle era parcial, principalmente por meio da sociedade civil. Como mostra Cardoso (1996) as organizações sociais estavam se reinventando e modificando constantemente as suas políticas de atuações

perante o regime que as segregava, nesse sentido, as estruturas tradicionais de socialização, as *mandjuandades*, serviram de refúgio a expressões autônomas das populações.

De acordo com O´Donnell e Schmitter (1988), normalmente os artistas e os intelectuais são primeiros a manifestar oposição pública aos regimes autoritários, com frequência antes da transição ter sido lançada. Levando em conta a capacidade de se expressarem através de metáforas oblíquas que, sem dúvidas, os protege, tal como o fato de pertencerem a um sistema internacional de intercâmbio cultural. Destarte, na Guiné-Bissau a experiência da oposição durante o regime do partido-único não foi diferente, podemos ilustrar algumas aversões ao referido período, começando por diversas formas de atuação societal, por artistas (músicos e poetas); *griots*, *djidius*[8], *mandjuandades*[9], através dos grupos culturais; as organizações da sociedade civil (Igreja, Sindicatos, Organizações Não-Governamentais, Órgãos de Comunicação Social, Associações Profissionais e de Base Comunitária) sem deixar de incorporar os intelectuais na criação de Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP-GB) com propósito de promover e coordenar pesquisas científicas no campo das ciências sociais e naturais.

As *mandjuandades*, cuja gênese remete-se ao período pré-independência, através da sua estrutura e dinâmica organizacional, serviram de refúgio para as organizações sociais das suas expressões autônomas e vínculo de solidariedade e identidade do grupo, ainda no período colonial. Segundo Cardoso (1996), nos momentos pós independência, as mandjuandades são citadas como representantes não só da expressão da vitalidade das estruturas tradicionais, mas da sociedade com *tout court*. Nesse sentido, o fenômeno de refúgio poderia explicar o porquê,

[8] Djidius- também são considerados poetas, contadores de histórias e guardiões da oralidade nas sociedades africanas.

[9] Mandjuandades- Para Maria Odete Semedo (2010), as mandjuandades são compreendidas como grupo organizado, cuja finalidade é a solidariedade social entre os seus membros, existem em todos os grupos étnicos da Guiné-Bissau. Cada grupo denomina a coletividade por um termo específico da sua língua, mas sendo o crioulo guineense a língua franca, todos os grupos étnicos a usam. Logo, para além do nome vernáculo que define coletividade, usa-se a denominação em crioula, ou seja, o termo mandjuandadi. No mesmo sentido, Bull afirma que, na sua estrutura interna, a Mandjuandade abrange um Rei, uma Rainha, um Meirinho ou Merinha, um Cordeiro e um Djidiu. Todos possuem funções dentro do grupo. Assim, uma Rainha ou um Rei são chefes do grupo e, em caso de rituais, festas de aniversários ou casamento, determinam o montante a ser pago pelos soldados (elementos do grupo), para realizações de eventos. O Cordeiro é mensageiro da comunidade. Já os soldados, embora não tenham uma função específica no interior do grupo e, sempre que necessário, são convocados para qualquer atividade que o Cordeiro não se dispõe a fazer (TEIXEIRA, 2008, p. 49, apud BULL, 1989, p. 171).
A primeira Mandjuandadi tem mais de cem anos de existência. Hoje, cada vez surgem outros grupos de mandjuandadi, sobretudo, nas grandes cidades como a Bissau, Bolama e Cacheu, que com o tempo vêm ganhando características novas sem perder as formas originárias de solidariedade e da sua identidade cultural (TEIXEIRA, 2008).

com a declaração oficial do fim do partido único, houve uma explosão de organizações da sociedade civil. Na verdade, ela foi fundamental para que se chegasse a essa declaração.

No mesmo sentido, Teixeira (2008) chama atenção a essas categorias (*mandjuandades e djidius*), que, de um lado, seriam categorias que ampliam a compreensão da noção de sociedade civil bissau-guineense, pela ênfase atribuída à participação política – como instâncias da integração da vida associativa nacional e, por outro lado, a observação que se faz é que as duas dimensões nos levam na busca de especificidades e novas formas de luta encontrada pela sociedade civil.

> Este fenômeno espontâneo de refúgio, que não comportava qualquer rebeldia declarada nem se afirmava abertamente forma de resistência passiva, pode ter lugar graças ao consenso à volta de certos valores tradicionais. Além disso, o modo não reivindicativo e, portanto, não conflitual de expressão dos grupos de mandjuandade, bem como as possibilidades da sua recuperação por parte das organizações de massas, tornaram possível a sua atuação de autonomia (KOUDAWO, 1996, p. 79).

Sendo assim, Barros e Rivera (2010) citado por Barros (2014), reforçam que essa engenharia que os atores sociais encontraram nas *mandjuandades*, têm influenciado aspetos comportamentais e relacionais de grande parte dos guineenses, permitindo a afirmação não só de sociabilidades, como de construção de alternativas de emprego, geração de renda e até influências na governação, alicerçados nas redes sociais, entre o localismo e o cosmopolitismo, como sujeitos sociais, contribuindo assim para desconstruir a dicotomia formal/informal.

Na maior parte da África, as organizações que começaram a desafiar a legitimidade do Estado (partido único), recorriam para as estruturas tradicionais de socialização, em defesa dos seus direitos e na afirmação das suas autonomias e, na Guiné-Bissau, as *mandjuandades* serviram como os principais lugares para essas organizações. De acordo com Odabare (2011), a sociedade civil era uma *dádiva de Deus* – uma bandeira sob a qual vários grupos, até então separados pela manipulação do Estado, podiam se unir. A sociedade civil tornou-se não apenas um veículo de clareza e coerência ideológica, mas um espaço de sociabilidade fora do alcance de um Estado tradicionalmente autoritário.

Mormente, essas expressões culturais e artísticas, além dos seus repertórios de ações internas, costumam manter estreitos vínculos com algumas instituições externas, como organismos internacionais, universidades, revistas literárias, discussões acadêmicas, associações profissionais e centros de pesquisas (O´DONNELL, SCHMITTER, 1988). Através dessas conexões, conseguem ampliar as suas ferramentas analíticas, abrindo, assim, teias de debates e temas em fórum não público e ajudando a estabelecer ligações de experiências

análogas passadas em outros países. Muito embora esses desafios não penetram nos níveis em que é exercido o poder real, eles têm grande êxito em corroer as bases normativas e intelectuais do regime.

No que diz respeito ao INEP, emergiu no ápice do partido único e da ditadura personalista do João Bernardo Vieira, criado em 1984, por um pequeno grupo de intelectuais bissau-guineense, sob a liderança do Sociólogo e Historiador Carlos Lopes (TRAJANO FILHO, 2002). O Instituto tem como propósito é promover os estudos e pesquisas no domínio das ciências sociais e naturais relacionados com os problemas de desenvolvimento do país, sobretudo, na valorização dos recursos humanos locais.

A partir da sua atividade literária e editorial, o instituto de pesquisa conseguiu uma vasta literatura abordando diversas temáticas de interesse nacional como: a construção do Estado-nação; globalização; autoritarismo do partidos unidos em África, desenvolvimento dos grupos étnicos; tornando-se, a partir dos anos 1980, o maior centro de pesquisa em ciências sociais da África Lusófona (LOPES, 2005). Segundo Trajano Filho (2002), as suas atividades de investigação são distribuídas por três centros: Centro de Estudo de História Contemporânea (CEHC), Centro de Estudo Sócio-Económicos (CESE) e o Centro de Estudos Tecnologia Apropriada (CETA), com efeito, a partir da sua editora *Soronda*[10], foram publicados 117 artigos científicos, 25 notas de leitura, 17 documentos, 4 obituários e 3 editoriais, nos 20 primeiros números da revista, entre os anos 1986 e 1995. Com produções intelectuais dos autores nacionais e estrangeiras, como ilustra o quadro a seguir:

QUADRO 1

Produções dos autores da INEP

		AUTORES		
PRODUÇÕES		Guineenses	Estrangeiros	Total
Artigos	117	27	47	74
Notas de Leitura	25	5	15	20
Documentos	17	---	---	---

[10] *Soronda*- Revista de Estudos Guineenses, editada desde 1986, tem o espírito de manifestação multidisciplinar e interdisciplinar de interconhecimento de todos os investigadores permanentes, associados e com interesses em publicar artigos científicos e ensaios. SORONDA, do crioulo guineense, tem múltiplas significações: desabrochar, germinar, crescer, etc.

Obituários	4	2	1	3
Editoriais	3	--	---	---

Elaboração: Trajano Filho (2002).

Esses dados fazem menção às nacionalidades dos autores. Visto que alguns autores são contabilizados duas ou três vezes como autores de artigos, notas de leitura, obituários como equivalentes às nacionalidades. Importante, informar que, as suas produções acadêmicas eram voltadas para as realidades endógenas e, sobretudo, as suas contribuições são focadas em prol do desenvolvimento nacional. Desta feita, vale também enfatizar que essas produções não são homogêneas, existem diferenças de interpretações, principalmente no que se refere aos conteúdos, às práticas e às formas de articulações encontradas pelos movimentos sociais.

Segundo Teixeira (2008), nos anos 1990, com advento da democratização da sociedade, os pesquisadores do INEP redirecionaram as suas investigações, dando mais atenção ao estudo e análise sobre a democracia. De certa maneira, imposta pelo Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI) como condição para a liberalização de novos créditos. Nesse período, por exemplo, as contribuições de Cardoso (1996), Augel (1991), Mendy, (1996), Koudawo, (1996, 2001), Gomes (1996), Silva (1996), Duarte (1996), Monteiro e Martins (1996), Cardoso e Imbali (1996) são ilustrativos.

Em síntese, fica evidente que as mobilizações da sociedade civil não se dão apenas através das zonas marginalizadas ou pouco estruturadas do espaço social. Elas emergem também do dentro das agências de controle social. Na Guiné-Bissau, as ações feitas por partido único corroboram com a nossa afirmação, especificamente no que diz respeito ao controle social, a partir da criação das agências sociais de apoio ideológico e político. Porém, faz-se necessário sublinhar a relevância dos atores sociais da oposição ou contestatória do regime, utilizando as *mandjuandades* de forma inteligente para a suas resistências.

Com advento da democracia em África, nos finais dos anos 1980 e princípios de 1990, a sociedade civil foi bastante ativa em termos de mudanças de regime. Mas o que chama mais atenção é o papel desempenhado pelas organizações na constituição e consolidação de um espaço público, claro, através das organizações tradicionais (culturais).

2.4 Sociedade Civil e a transição democrática na Guiné-Bissau

A democracia enquanto um sistema político tem recebido constante atenção desde o seu surgimento. E, por conseguinte, na atualidade é um assunto que possui uma vasta literatura em diversas áreas de estudos, essencialmente no campo da ciência política, no entanto, o seu alargamento no contexto africano enquanto um modelo político ainda é recente comparando-se com os países do ocidente. Nesse sentido, nessa seção, dedica-se a debruçar sobre a temática no contexto africano, em especial no caso bissau-guineense.

Considerando que, aqui, a nossa discussão sobre a democracia e transição democrática está voltada ao contexto africano, contudo, partiremos da classificação da obra clássica do Samuel P. Huntington "a terceira onda: a democratização no final do século XX" (1994), em que este autor caracterizou, entre os anos que corresponde 1974-1990, como *a terceira onda*, em que a democracia liberal viveu um dos seus momentos de maior expansão, com o processo massivo de transição dos regimes autoritários para a democracia. Vide os países do Sul e Leste da Europa, da América Latina e África (no caso africano, maior parte dos países transitaram de partidos únicos a multipartidarismo e na sua maioria nos inícios de 1990).

Nesse sentido, Huntington (1994) afirmaria que, nos 15 anos que se seguiram ao fim da ditadura portuguesa em 1974, regimes democráticos substituíram regimes autoritários em aproximadamente trinta países na Europa, Ásia e América Latina. Em outros países ocorreu uma considerável liberalização dos regimes autoritários. Não obstante, o fim do império português produziu cinco governos não-democráticos. Ao mesmo tempo, o ator observa que na África e no Oriente Médio, o movimento no sentido da democracia nos anos 1980 foi bastante limitado.

No entanto, a partir das *ondas da democratização* desenvolvidas pelo Huntington, o nosso interesse cinge na *terceira onda* da transição dos regimes não-democráticos para a democracia. Visto que o período em questão data a fase final da descolonização europeia no continente africano e a adoção do sistema político democrático, a Guiné-Bissau tornou-se independente em 1973 e reconhecido por Portugal em 1974, na sua primeira fase de um Estado autônomo adotou sistema político de partido único, liderado pelo PAIGC. Em seguida, no final dos anos 1980 e início de 1990, conseguiu adotar a democracia como um modelo político de governabilidade, impulsionado pelos fatores internos e os agentes internacionais.

No que diz respeito ao ambiente interno, a sociedade civil aparece como ator relevante no protagonismo do processo de democratização no país. Como enfatiza Koudawo (1996) com

a supressão do artigo 4° da constituição de 1984, que consagrava o PAIGC como força dirigente da sociedade, iniciou-se uma nova evolução da sociedade civil. Na realidade, essa evolução vinha de mais longe, assim, destacando a participação assídua das *mandjuandades* que geraram ambientes propícios e proporcionavam uma profusão sem precedentes de iniciativas socioculturais.

Essa diligência da sociedade civil é provocada não somente por violência e repressão do regime do partido único, mas também por uma profunda crise econômica. A Guiné-Bissau, sendo um dos países mais pobres do mundo, tendo praticado ao longo dos primeiros quinze anos da sua independência uma política econômica desastrosa e a consequente perda de legitimidade do partido único, que não foi capaz de proporcionar bases minimamente aceitáveis para garantir o bem-estar da população (CARDOSO, 1995; BIJAGÓ, 2017). Essa situação, em especial, é verificada nos países africanos da língua portuguesa (PALOP), o despreparo dos seus dirigentes em relação à máquina estatal (burocrática) resultou em parte o fracasso do regime vigente em gerenciar adequadamente os Estados recém-independentes, levando-os a uma situação socioeconômica precária e uma posição dependente na economia mundial.

Para Koudawo (1996) a liberalização econômica deu-se em 1986, abrindo novos horizontes a certas camadas sócio-profissionais e despertou significativamente a atuação cada vez mais autônoma dos agentes sociais (de grupo de cidadãos e de interesses). Contudo, o autor afirma ainda que o momento da liberalização do mercado teve êxito, mas a sua evolução foi lenta e não gerou uma expansão imediata da sociedade civil. Mas, por outro lado, "a liberalização política em 1991, sim, serviu de verdadeiro ponto de partida para o aparecimento em cena da sociedade civil" (KOUDAWO, 1996, p. 80). Entende-se que a abertura no âmbito da economia colocou em marcha um processo de mudança social, contudo, as potencialidades da sociedade civil só podiam afirmar-se enquanto agentes relevantes da pressão interna, que foi possível a partir de um ambiente jurídico e político.

Antes de avançarmos com o assunto da sociedade civil e democratização do país, é importante aqui fazermos menção à instrumentalização interna dos jovens quadros do PAIGC (partido no poder há dezesseis anos) na tentativa de criar as mudanças internas dentro do partido (sugeriram uma democrática interna), ou seja, um formato de democracia que somente atendia a estrutura do partido e, sobretudo, criar espaço para diálogo nas clivagens que facilitasse a estruturação e a circulação da elite política (SEMEDO, 2009). Que de uma certa forma criou-se um ambiente propício para as eventuais proliferações dos partidos políticos e das organizações da sociedade civil como todo. Nesta perspectiva, surgiu iniciativa de um grupo

de 121 militantes e quadros do partido subscrevendo uma carta (chamada carta 121) ao Presidente da República, Secretário-geral do Partido e General Nino Vieira, para exigir a democracia interna do partido, durante o II Congresso Extraordinário do Partido realizado em janeiro de 1991, nas instalações de Base Aérea (KOUDAWO, 1996; SEMEDO, 2009).

Segundo Cardoso (1995), a assinatura da Carta dos 121 provocou nitidamente a divisão do partido em dois grandes grupos: os que são a favor da mudança e os que, embora aceitando-a formalmente e de coração para fora, tendem a defender o status quo. E o II Congresso do partido teria sido marcado por uma luta entre três facções que coexistiam dentro da organização: conservadores, reformistas e liberais.

> Estes últimos, apesar de favoráveis à abertura política e ao pluralismo, preferiam a criação de tendências dentro do PAIGC, num sistema de partido único, mas com uma prática mais democrática, argumentando de que não existia uma oposição digna desse nome e que o ideal era melhorar o que existia, trocando as principais figuras do quadro político guineense e renovando as estruturas e métodos de funcionamento. O seu esquema previa que este tipo de democracia interna permitia ao país desenvolver-se, mantendo a estabilidade atual (CARDOSO, 1995, p. 269).

Não obstante, a ala conservadora na sua grande maioria constituída por veteranos de guerra colonial, viu o seu poder ameaçado e decidiu a não aceitação de democratizar o partido. Segundo Semedo (2009), os veteranos não queriam abrir mão dos privilégios que o modelo de partido único lhes oferecia. Contudo, as alas não conseguiam ultrapassar essa ambiguidade e a resistência dos conservadores por uma abertura interna fez com que os reformistas do movimento da Carta 121 optassem por abandonar o partido e criar ou juntar a outra força política, onde podiam ter mais liberdade de formular propostas e vê-las serem consideradas pelas suas organizações políticas.

Entretanto, esse embate acabou por desmantelar em parte a legitimidade do partido, dando, assim, mais força para os partidos existentes e formação dos recém-partidos, em sua maioria dissidentes do próprio PAIGC, por exemplo, o Partido da Renovação Social (PRS), o Partido Movimento Bafatá e Frente de Liberdade Nacional da Guiné (FLING), além de várias organizações da sociedade civil.

Cardoso (2008) observa que os anos de 1990 são de grande efervescência da sociedade civil africana, com o desenvolvimento de práticas democráticas e estabelecimento de uma nova relação entre o público e privado. Verifica-se também o seu fortalecimento em diversos países do continente, representados por diversas entidades organizacionais, pelos sindicatos, pelas diferentes organizações associativas, pelos grupos de pressões, associações de mulheres, por

voluntários, grupos financeiros e religiosos, pela imprensa e demais instituições e organizações pró-democracia.

A título de exemplo, destacam-se as coalizões dos grupos cívicos e greve dos operários na Suazilândia, exigindo o fim do partido único; na Zâmbia, a formação dos movimentos sociais para exigir a democracia multipartidária; a forte rejeição do regime do partido único no Malawi; na República Democrática do Congo, a derrubada do Mobutu Sese Seko; No Congo Brazaville, greve e paralisação dos sindicatos em 1990; no Níger, revolta dos movimentos sociais em novembro de 1991; Gabão, Guiné-Conakry e Guiné-Bissau em 1991; Camarões e Mauritânia em Junho de 1991 (MAKUMBE, 1998). Além das mobilizações dos anos 1960 dos movimentos independentistas contra a colonização europeia no continente, os anos de 1990 evidenciam como ponto fundamental da emergência da sociedade civil africana na contemporaneidade.

Na sequência desses eventos, caso bissau-guineense em particular, nota-se por uma vitalidade da sociedade civil, evidenciada pelo rápido crescimento dos seus componentes e pela diversidade da sua atuação. Não obstante, quatro grandes áreas de atuação apresentaram mudanças significativas e reveladoras das tendências profundas em curso da sociedade civil. Koudawo (1996) afirma que o setor das organizações não-governamentais (ONGs) cresceu mais rapidamente. Ajudado por um contexto nacional favorável à sua emergência, e à sua expansão em menos de dez anos de 1990 a 1996, passou para mais de 30 organizações. Nos dias de hoje, esse número ultrapassa mil, incluindo organizações internacionais.

> Os sindicatos também conheceram um crescimento importante. Até a década de 1980, praticamente só contava com a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG). Nos períodos dos anos 90, contava com mais 20 sindicatos, uns tutelados pela Confederação Nacional dos Sindicatos Independentes (6) e outros pela UNTG (cerca de 16). As duas centrais sindicais definem-se como defensores dos interesses e dos direitos dos trabalhadores, e integram o Fórum da concentração social (CARDOSO, 2008, p. 11).

No domínio da vida associativa, também houve um impulso dos seus grupos, não se especializando em nenhuma atividade. Por exemplo, são associações de múltiplas naturezas e de determinadas localidades (cidades, aldeias ou vilas) que se constituem em grupos alargados com a única finalidade de preservarem a sua identidade (CARDOSO, 2008). No entanto, outro setor fértil em organizações sociais com importância capital na promoção da coesão social e solidariedade horizontal são as redes informais de entreajuda social e econômica (**mandjuandades**, grupos ligados às igrejas, grupos de entreajuda e de preservação dos valores culturais, entre outros) (*Idem*).

Vale apontar que esses e outros eventos não podem ser dissociados do contexto internacional, por exemplo o colapso do socialismo na União Soviética; a queda do muro de Berlim; a introdução generalizada de programas de ajustes estruturais; foi um marco inaugural de uma nova forma de organização social, principalmente na África, Europa do Leste e Ásia. As mudanças ocorridas no plano internacional nesse período tiveram uma influência determinante sobre a evolução da crise do regime do partido único. De acordo com Koudawo (1996) elas foram um poderoso catalisador da evolução da Guiné-Bissau em direção ao pluralismo político, uma vez que o país é extremamente dependente da assistência estrangeira principalmente, Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI).

Com efeito, os movimentos de pressão internacional atuaram como faca de dois gumes, de um lado reforçaram estruturas econômicas dependentes e de outro lado condicionaram o Partido-Estado a aderir ao multipartidarismo, com compromisso de garantir a funcionalidade das instituições democráticas. Como adverte Huntington (1994) a democratização num país pode ser influenciada, talvez de maneira decisiva, pelas ações do governo e instituições externas a ele. Ou seja, deve-se dizer que os atores estrangeiros são importantes na aceleração ou no retardamento dos efeitos do desenvolvimento econômico e social sobre a democratização.

Queiroz (2017) aponta que o papel exercido pela democracia no fomento da ajuda externa e a importância da captação de ajuda externa para a transição democrática é um tema que, além de relativamente pouco estudado, não encontra um consenso na literatura. Enquanto que alguns acadêmicos postulam que ajuda externa fomenta a democracia, outros afirmam que ela, em muitos casos, fortalece os governos autoritários. Contudo, pautando para o contexto africano, bissau-guineense em particular, através da literatura percebe-se que a ajuda externa exerceu um papel colossal para a democratização, principalmente as ajudas externas de financiamentos econômicos acompanhado de condicionalidades que fomentam na aplicação e instauração da democracia.

Para tanto, a crise econômica já mencionada colocava os governos africanos a aumentarem cada vez mais a dependência diante do Ocidente. Nesse sentido, estamos a referir que a configuração do sistema econômico global induzia os governos africanos em situação de dependência. A partir das instituições Bretton Woods, o Ocidente começou a empregar as duras regras do jogo, chamadas de condicionalidades, para que os países africanos pudessem beneficiar-se dos financiamentos (CARDOSO, 1995; BIJAGÓ, 2017).

O fato curioso é que os PALOP de modo geral tinham uma forte ligação histórica e se beneficiavam de ajuda econômica financeira da União Soviética, com o fim da Guerra Fria e consagração da supremacia ocidental, tiveram que procurar e costurar laços com o Ocidente, que por sua vez passou a exercer mais pressão com vistas a reformas democráticas baseadas no modelo ocidental.

Conforme Bijagó (2017) os ajustes estruturais condicionados por esses organismos consistiam basicamente em quatro exigências fundamentais: 1) remover os obstáculos ao funcionamento da economia de mercado (a liberalização econômica); 2) reduzir as despesas do Estado, particularmente os gastos com a administração; 3) reduzir a inflação e estabilizar a moeda ao nível do seu valor real; 4) intensificar a exportação de produtos exportáveis e aumentar as receitas de exportação.

A partir dos fatores internos e externos elencados aqui de maneira sucinta, conduziu-se em vários países africanos a liberalização democrática, os partidos únicos que perfilavam a mais uma década no poder, o PAIGC, com quase 20 anos, se viu obrigado a aderir às transformações em curso. Nesse intervalo, os partidos tanto no poder quanto de oposição, que se multiplicaram após a liberalização política, carecem em nível organizacional, nos moldes democráticos e muito menos um entendimento do complexo processo democrático.

> Se de um lado a abertura democrática colocou um fim ao monopartidarismo em grande parte do continente africano, por outro abriu espaço para a proliferação dos partidos políticos, muitos deles sem mínimas estruturas de funcionamento, o que dificultou a regularidade e a operacionalidade de suas atividades, restando-lhes o período eleitoral como o momento privilegiado de suas ações (BIJAGÓ, 2017, p. 222).

Diferente da experiência em Cabo-Verde, onde a oposição se cristalizou em torno do movimento para a democracia em São Tomé e Príncipe em que os opositores do regime aceitaram organizar-se em torno do Partido da convergência democrática e grupo de reflexão, na Guiné-Bissau, a oposição apresentou-se profundamente dividida durante todo o processo de transição. Segundo Cardoso (1995), até nas vésperas das eleições os doze partidos da oposição viam-se mais como rivais políticos do que organizações políticas cujo objetivo fundamental na altura era destronar o PAIGC e instaurar a democracia pluripartidária.

No entanto, essas transformações permitiram, em junho de 1994, a realização das primeiras eleições gerais multipartidárias na Guiné-Bissau (legislativas e presidenciais) com 15 partidos concorrentes e 6 candidatos para presidente, sendo que, o PAIGC conseguiu sair vitorioso com um percentual esmagador de 64, 4% de votos e o seu candidato suportado para

presidenciais João B. Vieira, obtendo 46, 20% na primeira volta. Segue o quadro em baixo 2, 3 e 4:

QUADRO 2

Resultados das eleições legislativas de 1994

Partido	Votos	%	Deputados
PAIGC	144, 982	46,20	64
RGB-MB	57, 566	19,78	18
UM	36.798	12,44	6
PRS	29.957	10,29	12
PCD	15.411	5,29	---
PUSD	8.286	2,84	---
FLING	7.475	2,56	1
FCG-SD	494	0,27	---

Fonte: dados da CNE, In: Cardoso (1995).

QUADRO 3

Resultados das eleições presidenciais primeira volta

Candidatos	Votos	Percentagens
João B. Vieira	142.577	46,20
Koumba Yala	67.518	21,88
Carlos D. Gomes	53.825	17,44
Domingos F. Gomes	15.645	5,07
François K. Mendy	8.655	2,80
Bubacar Djalo	8.506	2,76
Victor S. Maria	6.388	2,07

Antoneta Rosa Gomes	5.509	1,79

Fonte: dados da CNE, In: Cardoso (1995).

QUADRO 4

Resultados das eleições presidenciais segunda volta

Candidatos	**Votos**	**%**
João B. Vieira	161 083	52,00
Koumba Yala	148 664	48,00

Fonte: dados da CNE, In: Cardoso (1995).

A partir dos quadros 2, 3 e 4, fica visível a manutenção do poder do PAIGC nas primeiras eleições que marcaram a transição do regime monolítico para multipartidarismo, diferente do que foi observado em Cabo-Verde, que na sua primeira eleição em 1991 o Partido Africano da Independência de Cabo-Verde (PAICV) foi derrotado pelo Movimento para a Democracia (MPD). Para Koudawo, a transição cabo-verdiana deu-se por meio de controle civil burocrático sobre os militares, com isso facilitou a alternância do poder; e no caso bissau-guineense o processo foi inverso, inacabado e sobreposto. Em 1994, de maneira muito tímida, confirmou a mudança do regime, mas sobressaiu o poder militar herdado pelo PAIGC desde os seus primórdios.

Segundo Teixeira (2015), esse debate marcou as formulações dos pensadores africanos sobre o processo de democratização, atrelado às "transições controladas" pela elite militar, mas por razões distintas dos contextos do Sul da Europa e da América Latina, dadas suas especificidades. Nesse ínterim, "as intervenções militares nos processos políticos tornaram a convivência e a reivindicação democrática do Estado e da sociedade civil mais difícil de serem articuladas" (TEIXEIRA, 2015, p. 73). Por exemplo, três anos após a realização da primeira eleição na Guiné-Bissau, o país foi confrontado por um conflito político e militar no dia 7 de junho de 1998, que só conseguiu enfrentar 11 meses depois, arrastando a sua população ainda mais na situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica.

2.5 Direitos políticos e liberdades civis na Guiné-Bissau

A politização e a instrumentalização da política em África acabaram por lançar as balizas do poder absoluto do Estado. Assim o poder absoluto utiliza os indivíduos e as comunidades como recursos e instrumentos e não como conjuntos que possuem autonomia de gestão e personalidade coletiva (caso do PAIGC). Essa afirmação evidencia os momentos da pós-independência na Guiné-Bissau e os PALOP como um todo.

Em muitos países africanos, algumas experiências democráticas ocorrem logo após as independências no caso de Botsuana e Maurícia (QUEIROZ, 2017). Contudo, os países africanos de expressão portuguesa não tiveram as mesmas experiências, como tínhamos apontado antes, que após a independência tiveram que instaurar regime de partido único de caráter socialista. E as suas experiências com o regime democrático deram-se após vinte anos, no caso bissau-guineense em 1994.

No entanto, o PAIGC, além de recorrer por repressão e violência do Estado, através de policiais e militares, o partido implantou nos bairros e aldeias do país o comitê de base que tinham como função fazer a justiça, cobrar fidelidade dos cidadãos ao partido e cobrar em termos de informações com os serviços de segurança de Estado. Do mesmo modo, o partido tinha planos ao serviço da segurança dos movimentos de qualquer partido de oposição, essencialmente os membros do FLING. Segundo Semedo (2009), todos os grupos políticos com ideologias opostas à do PAIGC eram considerados traidores.

Com efeito, os direitos políticos possibilitam aos cidadãos a livre participação no processo político, seja por meio do voto, da competição para cargos públicos ou do direito a eleger representantes que tenham impacto decisivo nas políticas públicas. Já as liberdades civis encontram-se relacionadas à liberdade de expressão, de crença e de associação, da garantia do estado de Direito e à autonomia pessoal frente à interferência do Estado (FREEDOM HOUSE, 2015).

Conforme Queiroz (2017), em decorrência de crises políticas e incertezas marcando esse período, principalmente nos países como Guiné-Bissau e Angola, resultou em ganhos mínimos no escopo eleitoral desses Estados. Para a autora, essas mudanças foram evidenciadas, em grande parte, pela existência de eleições legislativas periódicas, que permitiam aprovar ou rejeitar a constituição geral do parlamento, sendo proibido o voto nominal. Nesse ínterim, o critério utilizado para votar e obter votos eram “sim” ou “não” para a composição da Assembleia Nacional, que em seguida escolheria o presidente do país, com um mandato de

cinco anos, podendo ser reeleito de maneira irrestrita. Lembrando que não tinha nenhum outro partido concorrente e os votos cingiam somente para os membros do PAIGC.

No âmbito do partido único, Guiné-Bissau realizou quatro eleições legislativas, sendo elas nos anos de 1972, 1976, 1984 e 1989 (AFRICAN ELECTIONS, 2016). Esse período foi marcado por grande instabilidade social, política e econômica, como é enfatizado nas seções anteriores. Com uma administração débil em termos de recursos humanos e econômico, resultando uma expressiva desarmonia social e política, que se encontram pautada em duas questões principais, a saber: "as longas lutas fratricidas entre a ala militar e a direção política do PAIGC e as contradições entre guineenses e cabo-verdianos em relação ao projeto de Estado binacional imposto pelo PAIGC, sem o consentimento dos dois povos" (LOPES, 2010, p. 08, apud QUEIROZ, 2017).

Nesse período, dois importantes momentos destacam-se em nossa análise que são, 1) primeiro golpe de Estado denominado (*Movimento Reajustador*) em 14 de novembro de 1980, onde o presidente Luís Cabral foi deposto pelo General João Bernardo Vieira, sob pretexto de preservar a memória do passado "tradicional" como contrapondo "modernização" defendida pelo Luís Cabral (AUGEL, 2007). Outra justificativa do golpe seria de retirar o poder político da mão dos cabo-verdianos, que detinham cargos chaves no governo para devolvê-los aos verdadeiros combatentes bissau-guineenses, que dirigiam as principais frentes de combate para a independência (TEIXEIRA, 2015). Em resposta ao golpe por parte de Cabo-Verde, originou a desintegração entre os dois países, interrompendo um processo histórico de luta e unificação da Guiné e Cabo-Verde.

Com a chegada do Nino Vieira à chefia do Estado, os conflitos internos no seio do PAIGC tomaram outros contornos, o que levou à desestabilização da governação, às constantes intentonas de golpes de Estado, às depurações no seio do partido e do aparelho do Estado, às demissões dos seus maiores apoiantes no golpe de Estado de 1980, detenção e fuzilamentos de altas figuras do Estado, todos militares e também a crítica situação econômico-financeira do país (LOPES, 2010, apud QUEIROZ, 2017).

Concernente ao segundo momento, destaca-se o *caso de 17 de outubro de 1986*. Grande parte dos analistas políticos bissau-guineense, acreditam que esse momento foi o mais emblemático dos acontecimentos ocorridos nos anos de 1980. Segundo Semedo (2009) "esse caso foi profunda da crise pós 14 de novembro, cujas consequências foram graves e responsáveis por acirramento tácito de disputa entre a maioria Balanta e um grupo misto de

etnias que apoiavam o presidente Nino Vieira, que era da etnia Pepel. Essa situação culminou no afastamento de Comandantes Balantas de áreas estratégicas de segurança nacional e ao mesmo tempo foram acusados de estarem a preparar golpe étnico.

> O caso de 17 de outubro, foi como balde de água no fervor nacionalista que norteou a luta de opositores guineenses ante a unidade com Cabo-Verde. Após, os acontecimentos decorrentes permitiram o entendimento de que as contradições que se viviam no PAIGC estavam além da unidade binacional e precisavam ser analisadas, partindo do contexto interno do partido. A percepção da realidade chamou atenção da comunidade guineense na diáspora e da comunidade internacional sobre o respeito pelos direitos humanos na Guiné. Ou seja, a grande questão não é a existência ou não de golpe de Estado, mas a forma violenta como o fato fora tratado pelo poder (SEMEDO, 2009, p. 71).

Entre os acusados de promoverem golpe de Estado, os números dos detidos eram mais de 70 pessoas, incluindo o Ministro Paulo Correia como mentor. No entanto, após a filtração dos acusados, doze deles foram condenados à pena capital[11], mas após "julgamento" metade deles foram absorvidos pelo Conselho de Estado, instância máxima do poder do Estado presidido pelo Presidente da República, Nino Vieira (NOBREGA, 2003, SEMEDO, 2009). E esse evento teve comoção nacional e da comunidade internacional, por parte dos diplomatas e até o Vaticano se pronunciou sobre o assunto, nem com isso foram anistiados.

Era evidente que as questões étnicas exerciam um papel importante na administração do regime, pelo menos em um curto espaço de tempo. Durante a administração do regime do PAIGC e da presidência de João Bernardo Vieira, desenvolveu-se um sistema de solidariedade e camaradagem entre os membros do grupo da etnia Pepel sobre o aparelho de Estado e nas Forças Armadas (KOUDAWO, 2001). No entanto, a etnia Pepel passou a dominar o cenário político e militar no país, apesar dos cargos da chefia das Forças Armadas serem encabeçados por um membro das forças armadas, Ansumane Mané.

QUADRO 5

Síntese dos membros de aparelho de Estado durante a década de 1990

[11] Entre eles estavam ministro da Justiça e Poder Local, comandante Paulo Coreia; ex-procurador geral da República, Viriato Rodrigues Pã; chefe da Casa Civil Presidencial Binhanquerem Na Tchanda, comandante Braima Bnagura, comandante Pedro Ramos, M´Bana Sambu, Baptista Tagme Na Waie, Wagna NA Fanda, primeiro tenente Pass Kull, Saié Braia Nhakpa, coronel Lamine Cissé e tenente coronel Malam Sané (SEMEDO, 2009).

Nomes	Cargos	Veteranos/Guerra	Etnia
João Bernardo Vieira	Presidente da República	Militar	Pepel
Manuel S. da Costa	Ex-Primeiro Ministro	Militar	Pepel
Carlos Coreia	Primeiro Ministro	Militar	Pepel
Ansumane Mané	Chefe da FFAA	Militar	Mandinga

Fonte: elaborado pelo autor, com base em: Koudawo (2001), Cardoso (1996) e Djau (2016).

Vale salientar que o domínio militar tanto no partido quanto no regime foi reduzido com as mudanças constatadas após as primeiras eleições. A partir deste momento a elite militar do partido começou a ser substituída gradativamente pelos civis.

> A grande maioria dos ministros do Estado após a eleição de 1994 passou a ser formada por civis, uma diferença importante em comparação com o gabinete do governo na década de 1980, onde a maioria dos ministros do Estado se constituía por militares. Se em 1984, 90% dos cargos no governo eram ocupados por militares, em 1994, 70% dos cargos públicos foram encabeçados por civis, além dos cargos ocupados pelo presidente da república e primeiro-ministro (DJAU, 2016, p. 22).

Percebe-se que os momentos pós liberalização política na Guiné-Bissau, a sociedade em geral tinha grandes expectativas de avanços em relação aos direitos políticos e liberdades civis, liberdade de expressão e da imprensa, uma sociedade civil mais presente e proativa nas agendas públicas, accountability, checks and balances, desenvolvimento econômicos entre outras variáveis importantes que impulsionam uma democracia mais aceitada. Porém, em apenas quatro anos teve o primeiro golpe de Estado, que se desdobrou em guerra civil, que durou quase um ano.

Em consequência, de 1998 a 2012, o país teve décima legislatura em que nenhum Primeiro-Ministro tenha completado um mandato, três presidentes interinos em virtudes das sublevações militares, quatro chefes de Estado-Maior, todos afastados por levantamentos militares, inclusive dois foram assassinados em funções. Ademais, verificam-se várias arbitrariedades e abusos de poder e assassinatos, detenções e espancamento de cidadãos e políticos (FERNANDES, 2015).

O relatório da Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH) 2016, sustenta o fato apresentado, em que nos últimos anos a sociedade guineense testemunhou muitos casos no país que envolvem violações dos direitos humanos, um deles são os assassinatos bárbaros de vários

políticos guineenses em 2009, nomeadamente do ex-Presidente da República (João Bernardo Nino Vieira) e chefe das Forças Armadas (General Tagme N´a Way); conforme o relatório da Liga Guineense dos Direitos Humanos, estes constituem crimes, continuam impunes sem quaisquer medidas adequadas por parte das autoridades competentes, ou seja, jurídicas (LGDH, 2016).

Dentre esses e outros fatos, também se destacam as atrocidades cometidas contra cidadãos durante os períodos de transição política entre abril de 2012 e maio de 2014, especificamente, execuções sumárias ocorridas em Bolama e em Bissau. O aquartelamento da Base da Força Aérea foi um dos espaços destas atrocidades que resultaram em mais de uma dezena de mortes, sob a alegação de uma tentativa do contragolpe de Estado em 21 de outubro de 2012 (LGDH, 2016, FERNANDES, 2015). No mesmo período, houve violações sistemáticas dos direitos cidadãos, nomeadamente, os direitos à liberdade de expressão e de manifestação, uso abusivo das forças de segurança, intimidação e espancamento de políticos, jornalistas, músicos e ativistas dos direitos humanos. Enfim, discussões sobre o golpe ou a investigação de homicídios e outros crimes não esclarecidos, violando assim, os mais básicos e fundamentais direitos dos cidadãos.

Em síntese, entende-se que a análise realizada permitiu compreender que os anos que se seguiram à independência dos PALOP trouxeram a liberdade cujo séculos do domínio português, mas não asseguraram direitos políticos e liberdades civis às suas populações. Na sequência, a democracia impulsionou agentes sociais e partidos políticos, assim, rompendo o autoritarismo do partido único, contudo, não conseguiram de maneira completa garantir a vitalidade da sociedade civil bissau-guineense o prazer de usufruir plenos direitos políticos e liberdades civis na vida política e econômica.

3 INSTABILIDADE POLÍTICA E GOLPES DE ESTADO NA GUINÉ-BISSAU: ALGUNS APONTAMENTOS

No capítulo anterior discutiu-se bastante sobre as ações abruptas do PAIGC durante o regime monopartidário que durou quase vinte anos e a transição democrática que por sua vez constituiu um passo importante para o país, principalmente abrindo portas para a efetivação dos direitos políticos e liberdades civis, liberdade de reunião, liberdade de expressão e da imprensa. No entanto, sabe-se que depois da transição política até os dias atuais, o país vem sofrendo sistematicamente golpes de Estado promovidos pelos militares, ferindo, assim, todo o sistema econômico, político e social (incluindo, as liberdades citadas). Com efeito, neste capítulo faremos uma análise descritiva do primeiro golpe de Estado após a abertura democrática, o caso de 7 de junho de 1998 e, em seguida, o golpe de Estado de 12 de abril de 2012.

Antes, é importante destacar que as crises políticas e sucessivos golpes militares na Guiné-Bissau não são um fenômeno isolado; olhando para o histórico do continente africano como um todo, é um fenômeno generalizado. Especialmente os países da região ocidental deparam-se com enormes históricos de golpes de Estado, debilidade econômica, guerras civis, conflitos inter-étnicos; grupos separatistas e a intensificação do terrorismo nas últimas décadas na região.

A pesquisa de Patrick Macgowan, em 2003, mapeando os golpes de Estado ocorridos em África nos períodos de 1956 a 2001, conseguiu registrar 188 golpes e tentativas de golpes de Estado nesse intervalo de tempo. Ao todo, 80 foram bem-sucedidas e o restante de 108 se converteram em tentativas fracassadas. No entanto, a região ocidental destaca-se com maior percentual dos golpes de Estado em relação às demais regiões no continente, conta-se com 85 golpes bem-sucedidos e tentativas fracassadas, somando assim 45,9%. A região também é marcada por grupos separatistas de Casamansa no sul do Senegal; sem deixar de lado o alastramento do terrorismo na Nigéria e no Mali nas últimas duas décadas.

De acordo com Paul Williams (2013), a conflitualidade e o poder de organizações armadas não estatais continuam a ser características marcantes da África do século XXI. Visto que a violência armada já matou milhões de pessoas e deslocou muito mais, bem como deixou à mercê da violência: a doença e a desnutrição. Como no caso da Guiné-Bissau, a violência oriunda da guerra civil e dos golpes militares traumatizou as sucessivas gerações de crianças, jovens e mulheres; além disso, rompeu com laços de confiança e diálogo entre o Estado e a sociedade civil; desmantelou o sistema de ensino e saúde, como também destruiu vias de

comunicação e de transporte, provocou e continua provocando danos incalculáveis no sistema ecológico do continente.

Em síntese, anotamos cinco golpes de Estado bem-sucedidos na Guiné-Bissau. O primeiro aconteceu em 14 de novembro de 1980, chamado *Movimento Reajustador*, onde o Presidente Luís Cabral foi deposto pelo então General das Forças Armadas João Bernardo Vieira. Sob pretexto de preservar a memória do passado "tradicional" contrapondo a "modernização" defendida pelo governo de Luís Cabral. No mesmo contexto, foi também alegada o controle excessivo de poder dos cidadãos cabo-verdianos na administração pública, que detinham cargos chaves no governo da época, para devolvê-los aos verdadeiros combatentes bissau-guineenses, que dirigiram as principais frentes de combate para a independência[12].

Em seguida, o golpe de Estado de 7 de junho de 1998, de um lado é visto como ruptura contra o despotismo de João Bernardo Vieira, cuja longevidade no poder durou 18 anos. Foi o presidente da Guiné-Bissau com maior tempo de mandato, somando-se 14 anos no poder na era do partido único e 4 anos no período de democratização. De outro lado, verifica-se também que o golpe fragilizou um processo democrático recém-implantado no país. Entretanto, conforme a literatura, o golpe desencadeou-se numa guerra civil que durou quase um ano (11 meses), resultando em centenas de mortes entre militares e civis principalmente.

No entanto, diferente das guerras civis em Angola e Moçambique, o conflito bissau-guineense não teve inserido no contexto da Guerra Fria, iniciando-se somente em 1998, quatro anos depois do país ter começado o seu processo de transição democrática. Neste aspecto, muitos pensadores e pesquisadores atrelam esse período a inúmeras situações que acarretam o PAIGC, uma delas atêm-se nas profundas divergências no seio do partido que resultaram em uma significativa instabilidade no país nos seus 50 anos, como um Estado Independente.

O terceiro golpe de Estado ocorreu em 14 de setembro de 2003, o então Presidente Kumba Ialá foi destituído por um grupo militar autoproclamado *Comitê Militar*, dirigido pelo Comandante do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) Veríssimo Correia

[12] O golpe militar de 1980 estimulou a desintegração da Guiné-Bissau e Cabo-Verde, acabando com o processo de unificação dos dois países. Lembrando que esses dois países forjaram as suas unidades na base histórica, identitária, revolucionária e política, contra a colonização portuguesa, encabeçado peloAmílcar Cabral, procedendo na criação do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-verde (PAIGC) em 1956.

Seabra. Justificando o golpe pela incapacidade do Presidente em resolver os problemas mais prementes do povo bissau-guineense.

O quarto golpe de Estado aconteceu em 02 de março de 2009, com assassinato brutal do Presidente João Bernardo Nino na sua residência em Bissau, horas depois do assassinato do General do Estado-Maior Batista Tagme Na Way, num atentado bomba no quartel General das Forças Armadas em Bissau.

E, por último, o golpe de Estado 12 de abril de 2012, resultado de mais uma triste realidade que sacudiu o país, uma intervenção armada que ocasionou numa interrupção das eleições presidenciais em curso (segundo turno) entre os candidatos Carlos Gomes Júnior suportado pelo PAIGC e Kumba Ialá, apoiado pelo Partido da Renovação Social (PRS), este último na altura firmou-se como um dos maiores opositores do PAIGC. Sem qualquer fundamento legal, o Presidente da República interino, Raimundo Pereira, foi preso na sua residência por militares, tal como o Primeiro-ministro, Carlos Gomes Júnior. O golpe foi assumido por um grupo de chefias militares autoproclamado "Comando Militar" chefiado pelo Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, António Indjai.

De acordo com o relatório da Liga Guineense dos Direitos Humanos (2015), esse golpe traduz na máxima expressão da incapacidade do Estado em assegurar a implementação dos seus compromissos nacionais, regionais e internacionais, permitindo que a violação dos direitos fundamentais assuma a forma institucional, esses eventos são recorrentes. Contudo, esse episódio, mais uma vez, descredibiliza o país, no plano internacional, cujos efeitos acabaram por suplantar todos os esforços reconhecidos nos últimos anos pelas instituições internacionais no que concerne à instabilidade política e econômica. Portanto, descreveremos essas situações ao longo do capítulo.

3.1 Golpe de Estado e a guerra civil: o caso de 7 de junho de 1998

Partindo do pressuposto de que o cenário de democratização no país favoreceu a alteração da Constituição da República, principalmente na queda do artigo 4°, como mencionado no segmento anterior, permitindo a pluralidade dos partidos políticos e das organizações sociais e sociedade civil na participação da política bissau-guineense e também permitiu a realização das primeiras eleições legislativas e presidenciais em 1994.

Em contraste, com o Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe, na Guiné-Bissau não houve alternância do poder, ou seja, a estrutura do regime monopartidário continuou imperando na esfera pública e na máquina estatal, mantendo assim o mesmo partido, a mesma elite política e o mesmo presidente eleito (que se encontrava no poder desde 1980). Nessa conjuntura de democratização pós eleições de 1994, refletiu na continuidade e no agravamento de inúmeras convulsões sociais, principalmente entre o presidente eleito e determinados setores militares. Essa situação em quatro anos conduziu o país para um golpe de Estado que se desencadeou numa guerra civil.

De acordo com Lars Rudebeck (2001), no final do ano 1990, a África Ocidental foi marcada por golpes de Estado e guerras civis, por exemplo, combates violentíssimos vistos na Serra Leoa, Libéria e na Guiné-Bissau entre 1998 a 1999. Nessas turbulências, a CEDEAO desempenhou papel importante em enviar forças de segurança da ECOMOG com intuito de manutenção da paz. Ao mesmo tempo, o autor sustenta que as diferenças existentes entre a Guiné-Bissau e outros dois países são muito grandes embora haja semelhanças exteriores.

Por exemplo, as origens da guerra civil na Serra Leoa e na Libéria resultam de uma luta incontrolável pelo poder sobre o ouro e os diamantes a qual desmoralizou a sociedade e fez com que a política perdesse quase todo o seu conteúdo, incluindo o étnico, que por sua vez resultou numa desintegração social, a desmoralização e o embrutecimento (RUDEBECK, 2001). Contudo, na Guiné-Bissau, a situação foi diferente, o fator desencadeador da guerra foi o tráfico ilegal das armas aos mais altos níveis do Estado.

Como aponta o Rudebeck (2001):

> (...) o produto cobiçado não era ouro ou os diamantes, mas sim as armas, das quais existe um excedente no país desde a guerra da libertação em 1963-74. Os rebeldes do Senegal, em Casamansa, província sul do país, fronteiriça com a Guiné-Bissau, já desde há alguns anos que eram segredo compravam armas do exército e forças da segurança da Guiné-Bissau que lhes eram fornecidas através de mediação feita pelos detentores de cargos superiores nas forças armadas. Fortes indícios apontam para o envolvimento do próprio Presidente da República. No intuito de desviar as atenções e de atenuar preocupações da pública, pelo menos em relação ao Senegal, o Presidente tentou, em 1998, sacrificar o seu colaborador mais próximo e companheiro de armas desde há trinta anos, o brigadeiro Ansumane Mané, suspendendo-o do seu posto por suspeita de envolvimento por tráfico de armas (RUDEBECK, 2001, p. 18).

No entanto, dois dias depois, enquanto o Presidente se preparava para viajar na companhia do Presidente Senegalês para a Cimeira dos Chefes de Estado da Organização da Unidade Africana (OUA), a guerra eclode em Bissau. Os militares insurretos ocupam posições

estratégicas e não se querem render. E o Presidente, por sua vez, recusou-se em negociar com a parte do levante, contudo, essa situação em dois dias assumiu uma dimensão sub-regional.

De acordo com os relatos em 7 de junho de 1998, iniciou-se pela manhã bombardeamento de um grupo de militares liderado pelo Brigadeiro Ansumane Mané, Chefe do Estado Maior das Forças Armadas (exonerado) contra o presidente Vieira (BIJAGÓ, 2011; QUEIROZ, 2017). Nesse momento, confirmou-se um conflito político-militar que perdurou 11 meses, reunindo as forças governamentais de Vieira de um lado e alguns militares e segmentos sociais revoltosos de outro lado.

Conforme Bijagó (2011), rapidamente esse pequeno grupo foi se fortalecendo, apossando dos principais quartéis da cidade e encurralando o Presidente da República com alguns quartéis da capital e alguns quartéis do interior do país, que também foram integrados ao grupo rebelde ao longo da disputa violenta.

> A configuração das forças primeiro evoluiu lentamente, depois cada vez mais depressa, para terminar por oscilar em favor da insurreição durante os últimos meses do face a face entre um poder devidamente legitimado pelas urnas em 1994, e uma *Junta* insurrecional com efetivo iniciais tão reduzidos e com representatividade tão pouco expressiva que a sua iniciativa foi qualificada "rebelião de um grupúsculo sem rosto" (KOUDAWO, 2001, p. 146).

Nesse ínterim, o confronto ganhou outro formato num curto espaço de tempo, onde um ataque militar com propósito de golpe rapidamente transformou-se em político-militar quando um número considerável de políticos e acadêmicos revoltados com o rumo que o país seguia se juntaram a estes militares. Foram essas pessoas que transformaram aquilo que era um "simples" ajuste de contas em conflito, "opondo de um lado o presidente Nino Vieira e de outro uma ala das Forças Armadas da autoproclamada Junta Militar, comandada pelo Ex-chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, o Brigadeiro Ansumane Mané" (LOPES, 2010, p. 12).

Em consequência disso, o Presidente Vieira em querer restabelecer a legitimidade pela força encontrou barreiras pela revolta popular. Em suma, isto pôs-se em marcha um processo de impopularidade crescente do poder de Vieira, e, subsequentemente, um flagrante de deslegitimação do seu poder. Para Koudawo, esta revolução tornou-se notória a partir do mês de outubro de 1998.

> A partir do mês de novembro de 1998, a legitimidade do poder presidencial foi radicalmente posta em causa em duas frentes complementares: os juristas da Junta apoiam-se na rejeição do campo presidencial para falarem abertamente de "pretensa legitimidade do poder", por seu lado, os órgãos de

> propaganda da Junta puseram em causa a própria regularidade das eleições em que supostamente se fundava esta legitimidade (KOUDAWO, 2001, p. 149).

Além da participação maciça por parte da juventude, políticos e acadêmicos, observou-se também um forte aspecto "étnico" durante a guerra. Bijagó (2011) relata que o levante militar, mesmo sendo protagonizado por um muçulmano da etnia Mandinga, não se pode ignorar o seu viés revanchista implícito na participação de ex-combatentes da etnia Balanta. Para o autor, esse último se viriam "traídos" por parte do presidente Vieira, visto que, ao longo do seu mandato, fez questão de afastá-los das redes de poder, acusando-os de tentativas de golpe de Estado, assim como de assassinato dos seus membros em decorrência de tais acusações que muitos classificam de "fachada" e tentativa de silenciamento das chefias militares e políticos pertencentes ao grupo Balanta, como por exemplo, o "caso de 17 de outubro" em que foi assassinado um número considerável dos membros dessa etnia acusados de tentativa de golpe de Estado.

A participação maciça do contingente Balanta contra o presidente Vieira, deve-se a dois fatores importantes: primeiro o grupo Balanta desde o processo da independência até nos dias de hoje compõe a maioria numérica em termos étnicos nas Forças Armadas no país. De acordo com Malam Djau e Rachido Djau (2017), durante o período que corresponde 1970 a 1990, das chefias militares durante o regime do partido único, os Balantas superavam numericamente os demais grupos étnicos naquela altura (85% eram da etnia balantas, e 15% eram de outras etnias). E o segundo fator está relacionado ao caso de 17 de outubro de 1986 – em que houve um dos fenômenos mais sangrentos da época, extermínio sumário de altos oficiais militares e figuras políticas ligadas à luta de libertação nacional, assassinados por questões étnicas. As tensões étnicas eram uma das preocupações de Amílcar Cabral para o nacionalismo bissau-guineense.

Foi nesse clima de conflito político-militar que o país assistiu a uma manifestação de pertencimento étnico por parte de um contingente significativo da etnia Pepel, que se colocou à disposição do Presidente Vieira para ajudá-lo na guerra. O Presidente por sua vez aceitou a ajuda e os enviou para a República da vizinha Guiné-Conacri para uma preparação de manejo de armas e de práticas de guerrilha de curta duração (KOUDAWO, 2001; CARDOSO, 2008; BIJAGÓ, 2011).

Ao regressarem, se autodenominavam "*anguenta*" – que significa em português aguenta ou sustenta, cuja a missão era sustentar o Presidente no poder, o que significa dizer que reconheciam as suas limitações em não conseguir ganhar a guerra, mas que iriam assegurar a

manutenção do Presidente da mesma pertença étnica, ao lado das tropas estrangeiras, até um provável desfecho, fosse ele qual fosse (JAUARÁ, 2007, BIJAGÓ, 2011).

Outro aspecto importante que chamou atenção nos momentos da guerra foi a participação das milícias das forças independentistas de Casamansa em apoio à Junta Militar.

> (...) Podemos situar a sua participação no conflito em virtude do temor sobre a vitória do Presidente sobre a Junta Militar, o que poderia ocasionar uma ofensiva por parte de Senegal em duas direções, ou seja, uma ofensiva vinda de Senegal e outra da Guiné-Bissau, comprimindo assim o movimento, uma vez que geralmente utilizavam o território guineense como área de retaguarda. Outro ponto a observar tem a ver com a aquisição de material bélico da Junta Militar para as suas lutas, mas seja qual for o motivo, a Junta Militar contou com o apoio significativo do referido movimento (BIJAGÓ, 2011, p. 115-116).

Lembrando que Casamance é uma região do atual Senegal e fica ao norte da Guiné-Bissau, com mais de 300 km de fronteiras terrestres e marítimas comuns. É povoada pelas mesmas etnias existentes na Guiné-Bissau e na Gâmbia. Em 1998, antes de eclodir a guerra em Bissau, o chefe do movimento independentista, Salif Sadio, queixava da ingerência excessiva da autoridade bissau-guineense no território de Casamance (FIDH, 2004). Por essas e outras razões, o chefe da Frente Sul, enviava uma mensagem a Ansumane Mané para o informar de que o Movimento das Forças Democráticas de Casamance - MFDC estaria prestes a ajudá-lo em homens e material. Bissau tinha-se tornado o campo de batalha do conflito interno senegalês.

3.2 Desenrolar do golpe no âmbito internacional

No âmbito internacional, a guerra ganhou outras proporcionalidades e contornos, sobretudo a participação ilegal das tropas senegalesas por convite do Presidente Nino Vieira, nos primeiros momentos do conflito e a Guiné-Conacri serviu-se de base para a formação militar dos apoiantes do Presidente, em suma a sua grande maioria oriundos da etnia Pepel. O movimento de levante além de receberem apoio popular significativo contou também com ajuda das tropas de Movimento das Forças Democráticas de Casamance (MFDC). Nesse imbróglio assistiu-se também a disputas paternalistas entre França e Portugal, como veremos mais adiante.

O Presidente Vieira, para mostrar força e legitimidade diante da ofensiva da Junta Militar, acionou as tropas das Forças Armadas Senegalesas e de Guiné-Conacri para derrotar o grupo de insurreição. Segundo Bijagó (2011), este fato novo parece ter sido o calcanhar de

Aquiles para o Presidente, pois a chegada das Forças Armadas ao país foi percebida pela população como a invasão das forças estrangeiras ao país, suscitando um forte sentimento nacionalista no seio da sociedade, que levou ao apoio incondicional à Junta Militar para fazer face à realidade posta.

Nesse âmbito, o Presidente da República procurava demonstrar que a vinda das tropas dos países estrangeiros tinha base legal de intervenção levando em conta a cooperação em matéria de segurança entre a República do Senegal e Guiné-Bissau, de 27 de julho de 1990. Para Fodé Mané (2000) essas alegações carecem de legitimidade, visto que não se verificou nenhuma disposição no referido protocolo que permitisse a intervenção das Forças Armadas nos dois países" (MANÉ, 2000, p. 75). Em contraste, a cooperação desses países no setor da defesa prévia ajuda mútua destes países em casos de agressões externas, que não condizia com o ataque do movimento da Junta Militar.

De acordo com o relatório do FIDH (2004), em apenas algumas semanas a guerra contra as tropas da coligação (os apoiantes do Presidente Vieira, os guineenses de Conakry e os senegaleses), tinha se tornado uma causa nacional. A televisão portuguesa (RTPI) desempenha um papel primordial na revolta da população contra as tropas estrangeiras, ao mostrar imagens em que as tropas senegalesas maltratavam e executavam civis em Bissau.

O fator imprensa foi preponderante durante a guerra, principalmente o sucesso da Junta Militar foi a posse da rádio emissora Nacional, utilizando-a de forma sistemática no *marketing* para conclamar a população em torno da resistência contra o regime do Presidente, colocando a tônica nos episódios sombrios de matanças, má administração do Estado, personificação do poder, mas, sobretudo, de reposição dos ideais de Cabral. O levante militar foi apontado como uma oportunidade de mudar aquela triste realidade e estabelecer a justiça (KOUDAWO, 2001, JAUARÁ, 2007, BIJAGÓ, 2011).

De outro lado, observou-se a disputa entre Portugal e a França, durante a guerra. Visto que Portugal não tinha assumido uma postura ativa em propiciar acordos em diversos âmbitos da vida do país e, sobretudo, disseminar a língua portuguesa. Por outro lado, a França vinha ganhando espaço como um dos principais parceiros do país, inclusive abrindo um centro cultural cujo objetivo era disseminar a língua e cultura francesa no país.

> O interesse da França pelo país, entre outros fatores, deve estar relacionado à sua posição intermediária entre as duas ex-colônias francesas (Senegal e Guiné-Conacri), enxergando nele a possibilidade de padronização e formação de um grande corredor francês. Talvez a resposta mais acentuada nesta direção

> prenda-se à adesão da Guiné-Bissau à UEMOA – União Econômica Monetária da África Ocidental, cuja moeda, o Franco, vinculava-se à CFA, - Comunidade Financeira Africana - subvencionada pela França (BIJAGÓ, 2011, p. 118).

Tirando da parte monetária que a França vem se destacando na Guiné-Bissau, empenhou-se também na formação dos jovens estudantes bissau-guineense das universidades dos países francófonos, nomeadamente no Senegal com bolsas integrais de estudos, consequentemente abertura de um centro funcional da língua e cultura francesa (com o incentivo de intercâmbio na França para os alunos destacados).

Obviamente essa aproximação francesa na Guiné-Bissau criou desconforto para Portugal, visto que o país está se conectando cada mais com a zona franca, a localização geográfica também atiçava esta aproximação, assim sendo, retirando gradualmente do espaço, que por motivos históricos, estaria reservado a Portugal na condição de potência colonizadora. Segundo Bijagó (2011), com a adesão à zona franca, o presidente Vieira explicitava a sua total inclinação para a política francesa, dando mostras da procura de um padrinho forte e presente, mesmo que isso acarretasse o abandono do "cordão umbilical" que ligava o país a Portugal na condição de ex-colônia e interlocutor internacional.

Por muitos analistas bissau-guineense, nessas disputas dos ex-colonizadores parecia que o Portugal estava em desvantagem, vendo que a França estava não somente investir nas áreas econômica, mas, sim, em investir na área cultural, principalmente em aproveitar a posição geográfica da Guiné-Bissau que está localizada entre dois países francófonos, Senegal e Guiné-Conacri, ao seu favor. Percebendo isto, com o eclodir da guerra, Portugal "enxergou a possibilidade de reverter a situação apoiando a Junta Militar com materiais logísticos, com intuito de isolar e derrubar o poder do Presidente Vieira e restabelecer a centralidade ora ocupada com o novo governo pós-guerra" (BIJAGÓ, 2011, p. 118).

Para Koudawo, o confronto entre as duas potências no conflito só ficou mais evidente durante o momento de cessar-fogo. De um lado, primeiro o Portugal queria que a negociação ficasse a cargo da CPLP (Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa) e por seu turno a França via no CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental) uma entidade capaz de conduzir o processo.

Nesta ótica, a parcialidade desses países para a resolução do conflito ficou mais nítido. As preferências do Portugal e a Junta Militar pela CPLP e a opção da França e o Presidente Vieira pela CEDEAO em relação a barganha. Cada potência puxava para sua organização e as

partes beligerantes também se viam nesta situação de procurar manter sempre mais aproximação do com o seu possível aliado. Contudo, os esforços da CPLP liderado pelo Ministro de Negócios Estrangeiros de Cabo-Verde, José Luís de Jesus, conseguiu sair na frente das negociações em 26 de julho de 1998.

Contudo, a CEDEAO, por outro lado, não via o protagonismo do CPLP com bons olhos de negociação da paz, visto que a organização não possui experiência em conflitos regionais. E esse protagonismo traduz-se numa postura excessiva com tendências neocoloniais, como sustenta Guilherme Zeverino citado por Bijagó (2011).

> A CEDEAO postulava ser ela mesma a mediadora do conflito, pois supunha carregar consigo prestígio e experiência em conflitos do gênero. Acusava, assim, Portugal de um protagonismo excessivo com tendências neocoloniais, e, por esta razão, caberia a uma organização sub-regional resolver os problemas sem subserviência (ZEVERINO, s.d, p.93, apud BIJAGÓ, 2011, p. 119).

Em 26 de Agosto de 1998 as partes voltaram a se reencontrar na cidade da Praia, sob a condução das duas entidades supracitadas. Durante esta ronda negocial superaram-se as fricções entre as duas instituições, optando-se por uma negociação conjunta. O resultado da negociação resultou em um consenso das duas partes em adotar o sistema de co-presidente. Deste acordo logrou um cessar-fogo, o qual possibilitou o regresso à normalidade no país, registando-se um novo acordo para o dia 12 de setembro.

No entanto, durante semanas de trégua, reacendeu novamente o conflito, onde a Junta Militar consolidava o domínio no território nacional, com exceção da capital Bissau, onde permanecia o Presidente Vieira. Induziu mais uma negociação de paz, desta vez inicialmente foi na Gâmbia e posteriormente foi consumada na Nigéria; ficou conhecida como o acordo de Abuja.

QUADRO 6

Acordo de paz de Abuja – 01 de novembro de 1998

* A afirmação do acordo de cessar-fogo assinado em agosto de 1998 na cidade de Praia;

*A retirada total das tropas estrangeiras da Guiné-Bissau. Esta retirada será feita simultaneamente com o envio de uma força de interposição da ECOMOG que substituirá as tropas retiradas.

*As forças de interposição garantirão a segurança ao longo da fronteira entre a Guiné-Bissau e o Senegal, mantendo as partes separadas e permitindo às organizações e agências humanitárias o livre acesso às populações civis afetadas. Ao mesmo tempo, o aeroporto internacional Osvaldo Vieira e o porto de Bissau serão imediatamente abertos.

*A criação de um governo de unidade nacional, que em conformidade com as posições do acordo já assinado pelas duas partes compreenderá entre outros os representantes da autoproclamada Junta Militar.

*A organização de eleições gerais e presidenciais até o fim de março de 1999. As eleições serão supervisionadas por observadores da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da Comunidade Internacional.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Guilherme Zeverino & Castelo Branco (2006).

Após longos dias de debate, o acordo de Abuja foi ratificado em Lomé, no Togo, no dia 17 de fevereiro de 1999. O acordo de paz foi assinado por ambas as partes, e concluído com a constituição de um governo provisório. Francisco José Fadúl, antigo líder de oposição, foi escolhido para dirigir o governo. Em 20 de Fevereiro de 1999, o então governo tomou a posse.

O presidente deposto Nino Vieira, não satisfeito com a formação do governo de transição, bem como a perda do poder, decidiu desencadear uma ofensiva com objetivo de recuperar o seu prestígio. Nessas manobras, a guerra voltou mais uma vez, num violento combate final, com a tomada do palácio presidencial por parte da Junta Militar, e Nino Vieira viu-se obrigado a refugiar-se na embaixada de Portugal (DJAU, 2016).

3.3 Golpe de Estado e interrupção das eleições na Guiné-Bissau: o caso de 12 de abril de 2012

As sucessivas crises políticas na Guiné-Bissau, em sua maioria de vezes, induziam o envolvimento dos países vizinhos (Senegal, Guiné-Konakry e outros) e as organizações internacionais (CEDEAO, CPLP e outros), o que, em vez de ter um efeito estabilizador, levou os intervenientes externos a serem acusados de tomarem parte ou de competirem entre si. Nesta ótica, a maior parte dos países vizinhos e as organizações internacionais em geral não são vistas como mediadores credíveis (O´REGAN & THOMPSON, 2013).

Como vimos na seção anterior que no golpe de 1998-1999 houve o envolvimento das tropas senegalesas e guineenses,[13] em apoio ao Presidente Vieira, e os cidadãos opuseram-se frontalmente à intervenção estrangeira e alinharam-se com a forças do General Mané, resultando num confronto violento entre as tropas estrangeiras em sua maioria senegalesa e bissau-guineenses. Entre as instituições mediadoras do conflito, a CEDEAO não é vista por parte da Junta Militar como favorável a Nino Vieira, e a CPLP por outro lado também é considerada como favorecedora da força do Ansumane Mané.

Exposto isto, em março de 2011, o Primeiro Ministro da Guiné-Bissau, Carlos Gomes Jr. e o Presidente de Angola José Eduardo dos Santos, firmaram acordo de cooperação militar designada de Missão da Segurança das Forças Angolanas na Guiné-Bissau (MISSANG), dotada de 600 militares, para realizar uma reforma do setor da segurança. De acordo com Sousa (2013) o acordo inicial previa um contingente de 200 militares angolanos e em alguns meses esse número triplicou. Nesse sentido, a permanência de uma força militar estrangeira no país, que na prática funcionava como guardas de Carlos Gomes Jr, começa assim a ser fortemente contestada pelas altas patentes das Forças Armadas e de parte da oposição (SOUSA, 2013).

O General Indjai, embora tivesse participado inicialmente nas consultas relativas à missão angolana, suspeitava que a MISSANG tinha como propósito principal apoiar e proteger o Primeiro-Ministro Carlos Gomes Jr. e os interesses de Angola na Guiné-Bissau. Argumentou que as tropas estavam equipadas com armamento pesado e tanques, algo que considerava desadequado a uma missão de reforma do setor da segurança.

A medida em que as chefias militares da Guiné-Bissau começaram a sentir enrolados e desvirtuados da real missão militar angolana, devido à quantidade dos materiais bélicos e de

[13] Nesse caso, o termo “guineense” faz-se jus à Guiné-Conakry.

número de militares que não comungava com o que foi estabelecido no acordo, começaram a sentir ruídos de contestação dos altos oficiais guineenses. Este descontentamento e desconfiança fez com que a força armada bissau-guineense emitisse uma carta à embaixada angolana no país, anunciando o desmantelamento da cooperação e retirada das suas tropas no país.

No entanto, dias antes do golpe de Estado, já havia sido anunciado pelas autoridades dos dois países que a força militar angolana (MISSANG) iria abandonar o país, embora não tivesse sido anunciada a data da retirada. A retirada da missão angolana tinha também como alvo a reaproximação a alguns países da Comunidade Econômica dos Países da África Ocidental, que nunca viram com bons olhos a presença angolana na Guiné-Bissau.

Embora se tenha registrada a cooperação, a CEDEAO tem tratado a intervenção angolana e o envolvimento da CPLP na Guiné-Bissau como "uma ingerência no papel que lhe foi atribuído enquanto principal organismo para a manutenção da paz, segurança e desenvolvimento na África Ocidental" (O´REGAN & THOMPSON, 2013, p. 27). A CPLP, por seu lado, tem por vezes sido acusada de querer ultrapassar as suas funções de órgão destinado principalmente à partilha de laços culturais e comerciais.

No entanto, a MISSANG retirou-se do país após o golpe de Estado de 2012. A Missão da CEDEAO para a Guiné-Bissau (ECOMIB) destacou 677 tropas em maio de 2012, primeiro para supervisionar a retirada da MISSANG e, no âmbito de um mandato alargado, apoiar a transição e as reformas em curso no sector da segurança.

> Infelizmente, a ECOMIB inclui um grande contingente de tropas senegalesas, o que reacendeu ressentimentos do conflito de 1998-1999 e levantou dúvidas quanto à neutralidade da força, que também tem sido muito criticada na Guiné-Bissau por ineficácia, devido ao facto de a sua base estar situada longe de Bissau e de realizar poucas patrulhas, além de ser alvo de recorrentes queixas de abusos de direitos humanos (O´R EGAN & THOMPSON, 2013, p. 27).

Este e outros episódios mostram claramente o que tem sido a postura do CEDEAO e os interesses dos países vizinhos que vão ao contrário aos interesses angolanos e da CPLP. Visto que a organização negociou um quadro de transição (que detalharemos mais adiante), em maio de 2012, com o "Comando Militar" de António Indjai e diversos partidos da oposição, inicialmente previsto para durar 12 meses, o acordo foi depois prorrogado até final de 2013 (O´R EGAN & THOMPSON, 2013).

Por parte das Forças Armadas bissau-guineense, ou seja, atores do golpe de Estado, alegam-se que decidiram pelo golpe por causa da quebra de acordo pré-estabelecido com o governo angolano, a partir de envio de um contingente militar superior do que já tinham acordado e excessivas armas bélicas. Contudo, vários analistas acreditam que a motivação mais forte seria a disputa eleitoral, na medida em que o país estava num processo eleitoral onde o contestado candidato e então Primeiro Ministro estava liderando as disputas presidenciais e favorito ao pleito, o que ia contra a vontade da maioria dos partidos políticos, os militares e, inclusive, contra a vontade de uma ala do seu próprio partido (PAIGC).

3.4 Efeitos do golpe no âmbito nacional

Entre os golpes de Estados ocorridos na Guiné-Bissau, 12 de abril de 2012 consta até então como último golpe militar efetivo no país. Na altura o país estava se recuperando do golpe de Estado de 2009, da normalidade democrática, desenvolvimento econômico e estabilidade política e social, ganhando mais credibilidade da sua política externa, sobretudo regional. Porém, no dia 12 de abril de 2012, as Forças Armadas ocuparam a única televisão do país (TGB) e a Radiodifusão Nacional, a sede do PAIGC e atacaram a residência do Primeiro-Ministro, Carlos Gomes Júnior, e o Presidente da República interino, Raimundo Pereira, foi preso na sua residência por militares. Como enunciamos anteriormente, o golpe foi assumido por um grupo de Chefias Militares autodenominados "Comando Militar" chefiado pelo General António Indjai.

Após o anúncio do golpe de Estado, o Comando Militar protagonizou a alteração da ordem constitucional, contudo, ordenaram sem qualquer respaldo jurídico, o encerramento ilegal de todos os órgãos de comunicação social, exceto a Rádio Nacional que se destinava apenas a tornar públicos os seus comunicados.

Para alguns autores, o golpe militar e político não surpreendeu por completo os que seguem atentamente o desenrolar dos acontecimentos no país durante o período. Considerando que foi o momento em que decorriam as eleições presidenciais, e o resultado divulgado demonstra a vitória do Carlos Gomes Júnior (PAIGC), na primeira volta, sem a maioria absoluta com 48,97% dos votos. Como podemos observar no quadro a seguir.

QUADRO 7

Eleições Presidenciais na Guiné-Bissau de 2012

Candidatos	Primeira Volta		Segunda Volta	
	Número de Votos	% de Votos	Número de Votos	% de Votos
Carlos Gomes Jr. (PAIGC)	154.797	48,97	0	%
Kumba Ialá (PRS)	73.842	23,36	0	%
Manuel Serifo Nhamadjó (Independente)	49.676	15,74	-------	-------
Henrique Pereira Rosa (Independente)	17.070	5,40	-------	-------
Baciro Djá (Independente)	10.298	3,26	-------	-------
Vicente Fernandes (AD)	4.396	1,39	-------	-------
Aregado Mantenque Té (PT)	3.300	1,04	-------	-------
Serifo Baldé (PJ)	1.463	0,46	-------	-------
Luís Nancassa (Independente)	1.174	0,37	--------	--------

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em dados de africanelections 2021.

Com vista a essas condições, sem a maioria absoluta dos votos para Carlos Gomes Jr, implicaria automaticamente uma segunda volta com o segundo candidato mais votado do país, Kumba Ialá (PRS). Segundo Jornal Nô Pintcha (2012) cinco candidatos[14] teriam contestado os resultados das eleições, incluindo o candidato do PRS, sob alegações de fraude eleitoral e defendem a nulidade das eleições.

Conforme Sousa (2013), na véspera do golpe, Kumba Ialá, o líder do Partido da Renovação Social (PRS), conjuntamente com um grupo de candidatos derrotados na 1ª volta, organizam uma conferência de imprensa para denunciar alegadas ilegalidades cometidas pelo candidato vencedor do primeiro turno e nessa ocasião Kumba Ialá aproveita afirmar que não irá participar na 2ª volta como forma de protesto. Em contraste, os observadores internacionais das eleições asseguram que as eleições tinham decorrido de acordo com as regras

[14] Kumba Ialá, Henrique Rosa, Manuel Serifo Nhamadjo, Afonso Té e Serifo Baldé.

internacionais, de forma livre, justa e transparente, sem irregularidades relevantes ou susceptíveis de alterar os resultados.

> Um dia antes do golpe de Estado, perpetuado pelos militares, o candidato do PRS, Kumba Ialá, promoveu uma conferência de imprensa na sede do seu partido, onde voltou a defender a nulidade das eleições de 18 de março de 2012. "Não haverá campanha eleitoral para a segunda volta a nível nacional, vou formar e reforçar as estruturas de base do meu grande partido, que é a máquina do PRS, para estar no terreno para ver quem avança para a campanha. Já afirmamos várias vezes que não haverá campanha ao nível nacional, caso vier alguém a fazer campanha a responsabilidade e consequências será dessa pessoa (NÔ PINTCHA, 2012)".

Após o discurso de Kumba Ialá, em menos de 24 horas o golpe de Estado estava em curso, no qual conseguiram sequestrar o Primeiro Ministro na sua residência, Presidente Interino e membros do governo como: Ministro de Interior Fernando Gomes, Ministro do Comércio Botché Candé, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) Maria do Céu Silva Monteiro e Presidente da Comissão Nacional de Eleições, Desejado Lima da Costa, etc. As suas residências foram vandalizadas, saqueadas e as suas viaturas foram roubadas.

Para Sousa (2013) os previsíveis resultados eleitorais na 2ª volta e a iminência de mais uma derrota teria levado o candidato presidencial apoiado pelo PRS, Kumba Ialá, a liderar o processo de revolta e de tomada do poder, conseguindo juntar à sua volta outros candidatos derrotados. E o objetivo principal seria impedir uma vitória de Carlos Gomes Jr. e a sua consequente ascensão à Presidente da República.

Levando em conta que Kumba Ialá, além de apoio dos quatro candidatos, ele tinha também apoio militar ao seu favor, nomeadamente o General António Indjai. Com efeito, a conjuntura que o país se encontrava não favorecia o candidato do PAIGC, por mais que os números estivessem ao seu favor. De certa forma a presença das tropas angolanas no terreno eram fatores de risco para a estabilidade do país, uma vez que as Forças Armadas bissau-guineense não viam com bons olhos este cenário. Acreditavam que as tropas angolanas eram ameaças para a segurança nacional e que vinham para ficar a mando do Primeiro Ministro, Carlos Gomes Jr.

As Forças Armadas bissau-guineense não só acusaram a MISSANG, como também no início de abril de 2012, pediu ao governo uma imediata retirada da missão angolana no país, com apoio considerável dos políticos da oposição. Segundo General Indjai, a Angola não estava cumprindo o acordo alegando que estavam enviando secretamente para o país armamentos. Como vê-se a seguir:

> um extenso material bélico, incluindo tanques de guerra e coletes para os 120 militares angolanos que se encontram no país, anteriormente, o tenente-general, em uma reunião especial na Assembleia Nacional, já havia se posicionado contrariamente à permanência da MISSANG no país, estranhamente, Indjai, como mencionado acima, foi um dos mentores do acordo estabelecido em março de 2011 (BWOCK, 2016).

De acordo com o relatório da Liga Guineense dos Direitos Humanos (2012) o golpe de Estado de 2012, traduziu-se no maior retrocesso social dos últimos anos no país e constitui um dos principais obstáculos à promoção e proteção dos direitos humanos e, principalmente, a afirmação do Estado de direito tanto almejado. A partir deste acontecimento que destituir os titulares das instituições democráticas, os direitos e liberdades fundamentais, nomeadamente, liberdade de expressão, de manifestação e de reunião, foi e continua a ser ilegalmente restringido pela elite militar, ou seja, detentores do poder real no país, em nome da garantia de uma paz e estabilidade inexistente, numa clara violação da constituição da república e dos instrumentos jurídicos internacionais dos direitos humanos.

Em decorrência do golpe, houve uma revolta popular espontânea contra os golpistas na cidade de Bissau, exigindo a imediata soltura do Primeiro Ministro e dos demais presos. Os manifestantes ocuparam as ruas através de cerco na Primatura onde se encontrava o chefe de executivo juntamente com algumas dezenas de militares.

De acordo com Jornal Gazeta de Notícias (2012):

> Os manifestantes dirigiam-se aos militares exigindo-lhes a libertação do chefe de executivo, deitaram pedras nas estradas e queimaram pneus como forma de protestar o seu descontentamento contra a atitude dos militares. Contudo, motivou uma forte reação por parte dos líderes de levante militar através do seu representante António Indjai, emitiu-se um comunicado de imprensa ameaçando que se a população não saísse nas ruas, não parasse de erguer barricadas nas ruas, "vou perder a paciência e mandar matar o Carlos Gomes Jr. Prosseguiu "protegi o Primeiro Ministro como cidadão não tenho nada contra ele, se as pessoas continuassem nas ruas vou matar ele. Ele é matador, matou muita gente e porquê é que ele não deve morrer? Não sabem o que há. Digam aos manifestantes de Bissau que saiam da rua. Pelo contrário, vou mandar matá-lo".

Por conseguinte, o movimento golpista durante os momentos da execução de golpe e pós-golpe continuaram a restringir os direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos sem quaisquer fundamentos legais, visando tão somente silenciar os cidadãos e instaurar um regime antidemocrático. Várias manifestações acabaram com atos de espancamento dos manifestantes, incluindo ameaças à vida e à integridade física dos cidadãos. Neste contexto de reações contra a alteração da ordem constitucional, o Comando Militar, que assumiu a autoria do levantamento

militar de 12 de abril, emitiu um comunicado no dia 15 de abril de 2012, através do qual veio proibir expressamente as manifestações.

A LGDH (2012) adianta ainda que o referido comunicado responsabilizava os manifestantes pelas consequências que possam advir das reivindicações. Mesmo assim, houve tentativas de protestos por parte dos cidadãos inconformados com o golpe de Estado, mas não obtiveram sucessos por duras represálias dos militares.

> (...) muitos cidadãos, inconformados com o golpe de Estado, empreenderam algumas tentativas que acabaram por ser frustradas devido às intervenções desproporcionais da Guarda Nacional e Forças Armadas, nomeadamente, as manifestações programadas no dia 14 de Abril por um grupo de mulheres e por jovens no dia 15 de abril, assim como as manifestações convocadas para o dia 16 de abril de 2012 pela Plataforma Política das Mulheres, o Movimento da Juventude Guineense, bem como a manifestação da FRENAGOLPE no dia 11 de maio de 2012. Todas estas manifestações foram dispersadas pelos militares (FERNANDES, 2015).

No entanto, o Primeiro Ministro e os membros de seu governo preso somente conseguiram ganhar a liberdade dias depois, devido à intervenção da CEDEAO. Enquanto isso, vários dirigentes procuraram refúgio em instalações diplomáticas, como União Europeia (UE) e Nações Unidas (ONU), inclusive alguns ministros do governo deposto e alguns dirigentes do partido no poder, PAIGC (FERNANDES, 2015).

É importante ainda realçar que a situação dos direitos humanos se deteriorou substancialmente após o golpe de Estado, ou seja, instalou-se um clima de autêntica afronta aos direitos humanos e de ameaças sérias à consolidação da Paz e do Estado de Direito, marcado por intimidações arbitrárias, e violações de integridade física, perseguições políticas e assassinatos.

Nos meses subsequentes do golpe, essa realidade ficou ainda mais evidente. Segundo o relatório da LGDH (2012) houve violações sumárias dos direitos humanos e políticos no país, perseguições desencadeadas por parte dos militares, ataques à imprensa nacional, ativistas e alguns cidadãos cujos posicionamentos são de anti-golpe, por exemplo: Aly Silva, ativista e administrador do blog “Ditadura e Consenso” agredido brutalmente em um tratamento desumano pelos militares, que lhe retiraram vários equipamentos relacionados com a atividade jornalística, os quais nunca foram devolvidos. De igual modo, no dia 8 de novembro de 2012, os militares detiveram ilegalmente um jornalista da Rádio Sol Mansi, de nome Amadu Djuf Djaló, por ter noticiado o espancamento do deputado do PAIGC Mama Samba Baldé. E este que foi liberado por intervenção do Bispo da Igreja Católica de Bissau.

Essa situação alastrou-se para a imprensa internacional, sobretudo a delegação do RTP-África, as autoridades militares adotaram uma postura hostil em relação a essa delegação na Guiné-Bissau, por considerar as suas reportagens enviesadas e tendenciosas contra os governantes na época e contra a própria imagem do país. Conforme a LGDH, essas ações do governo e dos militares concretizaram-se numa carta dirigida ao Ministro da Comunicação Social de Portugal exigindo o regresso dos seus jornalistas ao seu país de origem. Finalmente, a delegação da RTP na Guiné-Bissau acabou por abandonar o país na sequência de uma segunda carta com a mesma intenção e com um teor um pouco mais agressivo (LGDH, 2012).

Além da parte dos jornalistas e da imprensa, houve também ataques brutais aos líderes políticos que não estavam satisfeitos com o clima de perseguição e medo instaurado no país pelos militares. Temos os casos dos dirigentes políticos, designadamente o Dr. Iancuba Indjai, Presidente do Partido da Solidariedade e Trabalho e também líder da Frente Nacional Anti-Golpe, uma plataforma de partidos políticos e da sociedade civil criada para contestar o golpe de abril (FRENAGOLPE) e Silvestre Alves, Presidente do Partido Movimento Democrático Guineense (MDG) no dia 22 de outubro de 2012, foram raptados e brutalmente espancados por um grupo de militares a mando de superiores hierárquicos. Na época esses dois dirigentes políticos encontravam-se no estrangeiro, mais concretamente, em Portugal, para efeito de tratamento médico, tendo os respetivos quadros clínicos sido considerados muito graves.

A FRENAGOLPE, não só condenava os atos golpistas, mas também não reconhecia qualquer governo de transição a ser criado por um regime que consideravam inconstitucional. Nesse sentido, o movimento mobilizou-se, a partir da sociedade civil, em criar desobediência civil como forma de protesto contra a situação política que o país se encontrava. Na visão do Iancuba Indjai, "a desobediência civil é exatamente uma das formas de luta política pacífica, contra um governo ilegal, não aceitamos o Presidente, nem reconhecemos o Primeiro Ministro, não reconhecerá nenhum outro órgão que sairá dessa engenharia de inconstitucionalidade" (RFI, 2012). No entanto, a FRENAGOLPE representava a voz mais crítica do golpe de Estado de 2012, e o sequestro dos seus representantes mostra uma clara tentativa de violações dos direitos humanos e de silenciamento.

O comando Militar para sustentar a ação golpista e ganhar aprovação da população, depois de várias tentativas frustradas de justificar o golpe, identifica como principal causa para a ação dos militares, a existência de um acordo secreto entre o Governo de Carlos Gomes Jr. e Angola para o desmantelamento das Forças Armadas da Guiné-Bissau. Portanto, esta seria uma forma de apelar ao apoio popular pela via nacionalista contra a invasão de um país estrangeiro,

Angola. “Porém a reação da população é na sua generalidade bastante crítica e contrária ao golpe” (SOUSA, 2013, p. 90).

3.5 Contornos Internacionais do golpe de Estado

A reação interna e externa face aos acontecimentos de 12 de abril é célere. Como apontada na seção anterior, internamente os golpistas sofreram grande desaprovação da sociedade em geral e acima de tudo evidenciou-se a revolta dos civis, a população cansada de mais violências perpetradas por grupos militares durante muitos anos, abusos de autoridade e sem qualquer compromisso com a república e a democracia. A história nos mostra que em casos de crises políticas, golpes de Estado e até guerras, os civis constam como a parte mais vulnerável desses acontecimentos, ou seja, são as reais vítimas dos atos golpistas, nesse caso os bissau-guineenses. Nesse sentido, importa também afirmar que os golpistas do dia 12 receberam apoio em massa da parte do PRS e de outros pequenos partidos afastados do poder, bem como alguns dissidentes do PAIGC.

Contudo, as mobilizações internas das populações contra o golpe foram fortemente reprimidas por militares. Afastando, assim, qualquer grupo social ou partido político a contestar as suas ações autoritárias durante o período do golpe e pós-golpe. Internacionalmente, a condenação do golpe foi generalizada e nos dias seguintes as declarações dos países parceiros e das organizações internacionais que a Guiné-Bissau é parte foram unânimes em condenar os atos do dia 12. Segundo Sousa (2013), destaca-se as reações contundentes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), da União Europeia (UE), da União Africana (UA), das Nações Unidas (ONU), todas essas organizações parceiras exigindo o retorno imediato e incondicional à ordem constitucional, a conclusão do processo eleitoral e a aplicação de sanções aos golpistas. No mesmo dia do golpe, a comissão da CEDEAO, emitiu comunicado:

> Este flagrante desafio ao princípio da Comunidade de Tolerância Zero ao poder obtido por meios inconstitucionais, conforme consagrado no Protocolo Complementar sobre Democracia e Boa Governação, não pode ficar impune, uma vez que, com a sua ação, os militares deliberadamente e conscientemente baniram a Guiné-Bissau da Comunidade da CEDEAO. Também surge no momento em que a ECOWAS está envolvida com a Guiné-Bissau nos esforços para levar a cabo reformas abrangentes para o desenvolvimento econômico e a reconstrução nacional. (CEDEAO, 2012).

Alguns dias depois dessa comunicação da CEDEAO para cobrar dos golpistas o cumprimento dos princípios internos da organização, voltou atrás e iniciou-se contato com os

golpistas com finalidades de encontrar uma solução negociada de criar alternativas cabíveis para a formulação de um governo de transição consensual e realização de eleições no prazo de um ano. Nesse caso, o seu posicionamento difere com as declarações de CPLP, UA e ONU, onde essas organizações são adeptas da reposição da ordem constitucional e o restabelecimento do Governo legítimo no poder.

Souza (2013) afirma que, apesar do apoio manifestado pela CEDEAO, houve inicialmente a tendência para pensar que o golpe estaria condenado ao fracasso no sentido que não havia sido apoiado pela comunidade internacional e da sociedade civil, e que por conseguinte golpistas ficariam mais tarde ou mais cedo isolados. A CEDEAO, por sua vez, enviou uma delegação à Bissau e exigiu uma reunião com o "Comando Militar", os responsáveis do golpe, com Carlos Gomes Jr e com os dirigentes do PAIGC. Depois da reunião, Desire Kadre Ouedaogo, Presidente da organização, garantiu que os militares concordariam com a decisão da CEDEAO, e que o país voltaria à normalidade o mais rápido possível (BWOCK, 2016).

Nessa intervenção, a CEDEAO utilizava o termo "tolerância zero", que significa uma atuação mais incisiva para voltar a cumprir a constituição do país. A organização foi responsável pela negociação com o Comando Militar na liberação dos presos políticos e aplicação de sanções aos golpistas. Para Bwock (2016), após um mês a *tolerância zero* foi perdendo a força e a validade, os militares garantiram que libertariam o primeiro ministro e o presidente e devolveriam o poder aos civis para formarem o governo de transição que duraria um ano, mas recusaram a possibilidade de prosseguir com o processo eleitoral interrompido. A CEDEAO concordou com as exigências dos golpistas, por outro lado, a CPLP se recusou a aceitar os termos pré-estabelecidos pelos militares, porque está longe dos parâmetros legais e constitucionais. Do mesmo modo, criticou a postura da CEDEAO, acusando-a de legitimar o golpe e de apoiar os militares.

Após vários momentos de negociação, a CEDEAO ignorou a posição da CPLP e propôs o nome do Serifo Nhamadjó, terceiro colocado nas disputas do primeiro turno, vice-presidente da Assembleia Nacional Popular (ANP), para assumir a Presidência da República no período da transição.

> Esta solução apoiada pela CEDEAO para a resolução do conflito manteve os golpistas no poder sem qualquer sanção e rejeitou o regresso dos líderes eleitos democraticamente. A CEDEAO impôs, assim, à população um Presidente, um Primeiro-ministro e um Governo. Uma solução bem afastada da linha defendida pelo CEDEAO do princípio da tolerância zero para os golpes de

> estado. De salientar também a posição contraditória assumida pela CEDEAO face ao golpe de estado no Mali (SOUZA, 2013, p. 95).

Nesse caso, a posição da CEDEAO acaba sendo contraditória e é difícil de explicar, após os resultados eleitorais, a própria organização declarou válida a primeira volta das eleições presidenciais, considerando-as livres, justas e transparentes. Para alguns pensadores esta questão pode ser compreendida a partir de um olhar geopolítico e batalha territorial de alguns dos países membros desta organização, torna-se mais fácil de compreender a sua posição.

Destacaram a imparcialidade da CEDEAO apontando o interesse particular da Nigéria, Senegal, Costa de Marfim e Togo, assim, tanto quanto a CPLP destacaram o interesse de Angola e Portugal. Outros ressaltaram que as duas organizações sofrem da falta de credibilidade local (THOMSON, 2013). Essa tese corrobora com a argumentação de Souza (2013) de que a CEDEAO viu sempre com reservas a intervenção de Angola numa região considerada sua. Em particular, os países mais influentes desta organização como seja o caso de Senegal, a Nigéria ou a Costa do Marfim, que não pretendem partilhar o domínio sobre a região. Não foi por isso com total surpresa que a CEDEAO foi a organização que mais rapidamente se acomodou à situação e retirou para si proveitos. As razões para os três países membros da CEDEAO apoiarem a atual solução de transição aproximam-se, mas são distintas.

> A Costa do Marfim, não quer Angola na região, o Presidente Alassane Ouattara e também atual presidente da CEDEAO, não esquece que após os resultados eleitorais e ao impasse que se seguiu em novembro de 2010, José Eduardo dos Santos apoiou o seu opositor, Laurent Gbagbo e ofereceu-se para enviar tropas se necessário. Para o Senegal a questão de Casamansa continua na ordem do dia e a entrada de tropas senegalesas no território da Guiné-Bissau, seria a melhor forma de encurralar os separatistas, outra questão que influencia a posição senegalesa é o seu interesse em não perder a primazia que tem ao nível da entrada e escoamento de produtos por via marítima, com a construção do porto em Buba. Por outro lado, serviria para aumentar o seu protagonismo junto das autoridades de Bissau, cuja influência diminuiu com a presença de Angola. A Nigéria, a grande potência regional, na busca de manutenção e alargamento do seu espaço de influência, não quer permitir que outra potência africana venha ocupar o seu espaço (SOUZA, 2012, p. 95-96).

A abordagem da CPLP tem sido abertamente contrária à da CEDEAO. Os líderes depostos da Guiné-Bissau têm representado o país nas cimeiras da CPLP realizadas desde o golpe. A organização não reconheceu as autoridades de transição e defende a retomada imediata da ordem constitucional. Entretanto, Gomes Jr. e outras personalidades políticas e militares exiladas têm residido em Portugal, sede da CPLP. Em suma, tanto a CPLP como a CEDEAO parecem apoiar redes distintas de aliados na Guiné-Bissau, agravando a polarização política e

reforçando as rivalidades no seio da classe dirigente no país (O´REGAN & THOMPSON, 2013).

Em suma, o que se pode aferir em termos analíticos sobre o contexto abordado são de acúmulo de acontecimentos que têm marcado o processo sócio-político, econômico, e cultural do país. Desde a ocupação das potências europeias e consequente estabelecimentos das suas administrações nas regiões africanas colonizadas, deu-se o início dessas lutas pelo controle de influência, que, por sua vez, alastrou-se para outras dimensões e instituições como legado herdado. Durante a luta de libertação, vários estudiosos já dissertaram sobre essa luta pelo controle, às vezes com dinâmicas diferentes, entre vários exemplos, pode-se destacar a escolha de uma forma de governo de partido único e o afastamento de outras parcelas da sociedade no exercício político e governativa, a relação entre os guineenses e caboverdianos que culminou com o golpe de 1980, o caso de 17 de outubro, etc.

No entanto, essas instituições não furtaram desse legado histórico do país, a CEDEAO sempre quererá manter o controle e a primazia na região, sobretudo, quando o assunto em voga se trata das crises políticas na região que é da sua jurisprudência. Esses dois momentos de golpes de Estado na Guiné-Bissau atestam essa afirmação, principalmente opondo de maneira parcial ou categórica o posicionamento das outras organizações, especialmente da CPLP. Afirmando, assim, o seu reconhecimento e protagonismo pelas resoluções das crises políticas recorrentes na Guiné-Bissau e na região em geral. Do ponto de vista da CEDEAO, a CPLP carece dos meios financeiros, capacidade institucional e experiência para gerir este tipo de desafios. A CEDEAO dispõe efetivamente de uma equipa maior e tem afetado mais recursos a intervenções na Guiné-Bissau.

4 SOCIEDADE CIVIL E GESTÃO DE CONFLITOS: MAPEANDO DIFERENTES FORMAS DE ATUAÇÃO (1998/1999 e 2012)

Existe um entendimento quase axiomático na comunidade internacional de política e desenvolvimento de que sociedade civil robusta ajuda a prevenir conflitos através do incentivo à democracia e aos direitos humanos, e a construir uma paz duradoura em ambientes pós-conflitos ou propensos a conflitos (BRATTON, 1994; HULTIN, 2014). A partir desta perspectiva, esta pesquisa dedica-se em explorar a participação da sociedade civil bissau-guineense perante as crises políticas descritas no capítulo anterior, sobretudo o seu papel na gestão e resolução dos conflitos, de igual maneira apoiando no contexto dos conflitos e golpes de Estado na África Ocidental.

Segundo Tocqueville, a função mais importante da sociedade civil é funcionar como grandes escolas de democracia, onde os cidadãos praticam e interiorizam formas e hábitos democráticos como a confiança, a tolerância e o compromisso, e de onde emergem líderes democráticos. Nessa mesma ótica, Cohen e Arato sublinham que a democracia é reproduzida ao nível estatal ou macro, sob a forma de competências sociais e confiança social, porque os hábitos e princípios democráticos são cultivados e praticados na sociedade civil ao nível micro (COHEN; ARATO, 1992).

As formas como as organizações da sociedade civil podem ultrapassar os conflitos violentos têm fomentado um grande número de estudos ao longo das últimas décadas, elas ocupam um lugar de destaque nesses debates. A importância das organizações da sociedade civil na prevenção, gestão e resolução de conflitos foi sublinhada, em 1997, pela Comissão Carnegie sobre Prevenção de Conflitos Mortíferos (CARDOSO, 2008).

Destarte, através de um relatório tornado público no mesmo ano, esta Comissão referiu que as organizações não-governamentais, uma expressão da sociedade civil, são importantes para a saúde política de todos os países, e que a sua contribuição efetiva e potencial na prevenção do conflito mortífero, especialmente a violência de massas no interior dos Estados, estava a tornar-se um dos traços distintivos da era pós-guerra fria (*Idem*).

Embora haja uma grande necessidade de estar em alerta ao potencial dos atores da sociedade civil para contribuir conflito ou a violência, a maioria das discussões contemporâneas sobre a sociedade civil e o conflito centra-se no papel das organizações não governamentais (ONG) em dar visibilidade a situações de conflito, mobilizar a opinião pública e trazer as partes

em conflito para as mesas das negociações ou criar condições à intervenção internacional (KECK; SIKKINK, 1994; HULTIN, 2014; BARROS, 2015).

De certa maneira, o termo organização da sociedade civil engloba um leque mais vasto de atores, por exemplo, imprensa privada; organizações comunitárias e associações de diversas naturezas etc. por conseguinte, as ONGs emergiram como o principal ponto focal dos debates sobre a sociedade civil e democratização em África desde os finais dos anos 1980 e, na literatura, os dois termos são frequentemente utilizados indistintamente.

Para os efeitos do presente estudo, consideramos as ONGs como um subconjunto da sociedade civil, contudo, ela se distingue das outras organizações da sociedade civil por uma maior institucionalização formal (ou quase profissional). Assim sendo, as ONGs são vistas como tendo um maior potencial para afetar as mudanças sociais do que outros atores da sociedade civil (IBRAHIM, 2015).

No contexto de África Ocidental, as ONGs e as organizações da sociedade civil em geral, têm desempenhado um papel significativo em diversas áreas sociais, na formação do discurso político em torno dos conflitos, principalmente, as campanhas publicitárias das ONGs ajudaram a preparar o terreno para a intervenção humanitária em muito desses países (BIERI, 2010), e impulsionar as iniciativas das políticas públicas específicas destinadas a melhorar ou prevenir conflitos (HULTIN, 2014).

Por exemplo, na Serra Leoa, durante a guerra civil (1991-2002) caracterizado pela extrema brutalidade e violações generalizadas dos direitos humanos, principalmente, contra civis (SCHERF; GONZALEZ, 2018), as organizações da sociedade civil desempenharam papel importante na resolução de conflito e manutenção de paz. A partir das suas pressões junto com a Comissão Nacional Eleitoral Provisória, conseguiram que fossem realizadas as eleições antes da paz, considerando os direitos políticos como uma espécie de pré-requisito para uma paz sustentável. “Importa afirmar que o Movimento das Mulheres para a Paz da Serra Leoa também trabalhou arduamente para trazer as partes em conflito para a mesa das negociações” (HIRSCH, 2001, p. 41 apud HULTIN, 2014, p. 209).

No ponto alto do conflito, havia cerca de 70 organizações a trabalhar em prol da construção da paz, bem como em questões como a erradicação da pobreza e a construção de habitações de baixo rendimento para a promoção e fortalecimentos das comunidades que perderam as suas moradas durante o conflito (WILLIAMS, 1999). Apesar dos esforços positivos desempenhados pelas organizações sociais na gestão e resolução dos conflitos em

África, geralmente elas são excluídas ou afastadas das negociações de paz formais, os casos da Serra Leoa e Libéria nos dão subsídios sólidos para essa afirmação (HULTIN, 2014).

Por exemplo, o Movimento das Mulheres para a Paz da Serra Leoa foi largamente excluído dos processos de negociação da paz de Lomé e Abuja em 1999. Geralmente, essas situações acontecem em maior escala da sociedade civil no continente, esses obstáculos devem-se aos aspectos logísticos e políticos. Contudo, a participação da sociedade civil nas negociações da paz em Acra é considerada como tendo maior legitimidade ao resultado final para a população da Libéria em 18 de agosto de 2003 (LEVITT, 2012, p. 230 apud HULTIN, 2014, p. 210). Isso nos mostra que a capacidade das organizações da sociedade civil nacionais para terem um impacto imediato além do ambiente de conflito e para fomentar o enquadramento das agendas humanitárias e de segurança a nível regional ou internacional é limitada.

Embora, como já apontado, a sociedade civil tenha, na sua maioria, um papel secundário na negociação da paz, a construção da sociedade civil e a inclusão dos seus atores numa resolução de pós-conflito tornou-se uma parte importante das iniciativas patrocinadas internacionalmente. De acordo com a teoria das redes transnacionais, o surgimento de redes é mais provável de ocorrer em torno de questões que são pontos centrais e geram conferências e outros fóruns internacionais de debates, uma vez que promovem uma arena de fortalecimento de contato entre outros atores (GOMES, 2018). Quando as arenas domésticas de participação política se encontram bloqueadas por meios políticos e logísticos, a participação na arena internacional pode ser a única forma de chamar a atenção para a sua causa (KECK; SIKKINK, 1994).

Muito embora o debate em volta das redes transnacionais não seja foco deste trabalho, faz-se necessário à sua menção visto que muitos intelectuais africanos acreditam que a quantidade de controle exercido pelos organismos internacionais nas organizações da sociedade civil africana torna a noção da sociedade civil enganadora em África. Sendo assim, muito distinta das organizações que o termo foi desenvolvido para descrever no Ocidente. Ao mesmo tempo, argumentam que estas abordagens se baseiam numa definição mais restrita de democracia, não dá conta da maior parte da vida associativa em África.

Nessa mesma linha de raciocínio, Lars Rudebeck (2001) sustenta que, dado o aparelho de Estado bissau-guineense ser tão débil, tanto financeira como institucionalmente, e a sociedade civil na sua forma moderna de organização de vida ser tão limitada, os representantes

diplomáticos estrangeiros, as organizações de ajuda quer sejam ou não governamentais, facilmente adquirem influência desproporcionada na própria vida social do país.

Essa observação também aparece em Barros (2014) sobre o estudo de associativismo guineense, em que independente da sua base de inserção, aponta para o caráter instrumental e formal dessas organizações devido à filosofia de projetos dos doadores que privilegiam o trabalho direto com os grupos sociais (organizados formalmente), o que fez disparar o número de associações, quer na capital quer nas zonas rurais do interior do país. Para o autor este fenômeno contribuiu para esvaziar as associações da sua agenda prioritária, condicionando o que realmente querem, podem e são mandatadas para fazer. Durante o conflito político-militar de 7 de junho de 1998-99 isso se tornou ainda mais nítido.

4.1 Dinâmicas participativas da Sociedade Civil perante o golpe de Estado de 7 de junho de 1998

Como tendo discorrido nas partes anteriores, em especial no capítulo inicial de que no início dos anos 1990 a política e a sociedade civil bissau-guineense ganharam novos contornos em termos de agendas com o surgimento de novos partidos políticos, novas forças sociais e confiança social levaram a uma mudança de atitudes e repertórios, da participação política e luta pelos interesses sociais e liberdades fundamentais contra o autoritarismo vivenciado nas décadas passadas.

Em meio dessa nova fase da vitalidade em que a sociedade civil bissau-guineense desfrutava de liberdades civis e políticas. Num instante, deparou-se com uma tentativa de golpe de Estado que se desencadeou para uma guerra civil com a duração de quase um ano, conhecida como conflito político-militar 1998/99, caracterizado por extrema brutalidade e violações dos direitos humanos. Os esforços que o país estava tendo na afirmação de um modelo de democracia e do Estado de Direito, sobretudo, na formulação das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento nacional encontravam-se em ruínas (revivendo mais uma etapa nebulosa da sua história).

Nesse contratempo, o conflito de 1998 marca o desenvolvimento de uma nova geração de organizações da sociedade civil. De um lado, surgimento de novas organizações pautadas na gestão de conflito impedindo o alastramento da guerra e negociação da paz (no caso,

Movimento Nacional da Sociedade Civil para a Consolidação da Paz, Democracia e Desenvolvimento). Por outro lado, houve a criação de mecanismos emergentes por parte dos movimentos sociais, essencialmente voltados para a ajuda humanitária aos civis afetados no período de conflito e pós-conflito, assim organizando os beneficiários para receberem ajudas internas como externas.

Por exemplo, na década anterior a esse evento, mesmo numa situação de crise das políticas e da administração pública, as organizações da sociedade civil (e nomeadamente as ONGs, compostas por profissionais em relação a missões determinadas, por vezes mobilizadas no seio das *mandjuandades*) mantiveram uma abordagem de desenvolvimento de estruturas "duráveis", como agrupamentos informais implicados em atividades produtivas, de transferência de tecnologias, de monitoramento do território e dos recursos, assim como de prestação de serviços (CONSTANTINI et al., 2018).

Durante o conflito referido, mais importante que apoiar o desenvolvimento de estruturas estáveis e duradouras, com funções determinadas no acompanhamento dos atores locais, a distribuição das ajudas humanitárias foi o principal foco da sociedade civil na altura, sem se preocupar muito com as abordagens ou as consequências em termos de desenvolvimento institucional. As organizações da sociedade civil são percebidas, neste contexto, tanto pela administração pública, como pelos doadores internacionais, como "*prestadores de serviços*" e implementadores de projetos e de programas emergenciais, dirigidos desde suas iniciativas até pelos organismos de financiamento.

As poucas ONGs "profissionais" do período precedente são levadas a expandir suas capacidades, mas, ao mesmo tempo, chegam ao país recursos que querem capacidades e forças adicionais para serem aproveitadas. Como aponta Constantini et. al, 2018:

- À proliferação de novas entidades, muitas vezes criadas por pessoas que no período anterior estavam implicadas em outras OSCs, todas registradas com natureza jurídica típica de ONGs, coordenadas e apoiadas por uma entidade do governo chamada "SOLIDAMI" (Instituto Nacional de Coordenação da Ajuda Não-Governamental) – criado em 1984, sob a tutela do Ministério dos Assuntos Estrangeiros e que continuou a sua atividade na década seguinte;
- Um processo de mudança, que implica muitas entidades criadas no período anterior, com uma expansão territorial e temática das atividades e um

crescimento do número de funcionários, assim como da dependência dos recursos das entidades internacionais intervenientes;

- A chegada de novas ONGs (ONGs internacionais), com funções de "líderes" nas iniciativas maiores, onde a dimensão dos financiamentos não aconselha a confiar demais nas organizações nacionais, que na maioria continuam tendo capacidades limitadas a simples "implementação de ações identificadas, formuladas e geridas" por entidades externas;
- A proliferação de entidades "legalizadas" ao nível das regiões, onde as entidades Internacionais buscam parceiros para implementar as ações, que não poderiam gerir somente com os recursos humanos "estruturados" na própria organização.

A partir desta situação leva a criação do Comitê de Gestão de Crises (CGC), na cidade de Bubaque, com o foco de amparar as vítimas de conflito armado. O conflito fez com que as pessoas procurassem refúgio nas zonas rurais, então, as ilhas do Bolama Bijagós foram uma das saídas que os cidadãos encontram para ficarem mais seguras. Nesse âmbito, perante a chegada massiva de indivíduos de todas as etnias, idade e sexo, os habitantes desta ilha decidiram criar um órgão de coordenação, construído na base de voluntariado por homens e mulheres de todas as sensibilidades políticas, de diferentes idades e classes sociais (CARDOSO, 2008).

O comitê funcionou de forma ininterrupta durante sete meses que durou o conflito e transformou-se no interlocutor privilegiado, executor e dinamizador de quase toda ação a favor dos deslocados no arquipélago (*Idem*). Além do acolhimento das pessoas deslocadas, a Comissão desenvolveu várias atividades em formato de intercâmbio, por exemplo, manifestações desportivas, palestras e campanhas de sensibilização refletindo temas diversos. É importante destacar que essas ações também aconteceram noutras regiões do país e foram importantes na gestão do conflito, sobretudo, impediram que a guerra se transformasse numa catástrofe humanitária, tendo em conta o nível da pobreza que caracteriza as populações.

Nesse cenário, importa apontar o papel da Igreja Católica que também em outros momentos tem demonstrado o comprometimento com a vida política e social do país, atuando diretamente no domínio da saúde e da educação, sem deixar de incorporar na sua área de atuação com outras entidades religiosas, por exemplo, as comunidades islâmicas. Não obstante, a Igreja Católica, apesar das suas ligações com as entidades coloniais, o seu envolvimento não abrandou

face à independência e crise social provocada pelo esvaziamento do Partido-Estado nos anos de 1990 e, consequentemente, no conflito de 1998 (KOUDAWO, 2001).

Para Barros (2012) o conflito político-militar de 1998/99, contribuiu para dar à Igreja Católica uma nova dinâmica e projeção, desempenhando um papel de destaque, particularmente, o seu Bispo D. Arturo Ferrazzetta, que defendeu e promoveu a paz, e esteve muito próximo da população. Conforme Cardoso (2008), o forte engajamento da igreja nesse momento e também na resolução de outros conflitos, sobretudo na promoção da paz e bem-estar, deve-se a várias razões: uma mensagem clara que encontra eco junto dos seus seguidores; uma longa e bem estabelecida presença no terreno; uma infraestrutura bem desenvolvida que muitas vezes inclui uma sofisticada rede de comunicações ligando os escritórios locais, nacionais e internacionais; uma legitimidade para falar sobre questões relacionadas com a crise; uma orientação tradicional para a paz e boa-vontade.

> As especificidades que caracterizam a evolução histórica da Igreja Católica na Guiné-Bissau, bem como o seu perfil atual fazem com que o seu envolvimento na resolução dos conflitos assuma contornos e configurações próprias. Ela não deixa, porém, de partilhar algumas das condições acima descritas, nomeadamente o facto de, enquanto instituição, o seu contacto com as populações locais datar de tempos longínquos; de possuir uma rede de relações e de um capital social não negligenciável, uma infraestrutura e, sobretudo uma organização relativamente bem estabelecidas no interior do país. O seu envolvimento na resolução do conflito de 1998/1999 foi notório CARDOSO, 2008, p. 19).

Isso evidencia o fato de que as ações da Comissão Nacional de Boa Vontade, chefiada pelo Bispo da Igreja Católica, D. Arturo Ferrazzetta, foi a primeira comissão de paz a manifestar-se nas negociações para o fim da guerra civil. Constituída por cidadãos comuns cuja preocupação de momento era evitar que o conflito perdurasse e se alastrasse a outras regiões do país, os membros desta Comissão envolveram-se em negociações diretas com os dois protagonistas do conflito, nomeadamente o então Presidente da República, João Bernardo Vieira e o Brigadeiro Ansumane Mané, Chefe dos revoltosos, que mais tarde viriam a autodenominar-se Junta Militar. Os membros da Comissão valiam pelo seu prestígio moral pessoal e pelos conhecimentos que possuíam dos corredores do poder. Alguns serviam em instituições do Estado, certo, mas a sua conduta irreparável tinha feito deles uma referência nacional (KOUDAWO, 2001, CARDOSO, 2008, BARROS, 2014).

Destarte, a Igreja assumiu os primeiros esforços de mediação entre as partes em conflito e teve uma ação muito importante como da solidariedade emergente no contexto da ajuda humanitária aos deslocados e das ações de lobby da advocacia contra a guerra. Contudo, ela

não esteve sozinha nos passos que deviam ser conduzir à aquisição da paz, mas desempenhou o papel da liderança[15]. Nesse ínterim, o Sangrem et al (2005) identificam duas importantes redes das organização da sociedade civil que emergiram durante o conflito: primeiro, a criação do Movimento Nacional da Sociedade Civil para a Paz, Democracia e Desenvolvimento (MNSCPDD) em 27 de novembro de 1998, na altura transformou-se numa porta-bandeira deste amplo movimento da sociedade civil para a Paz.

Cardoso (2008) aponta que, numa reunião do referido movimento realizado no território controlado pela então Junta Militar, cerca de 150 pessoas, representando mais de 130 organizações da sociedade civil, ergueram-se exigindo que os protagonistas cessassem as hostilidades e que houvesse uma retirada imediata das tropas estrangeiras estacionadas no país, cuja presença tinha sido solicitada e facilitada pelas forças governamentais.

Nesse sentido, o movimento transformou-se num importante espaço de oposição à guerra, as suas intervenções basearam-se através de denúncias de atrocidades, de marchas pacíficas, organizações de palestras, de entrevistas e das distribuições de informações sobre a situação dos deslocados da guerra (BARROS, 2014).

> As ações dessas associações eram dirigidas não só aos beligerantes como aos próprios membros da coligação, exaltando o papel da sociedade civil na resolução do conflito. O trabalho da sociedade civil junto da comunidade local no sentido de sensibilizá-la a opor-se ao conflito e exigindo a retirada das tropas estrangeiras do país fazia das discussões à volta da mesa de negociações a parte tardia de um amplo processo político nos quais os conflitos são prevenidos e resolvidos através de meios pacíficos e de um engajamento permanente e construtivo a favor da preservação de um clima social favorável ao desenvolvimento (CARDOSO, 2008, p. 20).

Ao mesmo tempo, o autor acredita que o domínio e a facilidade com que fez o envolvimento ativo da sociedade civil no conflito de 1998/1999 deve-se à facilitação do diálogo entre as partes beligerantes. Visto que a Comissão Nacional de Boa Vontade não cansava de fazer vaivém entre as partes em conflitos, num deliberado esforço de evitar o deflagrar da guerra. Vale também destacar que no auge da confrontação armada, representantes da sociedade civil estiveram presentes nas várias rodadas de negociações promovidas quer pela comunidade

[15] Koudawo, citado por Cardoso (2008) que o papel de destaque desempenhado pela Igreja Católica durante o conflito não surgiu do nada. Antes da eclosão da guerra, as autoridades diocesanas de Bissau haviam dado a sua contribuição na resolução de conflitos sociais, nomeadamente laborais e escolares. O Bispo de Bissau foi várias vezes chamado para servir de mediador nas crises que opuseram o governo ao Sindicato Nacional de Professores a partir de 1992.

internacional, quer por organismos regionais como a CEDEAO, ora participando diretamente na mesa das negociações, ora servindo de facilitadores do diálogo entre os beligerantes.

Contudo, no pós-conflito, talvez por questões de sobrevivência institucional, o MNSCPDD adotou uma postura administrativa semelhante a de uma ONG baseada nas dinâmicas de projetos, concorrendo pelos financiamentos, abdicando de certa forma do papel inicial que tinha de caráter mais interventivo, levando pessoas às ruas para influenciar positivamente o processo democrático (SEMEDO, 2020).

A segunda organização destacada pelo Sangreman (2005) é a Célula de Crises das ONGs – CECRON[16], que nasceu no bojo do conflito e que acompanhou todo o processo da luta e teve um papel fundamental no desenvolvimento de esforços da comunidade internacional para a mediação do conflito e a obtenção da paz, constituiu-se como ponte das organizações nacionais da sociedade civil com as organizações internacionais.

O principal objetivo da CECRON consistia na canalização de apoios da ajuda humanitária aos deslocados da guerra com base na gestão das crises, as ONGs que faziam parte da Célula decidiram alargar a rede a outras ONGs nacionais e internacionais, prosseguindo com a criação oficial da Plataforma de Concertação das ONGs nacionais estrangeiras – PLACON-GB (CARDOSO, 2008, SANTOS, 2009, BARROS, 2014), cujo papel consiste em garantir a concertação entre as organizações não governamentais e contribuir para a sua participação no desenvolvimento socioeconômico e político, servindo de ponte entre o Estado e as ONGs (CARDOSO, 2008).

Percebe-se a partir dos atores como Cardoso (2008), Semedo (2009) e Barros (2014), que a sociedade civil participou de diferentes formas durante o conflito e um desses envolvimentos é a manifestação popular. Por exemplo, em outubro de 1998, no auge do conflito, foram presenciadas três manifestações que decorreram dois dias consecutivos, as pessoas percorreram as ruas da capital (Bissau) e dirigiam-se à zona controlada pela Junta Militar.

> Começaram por exigir a "Paz", gritando que "o povo está cansado da guerra". Acabaram de punhos erguidos a exigir a retirada de todas as tropas senegalesas. Mulheres e jovens tomaram a iniciativa das manifestações, com o apoio de grupos e organizações religiosas, tanto católicas como muçulmanas. Duas dessas manifestações foram recebidas pelo próprio brigadeiro Ansumane Mané, o chefe dos revoltosos, que prometeu manter o cessar-fogo que tinha sido acordado. A par destas manifestações que

[16] As ONGs que faziam parte desta organização – por exemplo a Alternativa Guineense/Associação Guineense de Estudos Alternativos (ALTERNAG), e o ramo Guineense du Réseau Africain pour le Développement Intégré (RADI) - participaram também na outra organização mais abrangente que se formou em 27 de novembro de 1998 (RUDEBECK, 2001).

> mobilizaram centenas de pessoas e que chegaram a ser organizadas tanto dentro como fora do país-, os programas da rádio - um meio poderoso para atingir populações analfabetas- animadas por algumas das organizações da sociedade civil constituíram um meio incontornável em termos de despertar consciências sobre o perigo de uma deriva bélica e de influenciar opiniões a favor da resolução pacífica do conflito (CARDOSO, 2008, p. 21).

De acordo com Lars Rudebeck (2001) um exemplo da sociedade civil em ação foi uma grande "conferência para reconciliação nacional" que se realizou na capital Bissau de 13 a 15 de agosto de 1999, com a presença de trezentos participantes. No entanto, a conferência foi convocada pela organização guineense de direitos humanos (LGDH) e as atividades de manifestação decorreram durante três dias. Na ocasião, o Presidente da República interino Malam Bacai Sanhá fez o discurso de abertura, e, durante o discurso, o Presidente interino proferiu o seguinte:

> ...Só podemos reconciliar-nos quando formos capazes de descobrir a origem do conflito... vivemos uma guerra onde os filhos levantaram armas contra os pais, sobrinhos contra os tios cunhados contra cunhados. Esse povo não pode continuar eternamente a ver as suas famílias morrer e temos que parar de uma vez para sempre...
>
> Ninguém pode ser perseguido por ter de estar de um lado ou de outro..., mas quem cometeu crimes tem de responder perante a justiça, temos de ter coragem para denunciar as pessoas que fizeram isso... a reconciliação não pode passar pela impunidade, mas sim, tem de passar pela justiça... para que, de uma vez para sempre, a família guineense possa dar as mãos e afirmar que chegou a hora da mudança e do renascimento da esperança...
>
> As eleições de 28 de novembro foram um passo imprescindível para que o país possa regressar à normalidade institucional. Para que tenha um presidente da República, um governo e um parlamento legitimados (RUDEBECK, 2001, p. 40).

Contudo, nos momentos pós-conflito observou-se um desgaste dentro dessas plataformas, principalmente, MNSCPDD e CECRON, sendo afetados com o processo de partidarização, incapacidade de obter consensos, incapacidades de gestão, motivando a desmobilização das ONGs. Essa situação provocou a queda da Placon-GB, através de uma grande fragilidade financeira de doadores internacionais e técnica e da erosão da credibilidade que tinha granjeado (CONSTANTINI, et al, 2018).

Contudo, o forte engajamento da sociedade civil durante e pós-conflito, impulsionou a emergência de novas organizações com temáticas diversas, com bastante importância do ponto de vista de representatividade e da abrangência geográfica, cujo objetivo consiste em promover o debate sobre temáticas selecionadas, mas igualmente promover atividades, através da captação de fundos junto de parceiros nacionais e internacionais. Os temas tratados por estas redes vão desde a questão da violência contra as mulheres (Renluv), até às questões da paz e da

democracia (WANEP), passando pela promoção da participação das mulheres (AMAE) e jovens (RENAJ) nas atividades econômicas, sociais e culturais.

4.2 Atuação da Sociedade Civil no golpe de Estado de 2012

Nessa seção vale reforçar que num contexto de sucessivos golpes de Estado, violência militar, instabilidade política e econômica, as organizações da sociedade civil bissau-guineense tornam-se uma fonte de potencialização e mobilização na luta por seus direitos (TEIXEIRA, 2015). O golpe de Estado de 2012, mais uma vez, levou a sociedade civil em busca dos mecanismos necessários através das suas diferentes formas de mobilização e promoção da paz e da estabilidade.

O golpe de Estado de 12 de abril de 2012 lança o país numa das piores crises políticas, uma vez que o golpe de Estado ocorreu durante o processo eleitoral (segunda volta presidencial). Medidas de bloqueio à nova configuração política foram acionadas e aplicadas pelos parceiros internacionais, deixando o país com maior grau de dependência e insegurança. Este momento constituiu um verdadeiro desafio à capacidade de ação dos atores da sociedade civil, os quais, apesar de algumas divisões, convergiram na exigência do processo democrático (BARROS, 2012, 2014; CONSTANTINI, et al 2018).

Nesse momento, diferente dos golpes de Estado anteriores, observou-se entre as organizações da sociedade civil uma nova forma de atuação, não relacionado com "prestação de serviços", ou seja, com a gestão dos recursos da ajuda humanitária, mas sim com a percepção da necessidade de assumir um papel político. Com efeito, algumas das ONGs mais antigas e muitas entidades novas de caráter formal ou informal, mobilizam-se no período de golpe e no período seguinte para promover a paz, o desenvolvimento e a democracia.

Constantini et al. (2018) afirmam que, entre as organizações mais ativas nesse âmbito, emergem com um papel mais amplo – algumas das ONGs mais antigas, nesse caso trata-se das que surgiram no período da abertura política nos anos de 1990, que se engajam a partir de iniciativas de projetos específicos, sem depender das atividades de financiadores internacionais; essa ação reforça o comprometimento político e de controle do território das organizações aos diferentes níveis e das entidades locais (formais e informais).

> Também no período anterior ao golpe de 2011, e mais ainda no período seguinte à formulação do plano "Terra Ranka", e graças à presença de novas oportunidades, começam a desenvolver-se iniciativas locais, identificadas e

> implementadas de uma forma autónoma por organizações regionais e locais: estas iniciativas, se por um lado permitem criar novas dinâmicas, por outro correm o risco de promover uma nova geração de entidades locais vocacionadas para implementar projetos baseados na disponibilidade de financiamentos, e em função dos concursos das organizações internacionais, mais do que iniciar ações que respondam às necessidades locais (CONSTANTINI, et al, 2018, p. 25).

O golpe desestabilizou as estruturas do Estado e instaurou um clima de instabilidade política e econômica que o país não estava preparado para enfrentar. Levando em consideração as sanções aplicadas em consequência dessa ação subversiva tiveram implicações diretas no funcionamento das instituições devido às suspensões dos programas de cooperação internacional, repercutindo diretamente nos apoios ao desenvolvimento.

Dentro desse ambiente, a sociedade civil conseguiu dar uma resposta positiva em termos de mobilização ao nível doméstico e internacional, incluindo dentro do continente africano (Senegal e Cabo-Verde), Europa (Portugal, Espanha, Inglaterra e França) e América do Sul (Brasil). De acordo com o Barros (2014), desde a primeira hora as reações foram unânimes na condenação do golpe de Estado, traduzindo-se em protestos públicos, mesmo quando o comando militar proibiu manifestações públicas e repeliu os manifestantes. Estes fatos tiveram eco junto da comunidade internacional que não só condenou o golpe, mas também impôs sanções políticas, diplomáticas e econômicas às autoridades que assumiram o poder após o golpe.

As formas de protestos incluíram a convocação de uma greve geral da administração pública por parte dos sindicatos[17], a produção de manifestos e abaixo-assinados por parte de grupos dos intelectuais, plataforma de mulheres e jovens, ONGs e organizações em defesa dos direitos humanos, exigindo a reposição da legalidade e do direito democrático. As organizações com maior destaques são: Liga Guineense dos Direitos Humanos; MNSCPDD; Movimento Ação Cidadã e FRENAGOLPE (coligação de partidos políticos e organizações da sociedade civil) e Rede de Combate à Violência Baseada no Gênero e Criança (RENLUV-GC).

> Esta mobilização da sociedade civil, e em especial das novas gerações, para o debate e envolvimento político, também projetou as expectativas dos guineenses para a possibilidade de estarem perante o início do fim de um ciclo de pendor militar na vida política. Mais do que nunca, a sociedade civil envolveu-se num debate aberto sobre a necessidade e o papel das Forças Armadas no futuro da Guiné-Bissau, em pleno exercício dos valores

[17] A greve foi convoca pelo sindicato nacional dos trabalhadores da Guiné-Bissau (SNTGB) e a confederação nacional dos trabalhadores (CNT) através de um comunicado conjunto, apoiado pelos trabalhadores da administração pública (ver no jornal exame 55) https://exame.com/mundo/greve-por-golpe-de-estado-paralisa-guine-bissau/.

> democráticos de um Estado de direito, que a ser consequente poderia contribuir decisivamente para uma verdadeira reforma do setor da defesa e da segurança (BARROS, 2014, p. 20).

Os acontecimentos também impulsionaram o surgimento de Movimento Ação Cidadã (MAC), cujo objetivo de questionar o processo democrático e de cidadania em que o país tem vivido nos últimos anos, através de um afirmado, mas pouco vivido, "Estado de Direito" (VAZ, 2016, apud SEMEDO, 2020). Conforme o autor, a ação do MAC foi extremamente necessária no acompanhamento da transição que ficou concluída com a realização das eleições gerais em 2014. Para ele, o MAC foi, sem dúvida, durante a era democrática, a primeira experiência de manifestação estruturada do ativismo guineense (*Idem*).

Diferente das organizações da sociedade que emergiram durante o golpe de 1998, no caso de MNSCPDD e CECRON - o MAC na sua atuação não conseguiu mobilizar as pessoas para a rua numa dinâmica de intervenção movida pela contestação em massa. Mas, sim, procurou uma maneira pedagógica de fazer frente aos golpistas, usando os meios de comunicação (rádios, redes sociais) através das conferências, *djumbai*[18] da cidadania- para conectar com a população. Segue algumas das suas ações:

- o blogue[19] Ação Cidadã, que era um espaço de reflexões e de debate sobre diferentes temas;
- a realização de Conferências Nacionais que colocam em debate temas como viabilidade da democracia, cidadania, desenvolvimento, educação, participação feminina, cultura, produção, civismo urbano, namoro precoce, pedofilia e violações, guineidade, entre outros;
- os programas de rádio "Cidadania Ativa" com caráter nacional que procuram estabelecer uma interação com radiouvintes, permitindo uma participação mais ativa; e
- os *"Djumbai* da Cidadania", formas de interação com estruturas juvenis (associações e bancadas) espalhadas pelas diferentes zonas do país.

Outra ação importante realizada pelo MAC foi o debate eleitoral organizado, que opunha frente a frente partidos e candidatos às eleições legislativas e presidenciais de 2014, fato que permitiu aos eleitores, pela primeira vez durante a recente experiência democrática, questionarem partidos e candidatos sobre os seus projetos políticos.

---

[18] Djumbai- termo originalmente da língua Kriol da Guiné-Bissau - o significado pode ser: convívio, reunião de pessoas, rodas de compartilhamento, interação lúdica e/ou comunicativa, troca de reflexões.

[19] https://guinebissaudocs.wordpress.com/acao-cidada/.

A Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH) é a outra organização que também foi importante nesse momento, no quadro da sua missão que é de promoção intransigente dos direitos humanos, nos primeiros momentos da crise, a direção nacional dessa organização um gabinete da gestão de crises com o objetivo de monitorar as violações dos direitos em curso no país, decorrente a alteração da ordem constitucional protagonizada pelo Estado-Maior General das forças armadas. De acordo com o comunicado à imprensa da LGDH (2012), o referido gabinete tem recebido de forma sistemática denúncias de cidadãos comuns que dão conta das violações humanos que têm ocorrido em todo o país.

Desde os primeiros momentos do acontecimento, a Liga repudiou veementemente as ações dos golpistas, apontando os atos como afronta à democracia e ao Estado de Direito. Assim sendo, condenou as medidas restritas e ilegais que o Estado-Maior adotou e que vão contra direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos. Como podemos observar a seguir:

- Encerramento compulsivo e ilegal de todos os órgãos de comunicação social, exceto a Rádio Nacional;
- Atos de intimidação que traduziram na repressão brutal e consequente agressões dos jovens e mulheres numa manifestação pacífica que resultou em dois feridos entre as quais um em estado grave;
- Interdição sistemática das manifestações pacíficas contra o golpe de Estado, à margem das leis, em vigor na Guiné-Bissau;
- Pilhagens e vandalismos nas residências dos membros do governo e outras figuras políticas;
- Espancamento dos cidadãos inocentes nomeadamente, o jornalista António Aly Silva, a cantora Dulce Neves, Mário Mussante Director Geral da APGB e Otávio Morais, este último residente em São Domingos, conduzido para parte incerta do país (LGDH, 2012).

Neste novo quadro conjuntural, a sociedade civil guineense tem assistido ao surgimento e amadurecimento dos chamados “grupos de vigilância”, o que significa que não obstante as elites políticas e militares continuarem a ser as forças preponderantes do país, algumas instituições e personalidades da sociedade civil têm assumido um papel decisivo neste cenário de instabilidade crônica, trabalhando afincadamente no sentido de um desenvolvimento sustentável (BARROS, 2014).

Daí terem desempenhado um papel extremamente importante durante o processo eleitoral de 2014, no qual diversas manifestações da sociedade civil conseguiram de forma satisfatória contribuir para a manutenção de um clima de tranquilidade e respeitabilidade

durante todo o processo, contornando o esgotamento da comunidade internacional face ao persistente clima de instabilidade governativa que caracteriza o país (*Idem*).

Ao contrário das atuações de outras organizações mencionadas, o MNSCPDD, condenou igualmente o golpe em 2012, mas em seguida enveredou-se para o caminho que a CEDEAO tomou e começou a criar feedback com o comando militar para que o poder fosse devolvido nas mãos dos civis. Essa atitude não foi bem vista no seio da sociedade civil bissau-guineense, a qual, na sua maioria, entende que não há diálogo para com os golpistas, ao contrário, estão legitimando o golpe de Estado.

Segundo os dirigentes da organização MNSCPDD acreditavam que dialogar com os autores do golpe seria a melhor jogada para o país, tendo em conta a sua experiência em situações anteriores. De acordo com eles, essa justificativa baseia-se num dos seus principais objetivos que é a instabilidade e bem-estar da população, recusar de encontrar com as partes responsáveis pelos atos golpistas no sentido de negociar para uma estabilidade duradoura seria um equívoco (RÁDIO JOVEM, 2012).

Portanto, reafirmando a nossa tese anterior de que, no contexto de um Estado extremamente frágil, o sistema político e econômico condiciona de tal forma o desenvolvimento do país que faz com que sejam necessárias medidas consistentes que permitam evitar retrocessos e garantir a estabilidade (BARROS, 2014). Assim, é imprescindível um debate mais qualificado envolvendo os atores das organizações da sociedade civil como classe política abrindo a real possibilidade de construir um processo de desenvolvimento no país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da presente dissertação, mostramos que os estudos sobre a sociedade civil têm apresentado um longo e largo debate no campo acadêmico e político, em especial, nas ciências sociais. Porém, considerando o contexto africano em comparação aos países ocidentais e até na América Latina, percebe-se que o assunto ainda é incipiente. Sendo assim, buscamos trazer uma literatura recente e aproximada que consegue dar conta do objeto da nossa pesquisa. Nesse sentido, usamos a *teoria da nova sociedade civil* que dialoga justamente com o contexto bissau-guineense, visto que, é uma teoria que coloca o fenômeno cultural no centro do debate.

Destarte, a Guiné-Bissau, dada a sua longeva instabilidade política, econômica, e social, sobretudo, sucessivos golpes de Estados e tentativas fracassadas de golpes, a sociedade civil, através do seu engajamento na construção de um espaço público e privado, se torna um lugar privilegiado para a resolução de conflitos e consolidação da democracia. Dito isto, evidenciou-se que a sociedade civil bissau-guineense desde os momentos de pós-independência até nos dias atuais, estabelece marcos permanentes de diálogo entre a sociedade e o Estado, especialmente no que diz respeito à luta pelas liberdades civis e políticos e pelos direitos humanos.

Durante o regime autoritário (partido único), o Estado bissau-guineense aproveitou-se também da máquina institucional para criação de novas organizações sociais, com propósitos obscuros de coordenar e controlar as iniciativas populares da sociedade financiadas pelo próprio Estado. Conforme Teixeira (2015), o PAIGC através dos recursos externos, oriundos dos parceiros internacionais de cooperação, por meio dos quais o partido ampliava o controle social e político sobre a sociedade civil, sendo assim, restringindo o seu espaço de atuação e, portanto, a sua autonomia como sujeitos na relação com o Estado. Nessa ocasião, vimos também o desempenho das organizações tradicionais em contrapor o regime instalado, sobretudo, as mandjuandades que foram importantes para a sociedade civil na criação de espaços estratégicos de funcionamento dos movimentos sociais (KOUDAWO, 1996, CARDOSO, 1996, FORREST, 2003). Ou seja, as mandjuandades serviram de refúgio para a sociedade civil, contra a perseguição e controle do Estado, ao mesmo tempo, serviu também como espaço de reinvenção do espaço público da sociedade em geral.

Nesse momento, as organizações da sociedade civil, além de buscar ferramentas contra o autoritarismo, estavam também criando novas relações políticas (em busca de novos repertórios de ação coletiva e de autonomia) para melhor se colocarem à frente suas prioridades, por exemplo, assuntos ligados à desigualdade, pobreza, desemprego, predomínio da violência

doméstica e consumo de drogas. Para Teixeira (2015) esses aspectos foram fundamentais no processo de democratização, sobretudo, a afirmação da sociedade civil no processo de contestação e negociação com o Estado, afirmando a cooperação entre essas duas esferas.

Em suma, observamos também que a defesa da democracia e a criação de novos espaços públicos, voltados para a revitalização das organizações da sociedade civil, é colocada a partir dos seguintes itens: uma falta de relação entre sociedade civil e o Estado; a ausência do Estado em grande parte do território nacional; um Estado autoritário. A liberalização política que aconteceu nos anos de 1990, serviu de verdadeiro ponto de partida para o aparecimento da sociedade civil em cena.

No decorrer do presente trabalho deparamos com uma literatura considerável sobre a transição democrática na Guiné-Bissau, que quase unanimemente os autores defendem que a democratização do país deve-se em seu nível mais elevado à pressão dos organismos e parceiros externos, como Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) etc. enquanto as organizações internas, sobretudo, sociedade civil, ocupam um papel de coadjuvante. Porém, acabam ignorando todo um processo histórico e político dos movimentos sociais bissau-guineense antes da independência e também na resistência ao partido único, principalmente dos movimentos tradicionais. No entanto, reforçamos aqui o nosso argumento já apresentado nos segmentos anteriores de que a sociedade civil na Guiné-Bissau sempre contribui para a formulação de um espaço público democrático e saudável, e foram um dos principais protagonistas na transição de partido único para multipartidarismo além de resistir à dominação colonial.

Por outro ângulo, o trabalho procurou mapear as dinâmicas e atuações políticas das organizações da sociedade civil bissau-guineense durante os golpes de Estado de 1998/99 e 2012, sobretudo, gestão e resolução de conflitos. Com isso, ressaltamos os eventos históricos como: período de pós-indenpendências no caso de governo do partido único, que ao longo da sua atuação privou as manifestações e contestação dos movimentos sociais; a transição democrática que foi tida como um ganho imensurável para o país, no que diz respeito às mudanças políticas, sociais e econômicas, mas que acabou sendo atacado com o primeiro golpe de Estado pós transição democrática em 7 de junho de 1998.

Em decorrência disso, na literatura encontramos contribuições importantes das organizações da sociedade civil na resolução do conflito. Uma dessas contribuições deslumbra a participação da sociedade civil como pivô na gestão e resolução do conflito, em que

diligenciava a mediação entre as partes beligerantes. Lembrando que, nesse processo, estamos a referir de um período do nascimento de novas organizações sociais e partidárias no país, e a maioria das organizações da sociedade civil ativas na manutenção da paz eram incipientes, poucas experiências com conflitos e algumas delas nasceram durante a guerra. Apesar da inexperiência das organizações nessa fase conseguiram efeitos positivos nas suas atuações. Por exemplo, a sociedade civil enquanto agentes de "prestação de serviços" possibilitou uma maior gestão de conflitos e maximização dos recursos econômicos, a fim de minimizar perdas humanas.

Com efeito, organizações como a Igreja Católica, MNSCPDD e CECRON, se destacaram tanto na gestão como na resolução do conflito de 7 de junho de 1998. As suas preocupações estavam mais voltadas na preservação dos civis, principalmente em suprir as necessidades básicas das pessoas deslocadas como (habitação, produtos de higiene e alimentícios). Nesse processo, o desafio não era somente trazer os lados conflitantes para a mesa de negociação, mas, sim, cuidar das pessoas desalojadas e as associações de Tabankas[20](aldeias) de certa forma conseguiram ter um papel acentuado na recepção e acomodação das pessoas desamparadas.

No que diz respeito ao golpe de Estado de 12 de abril de 2012, a sociedade civil, ao contrário da sua atuação em 1998-1999, que focava na gestão na ajuda humanitários através de apoios vindos dos organismos internacionais e países parceiros. A sociedade civil, no golpes de Estado de 2012 mostrou outra postura em termos de atuação, no sentido de focar-se no viés mais político – mobilizando-se durante os primeiros momentos do golpe e no período seguinte por meios das redes sociais, paralisação das principais avenidas da capital Bissau, através dos protestos populares condenando o golpe e exigindo a volta do governo deposto. Contudo, verifica-se uma maior experiência das organizações da sociedade civil em relação aos golpes anteriores, usando as mídias sociais como forma de pressão contra o regime golpista.

Assim sendo, podemos sustentar que, perante os golpes analisados, a sociedade civil bissau-guineense em vários momentos assumiu o papel de protagonista da gestão e resolução dos conflitos armados. Portanto, o seu envolvimento na preservação de conflitos tem sido muito variado. Tem momentos em que ela aparece como "prestador de serviços" e também têm momentos em que a própria sociedade civil convoca as partes conflitantes para a mesa de negociação; em outros momentos ela usa os protestos (passeatas, marchas, vigílias etc.), como

[20] TABANKA – literalmente significa aldeias ou pequenas cidades.

mecanismos de pressão social para chamar atenção aos governantes. Hoje em dia, com a expansão das novas tecnologias e internet, as organizações da sociedade civil está aperfeiçoando o uso das redes sociais para ampliar as suas redes de atuação e conexões.

REFERÊNCIAS

AFRICAN ELECTIONS. **African Elections Database – A database of election results in Sub-saharan Africa**, 2016. Disponível em http://africanelections.tripod.com/ Acesso em 10 de dezembro de 2016.

ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. Lua nova, São Paulo, 76: 2009.

ARATO, A; COHEN, J. L. **Sociedad civil y teoría política**. Traducción: Roberto Reyes Mazzoni. 2000.

AVRITZER, L; COSTA. S**. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina**. Dados, v. 47, n° 04, 2004.

BARROS, Miguel. **A sociedade civil face ao processo de democratização e o desenvolvimento na Guiné-Bissau (1991- 2011).** Edição do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. Africana Studia, n° 18, 2012.

BIJAGÓ, Vagner Gomes. **Os golpes de estado na Guiné Bissau: o cotidiano do poder no contexto da diversidade étnica e da construção nacional** / Vagner Gomes Bijagó. – 2011. 131 f.

BIJAGÓ, V. Gomes. **O processo de democratização na África: a difícil transição na Guiné-Bissau.** Rev. Cadernos de Campo | Araraquara | n. 23 | p. 217-243 | jul./dez. 2017 | E-ISSN 2359-2419.

CARDOSO, Carlos. **Sociedade civil, espaço público e gestão de conflitos: o caso da Guiné-Bissau.** Codesria – Yaounde, Cameroun: 07/11/12/2008.

COHEN, J. L. **Sociedade civil e globalização: repensando categorias**. Rev. Ciências Sociais, - Rio de Janeiro; Vol. 46, n° 03. 2003.

COSTANTINI, Gianfrancesco; UMBAR, Roque; EMBALO, E. Haua**. Mapeamento da sociedade civil na Guiné-Bissau**. União Europeia: Relatório Final - Contrato N° 2017/386023, 2018.

DJAU, Malam. TRINTA ANOS DE GOLPES DE ESTADO NA GUINÉ-BISSAU: **uma análise da elite militar. Curitiba, 2016.**

DJAU, Malam; DJAU, Rachido. **Conflito Étnico e Militar: Consolidação e Afirmação do Estado da Guiné - BISSAU**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Vol. 01. Ed. 01. pp 691-708, abril de 2017. ISSN:2448-0959.

Federação Internacional dos Direitos Humanos. **Relatório Programa de Cooperação Jurídica e Judicial. Casamance: É necessário passar das negociações de Paz à Resolução Concertada e Eficaz do Conflito**. n° 397/4 – junho de 2004.

FORREST, Joshua, ***Lineages of State Fragility: Rural Civil society in Guinea-Bissau***, Ohio University Press, Athens, James Currey, Oxford, 2003.

FREEDOM HOUSE. **Freedom in the World 2015 – Interactive Map**, 2015. Disponível em https://freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2015#. WGLOrlMrLIU. Acesso em 30 de janeiro de 2017.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural de esfera pública: investigação sobre uma categoria da sociedade burguesa**. Editora: Unesp- Tradução: Denilson Luís Werle; 1990.

HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda: democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

IBRAHIM, M. Abadir. **The Rule of Civil Society in Africa´s Quest for Democratization. Advances in African Economic, Social and Political Development**. ISBN: 978-3-319-18382-4. 2015.

JAUARÁ, Manuel. **Conflito Militar e Construção de Estado Nacional na África Lusófona: de Luta de Libertação a Guerra Civil. 2007**. Disponível em: 1 Conflito Militar de 1998/1999 (ufscar.br). Acesso: 15/11/2022.

KOUDAWO, F. **A Sociedade Civil e Transição Pluralista na Guiné-Bissau 1991-1996**. (Coord), Pluralismo Político na Guiné-Bissau, INEP, Bissau, 1996-; pp. 67-120.

_____. **Guiné-Bissau e Cabo-Verde: Da democracia revolucionária à democracia liberal.** Editoria: INEP; Kaku Martel, Ciências Sociais, n° 14- 2001.

LAVALLE, A. G. **Crítica ao modelo da nova sociedade civil**. Lua nova n° 47- 1999.

LEMINSKI, Paulo. **A revitalização do conceito de sociedade civil**. PUC-Rio – Certificação digital N° 0510785/CA. Disponível em: https://www2.dbd.puc rio.br/pergamum/tesesabertas/0510785_07_cap_02.pdf. acesso: 14/03/2021.

LOPES, Nelson. **Os Entraves à Construção e Consolidação do Estado da Guiné-Bissau.** CIEA7 #34, 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos. Lisboa, 2010. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2345/1/CIEA7_34_LOPES_As%20for%C3%A7as%20armadas%20num%20Estado%20em%20%E2%80%9CInterroga%C3%A7%C3%A3o%E2%80%9D.pdf . Acesso em 15 de outubro de 2022.

LUCHMANN, L. H. H. **Democracia deliberativa: sociedade civil, esfera pública e institucionalidade.** Cadernos de pesquisa PPGSC/UFSC 2002.

MACUANE, J. J. Liberalização política e Democratização na África: uma análise qualitativa. Dados ano/vol. 43, n° 04, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Brasil. 2000.

MAKUMBE, John. **Is there a civil society in Africa?** Oxford University Press. Assuntos Internacionais (Royal Institute of International Affairs 1944-) Vol. 74, nº 2 (abril de 1998), pp. 305-317.

MANÉ, Fodé Abulai. **O Conflito político-militar de 7 de junho de 1998: a crise da legitimação. Soronda**: Revista de Estudo Guineense. Bissau, p.67-85, jun. 2000. Número Especial.

MONTEIRO, Artemisa. O. Candé**. Discurso nacional e etnicidade em África: o caso da Guiné-Bissau (1945- 1994).** Curitiba: Appris, 2019. 305 p.

MUTZENBERG, Remo. **Conhecimento sobre ação coletiva e movimentos sociais: pontos para uma análise dos protestos sociais em África**. Revista Sociedade do Estado – Volume 30 Número 2. maio/agosto 2015.

NOBREGA, A. C. **Guiné-Bissau: um caso de democratização difícil (1998-2008). Volume 8, Estudos políticos e sociais**. Instituto superior de ciências sociais e políticas, Universidade de Lisboa, 2015.

McGOWAN, J. Patrick. **African Military coups d'état, 1956-2001: Frequency, Trends and Distribution.** The Journal of Modern African Studies, Vol. 41, No. 3 (Sep., 2003). acesso: 28/08/2022, Disponível em: http://www.jstor.org/stable/3876235 .

NDIAYE, Detoubab. **A sociedade civil nas transições democráticas e sua emergência na África Ocidental: o exemplo do Senegal**. ISSN: 2595-5713 - Vol. 01 | Nº. 02 | Ano 2018.

O´DONNELL & SCHMITTER. **Transição do regime autoritário: primeiras conclusões**. São Paulo – Vertice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

O´REGAN, Davin & THOMPSON, Piter. **Promover a Estabilidade e a Reconciliação na Guiné-Bissau: lições do primeiro narco-Estado de África.** Relatório especial do CEEA, junho de 2013.

PRZEWORSKI, Adam. **Democracia e mercado: reformas políticas e econômicas no Leste Europeu e na América Latina**. Trad.Vera Pereira. 1994.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises of democracy.** Cambridge University Press: doi: 10.1017/9781108671019, 2019.

QUEIROZ, T. Oliveira. **Trajetórias democráticas e trajetórias de liberalização: a evolução da democracia nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa no Pós-guerra Fria**. XXX p. (UnB/IREL, Política Internacional e Comparada) 2017.

RUDEBECK, Lars. **Colapso e reconstrução política na Guiné-Bissau 1998-2000: um Estado de democratização difícil**. The Nordic Africa Institute, Uppsala, 2001.

SANTOS. T.H. Asunção. **O Papel da Política Social no Desenvolvimento: O caso da Guiné-Bissau;** ***Contributos para o debate sobre Regimes de Bem-estar em contextos de fragilidade estatal****. 2009*

SEMEDO, M. O. C. Soares. **As mandjuandades: cantigas de mulheres na Guiné-Bissau: da tradição oral à literatura**. Belo Horizonte, 2010. 451.: I1.

SEMEDO, R. J. PAIGC: **A face do monopartidarismo na Guiné-Bissau**. São Carlos: UFSCar, 2009.

_____. **Ativismo Político-social e Crise Institucional na Guiné-Bissau: Caso do MCCI,** ***Bassora di Povu, O Cidadão*** **e** ***Voz do Cidadão do Mundo.*** *Cadernos de Estudos Africanos* [online], 40 | 2020, posto online no dia 25 maio 2021, consultado o 20 junho 2021. URL: http:// journals.openedition.org/cea/5200; DOI: https://doi.org/10.4000/cea.5200.

SILVA, P. S. **Sociedade civil, transnacionalização, projetos políticos na América Latina no contexto da disputa por hegemonia**. Sec. XXI- ver. Ciências Sociais. 2020.

SCHERF, L. Erick & GONZALEZ, M. Rodrigo. **A sociedade civil organizada e a luta pelo reconhecimento das liberdades fundamentais durante os processos da negociação da paz: lições da guerra civil na Serra Leoa e do Acordo de Paz da Lomé**. Revista Conjuntura Global, v.7, n. 2 (2018).

TÉ, P. Wilson. **Golpe de Estado: um entrave a democracia, o caso da África Ocidental**. Conjuntura Internacional: BH; vol 11, 2014.

TEIXEIRA, R. J. D. **Cabo Verde e Guiné-Bissau: as relações entre a sociedade civil e o Estado**. Recife: Ed. do Autor, 2015.

_____**O conceito da sociedade civil: um debate a partir do contexto da Guiné-Bissau. Estudos de Sociologia**. Rev. do Prograd. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. v. 15. n. 2. p. 161 – 180. 2012.

TOURAIN, Alain. **Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos**. *Lua Nova*, no 17, junho, pp. 5-18, 1989.

The Handbook of Civil Society in Africa. Nonprofit and Civil Society Studies. Editor: Ebenezer Obadare; University of Kansas Lawrence. ISBN 978-1- 4614-8262-8. 2014.

The Oxford handbook of Comparative Politics. Edited by: Carles Boys & Susan C. Stokes. ISBN 978-0-19-927848-0; cap. 14. What causes democratization - Barabara Geddes. 2007.

The Oxford handbook of civil society / edited by Michael Edwards. Cap. 15, Civil Society in Sub-Saharan Africa- Ebenezer Obadare. ISBN 978-0-19-539857-1 – 2011.

Zuern, Elke (2000), "**The Changing Roles of Civil Society in African Democratisation Processes", in** ***Consolidation of Democracy in Africa: A View from the South***, ed. Hussein Solomon and Ian Leibenberg, Aldershot, U.K.: Ashgate, 97, 108-9.

WARREN-SCHERER, Ilse. **Das mobilizações a redes de movimentos sociais. Sociedade e Estado,** Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006.